

Júlia Machado Souza

O fim do antropocentrismo?

Propostas para repensar o não humano a partir de militâncias em defesa dos animais na cidade de Florianópolis - SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Mármio Teixeira-Pinto

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Evelyn Schuler Zea

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Machado-Souza, Júlia

O fim do antropocentrismo? : Propostas para repensar o não humano a partir de militâncias em defesa dos animais na cidade de Florianópolis - SC / Júlia Machado-Souza ; orientador, Márnio Teixeira-Pinto ; co-orientadora, Evelyn Zea. - Florianópolis, SC, 2013.

122 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

Inclui referências

1. Antropologia Social. 2. Causa Animal . 3. Veganismo. 4. Senciência. 5. Relações interespecíficas. I. Teixeira-Pinto, Márnio . II. Zea, Evelyn. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. IV. Título.

Ao Kiko, Udi e Emi.

AGRADECIMENTOS

Ao decidir seguir uma carreira acadêmica, muitos avisaram da empreitada na qual eu estava adentrando.

Há quem tenha dificuldade com leituras, há quem fique muito nervoso com apresentações orais e há, como eu, pessoas que, de forma ou outra, sofrem mais com a escrita - não deixando de lado, é claro, todos os nervosismos anteriores. Nesse sentido, as pessoas que passam ou permanecem em nossas vidas nesses períodos de provas - e a escrita desta dissertação é um ótimo exemplo! -, merecem aparecer nessa seção de reconhecimento e gratidão, uma vez que sem elas nada disso seria possível.

Agradeço muito, pela paciência e dedicação, à minha coorientadora Evelyn Schuler Zea e ao meu orientador, Márnio Teixeira Pinto.

À família extensa e meu lar em Florianópolis, por muito amor, agradeço minha prima-irmã Amanda, à tia Beth, ao Marco, Ana e à eterna amizade, Denize.

À toda turma de mestrado, ingressante no PPGAS em 2011, e aos professores das disciplinas que cursei, obrigada pelos momentos propícios para o aprendizado e sabedoria em sala de aula, às discussões prolongadas nas confraternizações e conversas de bar. Um especial obrigada às amigas Nádia, Adriana, Marina e Dalila, pelo carinho e contribuições ao longo desses dois anos.

À tia Márcia e tio Mano, por muito afeto. Ao vô Beto. À vó Zilé, pelas tardes com chimarrão, novelinha e muita conversa boa.

À todos que contribuíram sobremaneira para que este trabalho tivesse essa forma e conteúdo, aos amigos e interlocutores de pesquisa, Priscila, Mari, Marina, Milene, Gilvan, Ana, Daniel, Giovanna, Maurício, Luciano, Marina e Alice. Sem vocês, essa dissertação não seria escrita.

Pelos anos de amizade e carinho de Daya e Fernando.

Pelo amor imprescindível de Mário, Felipe e à minha mãe, Amélia, por tudo.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar e refletir sobre formas de militâncias que propõem que alteremos nossa maneira de lidar com os animais não humanos, questionando, dessa forma, o antropocentrismo. Para tanto, elucido e discuto as trajetórias que levaram meus interlocutores a militar pelos animais e a produção de teorias e conceitos que se formam através das relações entre os ativistas nos contextos da minha pesquisa de campo, em Florianópolis. Refletir antropologicamente sobre nossas relações com os animais é uma, das diversas possibilidades de repensar esse mundo em crise. Perceber os animais não humanos enquanto sujeitos morais sugere que repensemos nossa forma de viver e ampliemos nossa percepção em relação à espécie que antes não estavam na "pauta do dia". Esse trabalho é fruto de uma pesquisa com pessoas que pensam e militam justamente em relação a essa transformação: devemos, segundo eles, rever nossa forma de pensar a natureza, em especial os animais. Aproximando-nos de espécies distintas das nossas, levando em consideração os animais enquanto sujeitos morais, estaremos, dizem, trabalhando para que o mundo das próximas gerações seja um mundo mais justo, não antropocêntrico, pois terá como centro de preocupações todos os seres sencientes e não apenas o ser humano.

Palavras-chave: causa animal; relações interespecíficas; veganismo; senciência.

ABSTRACT

This dissertation has the goal of presenting and reflecting about the modes of militancy that propose we should alter our ways of dealing with non-human animals, thus, questioning anthropocentrism. In order to do that, I discuss and throw light upon the events that influenced my interlocutors to fight in defense of animals and the development of theories and concepts that result from the relationship these activists have with each other in the context of my field research in Florianópolis. Reflecting anthropologically about our relationship with animals is one of the many possible ways to rethink this world in crisis. To understand non-human animals as moral subjects we should rethink our way of life and widen our understanding of species that were not an item in our agendas before. This work is the outcome of a research done with people that think and fight exactly for this transformation: we should, according to them, revisit our ways of thinking about nature, especially about animals. As we bring ourselves closer to species that are distinct from our own and understand animals as moral subjects, we are, in their view, working towards a more just world for the next generations; a world that is not anthropocentric since it will be centered around a concern for all sentient beings and not just for human beings.

Key-words: animal cause, intraspecific relations, veganism, sentience.

Sumário

INTRODUÇÃO	15
Capítulo 1. Contextualizando historicamente os movimentos em defesa dos animais.....	27
1.1 Institucionalizações, invenções de temas e conceitos: a primeira sociedade vegetariana e o termo vegan.....	34
1.2 O movimento de Libertação Animal e algumas tendências atuais.....	37
Capítulo 2. Que animais? Sobre filosofia, veganismo e senciência.....	49
2.1 Veganismo e senciência.....	53
2.2 E os animais em natureza? Ou, sobre <i>danos naturais</i>	72
Capítulo 3. Estatuto animal: De objetos à pessoas não humanas.....	81
3.1 O uso de animais no ensino e na pesquisa.....	81
Considerações finais	105
REFERÊNCIAS	111
ANEXO I	115
ANEXO II	117
ANEXO III	119
ANEXO IV	121

INTRODUÇÃO

2008. Toledo - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Instigada a entender melhor o objetivo da formação de um grupo de estudos e discussões voltadas à defesa dos animais na cidade de Toledo/PR, aceitei o convite de um colega e fui assistir a um filme voltado para tais questões. O filme, “Terráqueos” (2005), que se encontra disponível na internet¹, é um documentário que retrata o *especismo*², que seria o preconceito exercido pela espécie humana em relação a outras espécies, em analogia ao *sexismo* ou *racismo*. Não tendo assistido o filme inteiro voltei, após o término da exibição, para ouvir o debate que estava marcado para acontecer em sequência. Havia lá, em torno de dez pessoas (contando comigo), todas universitárias. Uma delas questionou o poder de influência positiva ou negativa do longa, uma vez que mostrava diversas cenas “fortes e chocantes” de maus tratos e violência com os animais. O debatedor, que havia selecionado e escolhido o longa-metragem, respondeu dizendo que era favorável à propagação de filmes como este, acreditando ser importante levá-los também às escolas, pois, mostrando a “realidade de forma chocante” (não só) às crianças, dificilmente estas pessoas não mudariam de opinião ou repensariam suas atitudes.

Março de 2011. Florianópolis - Início das aulas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Alguns meses antes, ao saber que iria morar em Florianópolis, me inscrevi em uma lista de e-mails da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB)/Florianópolis. Sou *ovo lacto vegetariana*³ desde 2004, porém, nunca participei de movimentos ou grupos em relação à defesa dos animais. Desta forma, meu alistamento no grupo se deu pelo fato de estar me mudando para uma cidade em que não conhecia as opções de estabelecimentos que oferecessem variedades alimentares para quem não consome carne. Assim, além de convites relativos a palestras e

¹ <http://terraqueos.org/>

² As palavras em *itálico* e “entre aspas” fazem referência ao campo e à literatura utilizada para a escrita da dissertação.

³ A respeito dos termos *vegetariano* e *vegan*, explico em seguida.

curso de gastronomia, recebi também muitos e-mails convocando pessoas para participarem de manifestações em prol da defesa dos animais – contra a compra e venda de *animais não humanos*, contra o uso de peles no vestuário, contra a *vivissecação* - que é, grosso modo os usos de animais para fins científicos, podendo contar ou não, com métodos invasivos -, entre outros motivos de comoção. Toda vez que recebia algum desses e-mails, algo me instigava a refletir a respeito dessas práticas.

Tive a oportunidade de escrever, a respeito desta temática, dois trabalhos finais de disciplinas do Mestrado no primeiro semestre de 2011. Um deles foi escrito em conjunto com duas colegas e o outro, sozinha. A ideia inicial do primeiro era que fizéssemos parte, enquanto pesquisadoras, de algumas manifestações realizadas por um grupo de pessoas em diversos locais de Florianópolis e, a partir de nossas anotações e experiências em campo, discutir e refletir a respeito destas práticas. Porém, acabamos tendo de mudar o foco da pesquisa e por isso, fomos atrás de pessoas para conversar e entender suas ligações com os movimentos de defesa dos animais. Partimos de conversas e discussões online, para posteriores entrevistas e conversas informais (pessoalmente) com quatro pessoas. Das quatro, todas estudavam na UFSC, em diferentes cursos de graduação, mestrado e doutorado, tendo duas delas se autoidentificado enquanto *vegan*⁴ - termo que será melhor discutido no segundo capítulo dessa dissertação, mas que

⁴ De acordo com o site da Sociedade Vegana, “Vegetarianismo é a corrente dietética que estipula a alimentação exclusivamente vegetal, com abstenção de todos os ingredientes de origem animal, mesmo aqueles que não resultaram diretamente na morte do animal. Pessoas que consomem frango, peixes, ovos, leite, mel, gelatina, cochonilha ou outros produtos de origem animal não são genuinamente vegetarianas. O vegetarianismo é, portanto, um sistema de alimentação. Ele não necessariamente implica no reconhecimento dos direitos animais, podendo ser motivado por saúde, preferências pessoais, motivos religiosos e motivos ecológicos e sociais, entre outros.

Veganos são necessariamente vegetarianos, mas vegetarianos não são necessariamente veganos. A diferença encontra-se precisamente na motivação ideológica e no modo de vida. Vegetarianos não necessariamente boicotam cosméticos testados em animais, deixam de utilizar couro ou opõem-se ao uso de animais em outras formas de exploração”.

(http://www.sociedadevegana.org/index.php?option=com_content&view=article&id=25:vegetarianismo&catid=18:textos-fundamentais&Itemid=15#page
(Acesso dia 25/05/2011, às 13h47min.)

representa ao mesmo tempo uma dieta livre de produtos de origem ou exploração animal bem como um modo de se portar e transformar o mundo de forma a garantir que os animais não humanos sejam tratados com igual consideração.

Ao entrar em contato com a literatura a respeito do tema, bem como com os interlocutores, percebemos (eu e minhas colegas) que a categoria *animais não humanos* era comumente chamada à baila: em praticamente todas as falas se referiam aos animais desta forma. Fazendo uma análise preliminar nesse sentido, foi perceptível o investimento em palavras que nos lembrassem, em diversos momentos das entrevistas, de nossa humanidade enquanto condição compartilhada não só pela *senciência* – que pode ser resumida na capacidade dos seres em produzir experiências sensoriais e é uma categoria nativa bastante discutida - de seres de outras espécies, como também por comparações relativas à inteligência de alguns animais e bebês, por exemplo. Porém, em alguns momentos também eram utilizados conceitos para nos remeter aos humanos enquanto a única espécie moralmente imbuída de alguns deveres, por possuímos características - a exemplo da razão - não encontradas, ao menos até o momento, em outros animais. Dessa forma, agindo contra o *especismo*, uma vez que aqui a discriminação é positivada: se há diferença, é através dela que buscam remediar o preconceito e todo o prejuízo causado aos animais em nome dele.

Assim, a partir desta inserção inicial, através das conversas e entrevistas com estes primeiros interlocutores, pude perceber que, de forma enfática, as pessoas que militam em defesa dos animais, seja academicamente ou através de ONGs, grupos de discussão ou manifestações, todos têm em comum a proposta de mudar a nossa maneira de interagir com os animais, contribuindo para a criação de uma nova forma de se pensar os seres da cultura e da natureza, transformando muitos em um só: onde alguns enxergam animais e humanos, essas pessoas veem apenas seres passíveis de sentir dor ou, como posteriormente me explicaram, seres sencientes. Então, o objetivo último e principal das ações pensadas por grande parte dos que defendem os animais é retirar a razão humana do centro de suas preocupações morais e equiparação de espécies dando lugar à *senciência*.

Como pude perceber, os movimentos em defesa dos animais não têm, necessariamente, ligação com os movimentos ambientalistas ou de cunho ecológico. O que me aventurei a estudar e as discussões que pretendo expor aqui passa longe disso. Não esperava encontrar uma

noção de animal descolada de uma noção pura de Natureza, aliás, esse foi meu maior pressuposto a ser desconstruído em campo. As pessoas com quem tive contato possuem, então, um senso crítico singular que por vezes demonstram opiniões bastante contrárias à visão da Natureza enquanto uma entidade imaculada.

É a partir desse pressuposto que pretendo basear minha dissertação. Parto do argumento que as pessoas com quem fiz essa pesquisa não pensam nos animais da forma clássica. Chamo de forma clássica a distinção que é feita entre os seres da natureza e os seres da cultura quando nos referimos aos animais e aos seres humanos, respectivamente. Nesse sentido, o conceito de **antropomorfismo** pode nos ser útil para entendermos suas posições no mundo. Na introdução do livro "Thinking with Animals: new perspectives on anthropomorphism", organizado por Daston e Mitman (2005), estes autores trazem a categoria de **antropomorfismo** indicando que seria uma "palavra usada para descrever a crença de que animais são essencialmente como humanos e que normalmente é aplicada em tom de reprovação, tanto intelectual quanto moral" (2005, p. 02)⁵. Quem critica o uso do conceito, normalmente o faz conectando-o moralmente a outro, bastante conhecido, o de **antropocentrismo**. Para esses críticos, acreditar que animais pensam como humanos ou atribuir humanidade aos animais seria uma forma de narcisismo egocêntrico: ao olhar para o mundo, só conseguiriam enxergar seus reflexos, ou seja, ao atribuir características humanas aos animais, as pessoas estariam projetando seus próprios desejos e sentimentos, pois acreditam, egoisticamente, serem o centro do universo (*Idem*, p. 04). Confesso que durante algum tempo pensei ser esse o caso dos meus interlocutores de pesquisa, porém, com o aprofundamento das discussões e mais tempo em campo, percebi não ser essa a forma de antropomorfismo empregada por eles. Para responder qual seria, perpasso algumas questões nos capítulos que seguem: Em qual contexto se encontram esses atores, quais trajetórias levaram essas pessoas aderirem à movimentos em defesa dos animais, a fazerem essas manifestações? Existe uma única proposta de "luta", ou melhor, existe uma homogeneidade de ações ou ideais que poderiam ser formuladas enquanto um único movimento? Os argumentos que sustentam a realidade vivida por essas pessoas são os mesmos quando pensamos o animal na filosofia ou na ciência, por exemplo?

⁵ Tradução livre.

Nesse sentido, meu mote principal é o de elucidar e discutir as trajetórias que levaram essas pessoas a militar pelos animais e a produção de teorias e conceitos - como a de *igual consideração* ou em relação aos danos causados aos animais em natureza, bem como *senciência*, *especismo*, *honestidade de propósito*, entre outros - que se formam através das relações entre os ativistas nos contextos da minha pesquisa de campo. É sob esta ótica que situo este trabalho, utilizando como base etnográfica meu campo com militantes em defesa dos animais em dois grupos distintos da cidade de Florianópolis.

Proponho, como exercício inicial, apontar duas categorias que estarão entrelaçadas no texto: *ciência e moral*. Resumindo, todo o meu campo foi permeado pelo uso (ou usos) da *Ciência*. Se tratando de *vivissecação*, por exemplo, essas pessoas trazem à baila as grandes diferenças entre humanos e não humanos. Pautam-se principalmente no discurso científico de que, por sermos espécies distintas e por isso possuímos comportamentos genéticos/fisiológicos distintos, não deveríamos utilizar ratos, camundongos ou quaisquer outros animais nos modelos experimentais para confecção de novos produtos (remédios, cosméticos e outros) para humanos. Esse *novo* (como dito por um interlocutor) campo de estudos sobre o uso dos animais para fins científicos acaba expondo um dos grandes debates do campo das ciências naturais na atualidade. A partir da narrativa de um evento em que estive presente, intitulado “Evento sobre O Uso de animais no Ensino e na Pesquisa”, será exposto e analisado um embate travado por pesquisadores que tomam diferentes (e às vezes contrárias) direções no interior dessa questão.

É também através da biologia que meus interlocutores nos remetem às semelhanças em relação as nossas capacidades sensoriais para com os animais. Assim, tratando-se do uso do termo *moral*, o que é acionado na fala dessas pessoas são as semelhanças relativas às nossas (humana e não humana) capacidades de sofrimento e gozo. Mesmo que façam na maioria das vezes o uso do discurso científico hegemônico, existe outro discurso - da necessidade de sensibilização pela dor do *outro* -, que concomitantemente se faz presente. Entretanto, o que esses indivíduos pretendem, conscientemente, é aproximar a sua ética aos diversos campos do conhecimento. O discurso proferido por todos os meus interlocutores, apresenta-se na máxima de que é impossível falar em direitos dos animais, políticas públicas, leis ou seus (não) usos sem que se esteja falando em ética. Assim, a construção desses movimentos passa pela reafirmação das fronteiras interespecies - argumentam, por

exemplo, que os animais não podem se defender sozinhos ou não entendem o que está acontecendo -, mas, também e simultaneamente, pela sua negação, ou melhor, por um alargamento das mesmas: somos todos animais e por isso estaríamos em um mesmo patamar moral.

Não há dúvida que a questão animal dá margem a debates muito acalorados, participei de muitos, não apenas quando estive em campo. Falar a respeito de alimentação enquanto um ato político e moral parece mobilizar, para o bem ou para o mal, diversas questões: se comer carne (ou maltratar os animais) é meramente opcional, como insistem alguns, não precisaríamos discutir esta questão: é o que apontam meus interlocutores. *Provar* que a ética pode ser prática foi um dos objetivos do curso que participei enquanto em campo.

Se lermos qualquer livro, dissertação ou artigo relacionado às tendências ou formas de se pensar moralmente nossas formas de interagir com animais atualmente, encontraremos, via de regra, três opções: *as conservadoras, reformistas ou abolicionistas* (FELIPE; 2007). As *conservadoras*, como o nome já diz, não propõe alteração alguma nas nossas interações com os animais não humanos. Nas *reformistas* encontramos o chamado *bem-estarismo*, termo muito utilizado pelas pessoas militantes a favor do *abolicionismo animal* para identificar o que *não* deve ser pauta de discussão: propostas de alterações e reformas na esfera jurídica, mas que, segundo eles, continua vendo os animais enquanto seres subservientes aos humanos. Por último, se pensarmos enquanto uma escala gradativa, os *abolicionistas*, que pretendem que paremos de utilizar os animais para os mais diversos fins humanos. É claro que em volta desses três termos existe toda uma miscelânea de formas possíveis de se analisar essa realidade mas, mesmo que essas ideias apareçam muitas vezes imbricadas, como passos indissociáveis, é a terceira (e como desdobramento, uma quarta) concepção e a dissociação entre elas que os meus interlocutores podem ser enquadrados, e como consequência, muitas das discussões aqui contidas partirão desse pressuposto.

Tendências recentes vêm abrindo portas para o crescimento de movimentos que têm como um de seus objetivos equiparar moralmente e judicialmente os animais humanos e não humanos. Assim, seus adeptos buscam apontar não só as diferenças, mas principalmente as semelhanças entre os animais de diferentes espécies, inclusive a humana. Posso citar, como exemplo, o aumento de pesquisas e reportagens a respeito das diversas implicações do uso de animais pela

ciência, é o caso da publicação do livro “Instrumento Animal: O uso prejudicial de animais no ensino superior⁶” (2008), uma coletânea interdisciplinar de artigos que debatem, a partir de pesquisas de diversos profissionais, questões históricas, éticas, educacionais, entre outras relativas ao tema.

Na mídia tem sido cada vez mais recorrente o aparecimento de matérias que mostram grupos de militantes em diversas manifestações, sendo o caso do mercado da pele de animais, talvez, o mais emblemático, pois as campanhas massivas do *People for the Ethical Treatment of Animals* (PETA) - entidade bastante contestada, entre outras razões, pelo teor sexista de suas propagandas - tem se alastrado no mundo todo, é caso da *I'd rather go naked than wear fur*⁷, em que participam muitos artistas e personalidades, principalmente nos Estados Unidos.

Também é possível encontrar em maior número estudos e publicações sobre as semelhanças ou não, quanto a aspectos fisiológicos e até mesmo culturais dos animais em relação aos humanos, basta olharmos os anais do XXIV Encontro Anual de Etologia - Brasília, Distrito Federal⁸ (1998), para vermos trabalhos como “A aprendizagem e a capacidade cognitiva nos animais domésticos: consequências para o bem-estar”, em que o autor, Donald Broom (p. 05), expõe pesquisas que demonstram a inteligência de diversos animais:

Experiências com bovinos e com muitos outros animais domésticos mostram que o reconhecimento individual é possível. Os ovinos fazem distinção entre os indivíduos calmos e os indivíduos com ansiedade. As experiências com cães e com galinhas mostram que os animais compreendem que um objeto existe quando ele está não visível. As experiências com suínos, bovinos e ovinos mostram que os animais têm conceitos complexos e certo nível de consciência,

⁶ TREZ, Thales (Org.). “Instrumento animal”: o uso prejudicial de animais no ensino superior. Bauru: Canal 6. 2008.

⁷ No ANEXO IV encontram-se dois cartazes da campanha.

⁸Disponível em www.bvs-psi.org.br/local/file/congressos/AnaisEtologiaEspecial.pdf (Acesso em 13/02/2013, às 20h52minh).

demonstrando até mesmo o "efeito eureka" nos bovinos e ovinos.

A mobilização em prol dos animais é, neste sentido, uma das possíveis respostas deste momento caracterizado pela problematização das relações interespecíficas. Tendo como estratégia promover a defesa dos direitos dos animais, estes movimentos pretendem acabar com a hierarquia entre as espécies. Pautando-se em uma noção particular de sofrimento, essas pessoas organizam manifestações públicas, recorrem à legislação e se articulam para que sejam abandonados os “princípios éticos e racionais que determinam e justificam o seu uso [de animais não humanos] para fins humanos” (PERROTA, 2011, p. 03[aposto meu]).

Pelos movimentos em defesa e proteção dos animais serem inspirados por trabalhos de filósofos profissionais (BEVILAQUA, 2011), encontrar textos sobre a orientação teórica das pessoas por ele envolvidas torna-se uma tarefa simples. A cada encontro com meus interlocutores eu voltava com, no mínimo, uma sugestão de bibliografia a respeito dos mais diversos temas. Normalmente estas sugestões de leitura se davam posteriormente à um debate sobre questões e pensamentos em comum, porém ainda insipientes ou por pensamentos muito contrários, como recurso ao entendimento. Com esse propósito, de entender melhor seus argumentos, emprestei e comprei livros como “A última palavra” (2001), de Thomas Nagel ou “Ecologia Social” (2012) de Murray Boockchin e “A Política Sexual da Carne” (2012) de Carol Adams, entre outros.

Entretanto, justamente por estes movimentos serem relativamente recentes – século XX –, as discussões e os estudos antropológicos a respeito desse grupo, principalmente no Brasil, ainda são poucos. Uma parcela dos trabalhos escritos atualmente no interior da comunidade antropológica brasileira tem se voltado para as questões jurídicas implicadas por essas discussões. Neste contexto encontra-se a dissertação de Daniel Ramiro (2011), intitulada *Vivisseção: uma disputa em sua regulamentação – das ruas ao parlamento*. Buscando “rastrear o contradiscurso acerca da experimentação animal no sentido de elucidá-lo enquanto um movimento social” (RAMIRO, 2011, p.05), o autor nos leva, através dos trâmites processuais da Lei Arouca, aos atores sociais envolvidos, bem como ao que ele chama de *contradiscurso* a respeito da construção simbólica do estatuto do animal de laboratório nesta questão de controvérsia científica (2011, p. 05). Para Ramiro, a visão hegemônica a respeito do *uso* de animais para fins científicos é posta em pauta quando questionada por um movimento

amplo que visa terminar com a utilização de animais não humanos para fins humanos, tendo como uma de suas frentes a luta contra a *vivissecação*.

Outra forma de pesquisa a respeito de pessoas adeptas à causa animal é vista no artigo de Souza (2007), *Straight Edges e suas relações na cidade*. Partindo de uma abordagem característica da antropologia urbana brasileira, a autora nos mostra, através de sua etnografia, como são tecidas as relações entre os *Straight Edges* e a cidade de São Paulo, descrevendo um de seus pontos de encontro, a sorveteria Soroko: que vende, além de outros artigos, sorvetes confeccionados com produtos 100% de origem vegetal.

Esta dissertação se enquadra próxima aos exemplos anteriores: estarei discutindo temas que levam às pessoas à travar lutas judiciais, seja através de abaixo assinados ou através de denúncias ao ministério público, entre outras. Também de pessoas que tecem relações únicas no tocante às suas opções alimentares e a cidade alvo da pesquisa, Florianópolis. Entretanto, não se tratará de fazer uma antropologia da cidade de Florianópolis a partir das relações tecidas por meus interlocutores. Tampouco de entender o papel dos mecanismos jurídicos “na constituição das formas de existência que o direito reconhece e normatiza” (BEVILAQUA, 2011, p. 06).

O foco e os dados aqui expostos partem principalmente da fase intensiva da pesquisa, que durou em torno de cinco meses. Teve início em meados do mês de abril de 2012 - após contatos prévios durante o ano de 2011 -, e “terminou” no início do mês de setembro. Durante este tempo, participei de encontros e da tentativa de formação de um grupo que visava discutir a questão do uso de animais no ensino e na pesquisa na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Estive em eventos voltados à temática, ajudei na divulgação⁹ de um deles (“Uso de Animais no Ensino e na Pesquisa”). Participei, ao mesmo tempo, de um curso em Ética Animal, em que, depois de um mês, conversei com os integrantes para que pudéssemos discutir e gravar debates a respeito de conceitos - sendo os mais importantes *veganismo* e *senciência* - utilizados no curso e por grande parte dessa militância. Os termos *vegano* e *veganismo* apareciam corriqueiramente nas conversas, por isso questionei a respeito em todas as entrevistas que fiz. Já o termo *senciência* era muito mais usado no curso de filosofia e foi consenso que

⁹ No ANEXO I encontra-se o folheto que distribuímos em dois dias distintos, na fila do Restaurante Universitário.

discutíssemos a respeito quando perguntei a abrangência do veganismo, ou melhor, sobre quais animais eram passíveis de sofrimento.

Procurei entrevistar todos os interlocutores que aceitaram participar na forma de entrevistas gravadas para pesquisa. Grande parte das informações aqui contidas provém do meu caderno e diário de campo e, em alguns trechos mais longos, de transcrições. As entrevistas se constituíram em conversas informais gravadas. Após dois meses em campo, contatei os integrantes com a proposta de participação em forma de entrevistas para a minha pesquisa. Avisei que seriam gravadas e que pediria que assinassem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo II). Todas as entrevistas iniciaram-se com perguntas a respeito de suas trajetórias de vida, em que momento e por quais motivos se envolveram com a questão animal. Os nomes¹⁰ presentes neste trabalho foram alterados para preservar o anonimato dos participantes.

As discussões aqui contidas surgem também da leitura de artigos, dissertações e livros que perpassam, entre outros temas, a história desse grupo ou de nossas relações com os chamados seres da natureza.

Dessa forma, no primeiro capítulo, de cunho sobretudo bibliográfico, trago um breve histórico dos grupos e pessoas em defesa dos animais. No segundo, reflito, a partir de conceitos chave como veganismo e senciência, a proposta teórica dos meus interlocutores. Para além da promoção de proteção e direito dos animais, como também o vegetarianismo ou veganismo, existem discussões filosóficas recentes a respeito dos danos aos animais que não são infligidos de forma direta pelos humanos. É o caso, por exemplo, dos animais em natureza. Segundo esta nova forma de pensar, se levarmos a cabo o princípio da *igual consideração*, o sofrimento de alguns animais em natureza, por exemplo, pode ultrapassar ao sofrimento dos animais em granjas e matadouros. Nesse sentido, a atenção dos ativistas em prol dos animais, dizem esses autores, deve levar essas questões em consideração. Sobre isso, também discuto no segundo capítulo. Já no terceiro, trago um embate a respeito do estatuto dos animais usados na ciência, em um evento "Sobre o Uso de Animais no Ensino e na Ciência" do qual participei enquanto em campo. Para concluir, nas considerações finais retomo alguns pontos importantes da escrita para corroborar meu

¹⁰ Exceto quando da descrição de eventos públicos e seus palestrantes, como também o nome do professor do curso em Ética Animal, Luciano Cunha, que é também o autor de textos utilizados nesta dissertação.

argumento principal, qual seja, elucidar a forma com que meu interlocutores pensam o *animal não humano* e o lugar que uma "antropologia", da qual faço uso, pode ocupar nessa discussão.

Capítulo 1. Contextualizando historicamente os movimentos em defesa dos animais

“Contra os que reduziam o animal a uma máquina, passa-se a elevá-lo à categoria de homem. Lógica do pêndulo, que qualquer um sabe que não para de repente no ponto médio” - Luc Ferry

Neste capítulo apresento e reflito, em poucas páginas, o desenvolver de uma “consciência” para com os animais que propiciou o surgimento, manutenção e conseqüente avanço de conceitos e instituições que buscam transformar nossas relações com os seres da natureza. Assim, esta seção é fruto principalmente de uma pesquisa bibliográfica que fiz com o objetivo de abordar a história da militância em prol dos animais e fazer um mapeamento dos conceitos e ideias que permeiam esses grupos e, por isso, aparecem na teoria proposta por meus interlocutores.

Localizar livros ou artigos a respeito desta história não foi uma tarefa fácil. Questionei todos meus interlocutores a respeito e obtive poucos retornos. Foi na dissertação de Mayra Ferrigno, "Veganismo e libertação animal: um estudo etnográfico" (2012) que encontrei grande parte das referências aqui expostas.

Pensar essa narrativa, requer, a meu ver, um retorno um pouco maior no tempo. O ato de falar, descrever ou discutir, como qualquer outro, é excludente por definição: é um, dentre muitos possíveis. Vejamos, então, alguns pontos que se entrelaçaram para formar o que estou chamando de movimentos em defesa dos animais e alguns chamam ora de causa animal, movimento vegetariano/vegano, entre outros.

O ponto que escolhi para começar essa linha histórica data do século XIV. Já é sabido que as formas de o ser humano lidar com a natureza varia de acordo com diversas questões e, principalmente, das expressões culturais a serem pensadas. Porém, nas sociedades ocidentais é possível encontrar em sua história formas de pensar o animal que hoje nos parecem tão estranhas quanto tentar processar que em algumas sociedades ameríndias os animais podem ser humanos disfarçados (LIMA, 1996; VIVEIROS DE CASTRO, 1996). A minha tese aqui diz respeito à relação entre o antropocentrismo exacerbado do século das luzes e o que estou chamando de uma de suas conseqüências: um novo olhar sobre os animais. Nesse sentido, aponto ao longo do capítulo um

paradoxo engendrado pela modernidade: o aumento de valores anticrueldade por parte da sociedade organizada em oposição às formas de crueldade institucionalizadas - caça, pesquisa (ou ciência), entre outros. Entendo que o antropocentrismo, juntamente com a industrialização e os grandes avanços tecnológicos foram os grandes impulsionadores para o "despertar" de um "pensar os animais enquanto sujeitos morais" da forma proposta na atualidade por meus interlocutores.

Podemos ponderar várias ressalvas a serem feitas sobre a frase acima. Não estou querendo transpor as ideias aqui expostas aos meus interlocutores de pesquisa. Cada grupo e pessoa que milita em prol dos animais possui especificidades, sendo difícil homogeneizar esses movimentos, o que, inclusive, é um dos apontamentos dessa dissertação. Porém, o que argumento aqui, e demonstro ao decorrer deste capítulo, é que por trás dos movimentos em defesa dos animais está um constante questionamento ao antropocentrismo, seja culminando no utilitarismo de Peter Singer (1994) e que dá lugar ao senciocentrismo, seja na ideia de biocentrismo proposta pelos movimentos ambientalistas ou em diversas outras propostas de repensar nosso lugar no mundo (FELIPE, 2009).

É nesse sentido que tracei esse capítulo, partindo do século XIV, perpasso a Europa no século das luzes até o século XXI, implicando também os Estados Unidos. Chego à conclusão de que só é possível, se falando de movimentos em defesa dos animais, pensar no animal enquanto *próximo e similar* - e é por isso que muitos ativistas militam -, se pensarmos em oposição ao animal enquanto o *outro, distante*. Ou seja, nos dois casos é a partilha de uma determinada *animalidade* que está em jogo. É porque os animais humanos e não humanos são passíveis de sofrimentos similares, em especial a dor, que é possível a aproximação com cachorros, gatos, bois e assim sucessivamente pois, "somos todos animais". Porém, é também porque rejeitam sua animalidade, no sentido de irracionalidade, que tornam esses mesmos animais distantes, tendo, então, o dever de lhes tutelar.

A relação dúbia entre seres humanos para com outras espécies de animais não é nova no ramo da Antropologia. Essa relação foi explicada, em determinado momento da história ocidental, a partir da superioridade moral humana, bem como pela separação entre mente e corpo, razão e sentimento, entre outras, presentes no paradigma moderno.

Essa produção de assimetrias/desigualdades, ou melhor, a divisão do mundo em partes distintas, contrárias e, muito importante, isoladas, são algumas possíveis características da nossa constituição de mundo moderno. Hoje, contudo, podemos perceber que o que esta constituição fez e faz, na verdade, é proliferar tudo que se encontra no meio desses polos “isolados”. Como explicita Latour (1994), essa *purificação*, a divisão do mundo entre partes ontológicas distintas, produz, na verdade, uma *proliferação de híbridos*, ou melhor, de tudo que não se encontra em um lado nem no outro ou, muito provavelmente, nos dois concomitantemente, uma vez que tudo se encontra conectado e a existência real de polos é bastante questionável.

Entretanto, se grande parte do discurso ocidental (no qual estamos imersos) ainda é o moderno, ou seja, baseia-se ainda – ora para criticar, ora para corroborar – em formas dicotômicas (inato/construído, natureza/cultura, animalidade/humanidade, entre outras) de pensar o mundo, podemos aceitar que este modo de pensar teve, no paradigma cartesiano, seu ápice. Pensando em apenas dois pontos importantes, podemos lembrar que, neste paradigma, essas dualidades não se encontram em grau de igualdade: a mente (pensamento/razão) é considerada superior ao corpo (sentimento), e os seres-humanos então, superiores em relação aos outros seres, uma vez que são tidos enquanto sujeitos morais (HOWELL, 2004).

Nesse sentido, o ser humano descola-se da natureza e nós “perdemos o mundo: transformamos as coisas em *fetiches* ou mercadorias; [...] e as nossas filosofias, acosmistas, sem cosmos, desde há quase meio século, falam de linguagem ou de política, de escrita ou de lógica” (SERRES, 1990, p. 52).

Vale salientar, porém, que existem alguns movimentos, no interior dessa mesma sociedade, dispostos a repensar - tanto para transcender quanto para reformar - essas formulações a respeito da especificidade humana.

Em seu livro “A nova ordem ecológica”, Luc Ferry (2009) já na primeira página da introdução nos remete a diversos *processos de animais*: processos que aconteceram entre os séculos XIII e XVIII na

Europa¹¹ pré-moderna, em que, de um lado figuravam os homens sentindo-se lesados por algum motivo específico - praga de besouros, escaravelhos, ratos ou larvas, por exemplo - e, por isso, processavam essas criaturas que, enquanto obras de Deus, possuíam direitos de se alimentarem tanto quanto os humanos. Reconhecidos, porém, legalmente enquanto menores, eram-lhes atribuídos um representante assistido por um advogado, que deveria então, servir aos propósitos de seus clientes:

1587: os habitantes do vilarejo de Saint-Julie intentam junto ao juizado episcopal de Saint-Jean-de-Maurienne um processo contra uma colônia de gorgulhos. Esses “amblevins” ou “verpillons” invadiram vinhedos onde vêm causando estragos consideráveis, e os camponeses pedem a seus representantes que redijam em seu nome uma petição dirigida ao “reverendo senhor vigário-geral e oficial do bispado de Maurienne”, a quem suplicam que se digne a prescrever as medidas convenientes para aplacar a cólera divina e a proceder dentro das regras, ‘por intermédio da excomunhão ou qualquer outra censura apropriada’, à expulsão definitiva dos insetos. Cerca de quarenta anos antes, em 1545, um processo idêntico já ocorrera contra os mesmos besouros (ou pelo menos seus ancestrais). O caso foi resolvido com a vitória dos insetos, defendidos é verdade pelo advogado escolhido para eles, como exigia o processo, pelo próprio juiz episcopal. Este último, usando como argumento o fato de os animais, criados por Deus, possuírem o mesmo direito que os homens de se alimentarem de vegetais, recusara-se a excomungar os besouros [...] (FERRY, 2009, p. 09-10).

¹¹ A Europa, o mundo europeu, a modernidade, o homem moderno, entre outros termos que serão utilizados fazem referência a uma ideia historiográfica da qual faço uso, aqui, para apresentar relações e processos entre homens e animais em determinados momentos da História Ocidental. Nesse sentido, deixo de lado muitas outras configurações que poderiam ser descritas, tendo a consciência que o resultado aqui exposto é apenas um, dentre muitos possíveis.

Pensar nos animais enquanto sujeitos de direitos, nessa época, faz sentido quando entendemos que as regras que regiam as vidas dessas pessoas estavam pautadas, principalmente, nas leis divinas. A humanidade não padecia, ainda, do antropocentrismo.

Enquanto os citados processos borbulhavam pela Europa deste período, especificamente na Inglaterra “nasce”, por volta de 1700, o então chamado movimento vegetariano (THOMAS, 2010). Tendo como integrantes indivíduos de classes mais abastadas e sendo notoriamente urbano, este movimento vai se consolidar após o advento da industrialização. Tal qual o psicanalítico (GELLNER, 1988), as populações mais ricas, que deixavam de se preocupar com a peste ou a fome, podiam voltar seus medos e anseios para outro lado:

O advento da sociedade industrial afluente transformou totalmente a condição humana. Em todas as outras épocas, os homens tinham motivos de sobejo para temer a fome: ‘Dai-nos hoje o pão nosso de cada dia’ não era um pedido vazio ou trivial. Mas agora passou a ser. Num grau surpreendente, o medo da fome ou mesmo da morte prematura já não aflige o mundo desenvolvido como uma obcecação.

[...] Justificado ou não, o homem nas camadas bastante extensas e seguras das sociedades desenvolvidas entrega-se aos seus negócios com uma razoável confiança em viver uma longa vida, sustentado pelo potencial produtivo de sua sociedade e protegido pela sua ciência médica (GELLNER, 1988, p. 36).

A crescente preocupação relativa aos direitos dos animais, já no século XIX, é associada às zonas urbanas, em que cada vez mais pessoas, distantes da realidade agrária e com o crescente hábito de criar animais de estimação, podiam praticar a delicadeza para com estes (e outros) seres (FERRIGNO, 2012, p. 22).

Keith Tomas (2010) em “O homem e o mundo natural” escreveu, talvez, o livro mais completo a respeito do que ele chama de “mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)” na Inglaterra, país considerado o “berço” do movimento da Causa Animal. A formação do então chamado movimento vegetariano, para este autor, é perceptível na Inglaterra a partir do século XVIII:

muitos protestos, relativos aos mais diversos temas como retalhamento de peixes, abates humanitários, entre outros, se disseminaram no país.

Muitos filósofos pensaram e pensam a respeito da nossa relação com os animais, mas foi a obra de René Descartes (1596-1650), em particular, que deu as ferramentas éticas necessárias para que gerações de pesquisadores defendessem o uso da experimentação animal. Este autor afirmava que os animais eram desprovidos da capacidade de sofrer, sendo descritos como máquinas ou autômatos cujo destino seria servir de recurso à sociedade industrial emergente (MACIEL, 2009, p. 33).

Assim,

A reflexão sobre a inteligência dos animais levada a frente pelo pensamento cartesiano é seguida por outros questionamentos referentes à posse de linguagem, cultura ou alma. Pode-se afirmar que os argumentos que buscam demonstrar a ausência dessas quatro características nos animais e, em contrapartida, a posse singular por parte dos seres humanos são basilares da separação entre humano e animal (PERROTA, 2011, p. 06).

É a partir desta separação, levada a cabo no paradigma supracitado, que o ser humano passa a ser um ente que se exclui do mundo animal. Ou seja, pertencente à categoria biológica *Homo sapiens*, o ser humano é, contudo, o único dotado de humanidade – agora não mais apenas enquanto espécie, mas enquanto condição oposta à animalidade (INGOLD, 1995). E é neste paradigma antropocêntrico que se firma grande parte do discurso ocidental até os dias atuais.

No século XVIII autores se voltarão à escrita de obras que evidenciam outro modo de pensar o animal, caracterizando um debate que dura até a atualidade sobre o chamado *estatuto moral* dos animais. São exemplos os escritos de Voltaire (1694-1778), David Hume (1711-1776) ou mesmo o “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” (1754) de Rousseau e “Uma introdução dos princípios da moral de da Legislação” (1789) de Jeremy Bentham (FERRIGNO, 2012). Essas obras começavam a expor pensamentos de uma época em que, também pela Revolução Industrial, formou-se uma nova sensibilidade relativa à natureza e outras formas de vida que não humanas. A burguesia vai padecer, então, da Modernidade e seu processo civilizatório (ELIAS, 2011).

Isso pressupunha reflexões éticas não apenas sobre a moralidade que perpassa a humanidade, mas também sobre a relação entre humanos e a chamada natureza e, especificamente, em relação aos seres naturais “animados”. Tais ideias casavam de modo particularmente forte com a proposta de abstinência de carne, na visão de alguns indivíduos (FERRIGNO, 2012, p. 24).

O humanismo, que instigava “a curiosidade intelectual, o espírito de iniciativa, o desejo de exploração do mundo” (MACIEL, 2009, p. 32), foi aprofundado no movimento das luzes: o iluminismo alavancou o desenvolver da ciência, pautando-se na ideia de progresso constante da humanidade (*Idem*). É durante esse período (século XVIII) que o pensamento europeu passa por mudanças profundas: saindo do centro da criação divina em direção aos avanços científicos que produzirão “A Partilha” do homem moderno e uma grande diferença nas percepções relativas à natureza. Desenvolveu-se, assim, um ambiente receptível ao do uso de animais pelo “avanço” da ciência.

Então, uma das consequências dessa modernidade foi a criação de mais um paradoxo: se valores anticrueldade se intensificaram no século das luzes, foi também neste século que a ciência se aprimorou o suficiente para forjar novas técnicas e medicamentos que precisariam ser testados com os mais requintados rituais de morticínio científico: desde cortar animais vivos, sem anestesia, às mais “simples” injeções de substâncias para observar, mensurar e anotar a eficácia de seus métodos (CHERRY, 2008).

Com a publicação da primeira edição de “A Origem das Espécies” em 1859, de Darwin, o campo científico natural sofrerá mais uma importante transformação:

Os estudos da anatomia dos animais e a observação minuciosa dos seres naturais engendraram a construção de uma teoria evolucionista, que supunha aquilo que alguns filósofos já haviam exposto: o fato de nós mesmos sermos animais. No entanto, a teoria evolucionista evidencia o parentesco dos seres viventes através do pressuposto de que, além de sermos animais, nossa espécie surge como um desenvolvimento de outras (primatas). Assim, há menos uma distinção

da natureza (ou a existência de algo “essencialmente humano”) do que de grau: evoluímos (ou, mais amplamente, nos transformamos, pois evolução pode supor ideia de melhoria) para a espécie humana, assim como outros seres evoluíram para outras formas de vida, o que supõe um parentesco entre todos. Por outro lado, [...] O uso científico de animais, tal como o processo de industrialização de suas carnes, pode ter sido possível a partir de uma relação quase exclusivamente utilitária (por vezes mercadológica, por vezes em nome do avanço da ciência e muitas vezes as duas razões estão juntas) em relação a natureza e as espécies animais: aquilo que posteriormente uma consciência ecológica, do final do século XX, condenará. (FERRIGNO, 2012, p. 25-26)

1.1 Institucionalizações, invenções de temas e conceitos: a primeira sociedade vegetariana e o termo vegan

Continuando, passamos agora ao século XIX, em que serão criadas as primeiras instituições e sociedades voltadas à proteção animal, encontradas não só na Europa, mas também no continente norte-americano. Foi neste século que os animais de companhia se “transformaram” nos *pets* da classe média e alta europeia, principalmente na França. É também nessa época que a medicina vai se profissionalizar na prática da *vivissecação*, criando uma discussão que perdura até os dias atuais e é também no século XIX que os ricos tornaram-se mais ricos e foram “convocados” a trabalhar por uma sociedade melhor (CHERRY, 2008).

Como dito,

A vida moderna nas sociedades afluentes, embora acompanhada de um sentimento de bem-estar material seguro, está notoriamente crivada de outras ansiedades – ansiedades essas que não estavam totalmente ausentes no passado mas que aqueles que viveram em épocas fisicamente menos confortáveis não podiam dar-se ao luxo de colocar no centro de suas atenções (GELLNER, 1988, p. 37-38).

Deste modo, essas pessoas, agora mais organizadas, fundavam instituições e agiam de maneira a conseguir maiores alterações nas leis e hábitos das populações envolvidas. É o caso, por exemplo, da *Society for the Prevention of Cruelty to Animals* (SPCA), de 1824, da *Society for the Protection of Animals Liable to Vivisection*, posteriormente *National AntiVivisseccion Society*, de 1866 e, em 1898, mesmo período da abolição da escravatura negra, a *British Union for the Total Abolition of Vivisection* (BUAV). Em 1800 a primeira lei anticrueldade animal promulgou-se na Inglaterra e é também do século XIX a criação de termos como *visseccção* (1865) e *vegetarian* (1847): este último, cunhado por Joseph Brotherton, nasce de mãos dadas com a primeira Sociedade Vegetariana da Grã-Bretanha (*Vegetarian Society*), de onde surge a palavra. As pessoas que se abstinham de comer carne, anteriormente, eram chamadas de “pitagóricas”, em referência ao filósofo Pitágoras, que se abstinha do ato por razões éticas. Em 1865, Claude Bernard publica “Uma Introdução ao Estudo da Medicina Experimental”, possuindo, entre suas páginas, o termo *visseccção* – uso de animais para fins científicos. Em 1883, a mulher de Claude Bernard (posteriormente ex-mulher), Marie Françoise Martin, contrária a prática exercida por seu marido, funda a *French Anti-viviseccion Society*, mostrando que, desde o princípio, essas técnicas possuíram oposição, não tendo, entretanto, vinculação ao movimento vegetariano, uma vez que nem todos que eram contrários à prática da *visseccção* eram vegetarianos (FERRIGNO, 2012).

É perceptível que a maioria das instituições criadas no século XIX tinham como objetivo diminuir a crueldade com os animais exercida em nome da ciência. Não é difícil entender que isso se devia e deve, até hoje, ao fato de que os cientistas se utilizam também de animais cuja carga afetiva e emocional da população é grande. É em relação aos cachorros, gatos e outros *pets*, principalmente, que muitos protetores protestavam e ainda protestam, o que acaba gerando alguns debates entre os chamados *protetores* e *abolicionistas* (por que gatos e cachorros e não bois ou peixes?).

Se o século XVIII foi o século dos protestos e o XIX da institucionalização, é no século XX que teremos uma maior adesão ao vegetarianismo. Porém, a repercussão dessa forma de pensar não está vinculada, necessariamente, à diminuição da mortalidade de animais. Como veremos, é justamente por seu contrário – o aumento da mortalidade, mitigada pelas diversas formas de industrialização -, que surge outra maneira de ser vegetariano: o intitulado *veganismo*.

Muitos matadouros são construídos nos finais do século XIX e início do século XX, a possibilidade de transporte de animais em navios frigoríficos, as comidas enlatadas, entre outros motivos contribuíram para o aumento da produção de carne, possibilitando também a popularização de seu consumo, antes apenas pela elite, hoje, por quase todos:

O processo industrial da produção da carne, supõe, portanto, um tratamento determinado em relação ao animal, percebido como matéria-prima a ser processada e mercadoria a ser comercializada, entre os outros produtos que começavam a se multiplicar e se disseminar em um contexto de crescimento do capitalismo. Contra este tratamento que intensifica a utilização dos animais sem qualquer respeito à sua integridade, Donald Watson cria o chamado veganismo (FERRIGNO, 2012, p. 33).

Em relação ao período das Grandes Guerras, o mundo passou por uma grande racionalização de comida, transformando muitos em “parcialmente vegetarianos” e, com a escassez de diversos tipos de alimento, as condições nutricionais das populações sofreram más consequências, levando a dieta vegetariana a representações ruins como a desolação da guerra, a fraqueza da população entre outros. Mesmo assim, o período entre guerras é chamado de “Era de Ouro do Vegetarianismo” (ADAMS, 2012), pelo fato de muitas populações terem se tornado vegetarianas neste período. Em 1944 a primeira Sociedade Vegana (*Vegan Society*) foi fundada por Donald Watson, criador do termo, e Elsie Shrigley, na Inglaterra (CHERRY, 2008). Por princípios éticos relacionados aos [não] usos dos chamados animais não humanos e pelo fato da dieta vegetariana conter produtos derivados de animais, tais como ovos e leites, Watson publica, em 1944 a “*Vegan News Magazine Of the non-dairy vegetarians*” em que expõe, resumidamente, os motivos de propor e aderir a uma nova forma de ser vegetariano na Inglaterra.

Concomitantemente às mudanças em relação aos animais vieram as mudanças nas concepções de direito dos animais – antes, estendida apenas aos animais domésticos, hoje, na tentativa de abranger todos os animais. Luc Ferry (2009) nos esclarece que só após a criação de um sistema filosófico bem próprio, o utilitarismo, tornou-se possível questionar o antropocentrismo, dando origem a uma ideia em que o

homem passa a não ser mais o único sujeito de direitos e, aqui, chegamos à atualidade dos movimentos em defesa dos animais: é a partir da década de 1970, especificamente no ano de 1975, quando da publicação de “Libertação Animal” de Peter Singer, que um movimento de mesmo nome ganha pernas.

1.2 O movimento de Libertação Animal e algumas tendências atuais

Na década de 70 do século XX, passa a existir um movimento bastante específico chamado Libertação Animal.

[...] o filósofo australiano Peter Singer, juntamente com o psicólogo britânico Richard Ryder, com o teólogo britânico Andrew Linzey (e posteriormente também com o filósofo estadunidense Tomas Regan), formaram o Grupo Oxford, um grupo de estudos da universidade inglesa e cujo propósito era o de questionar filosófica e cientificamente o status moral dos animais não-humanos (inferiorizado em relação ao dos seres humanos, dentro de uma tradição da filosofia ocidental).

[...] O termo “libertação animal” (ou animal liberation) representa hoje o nome de um movimento global vegetariano. A obra homônima fora uma denúncia contra os abusos de animais utilizados, por exemplo, como alimento ou como cobaias de experimentos científicos. Baseada em reflexões éticas e em princípios filosóficos do utilitarismo, tornou-se referência dentro de uma causa política que aos poucos se formava (FERRIGNO, 2012, p. 57, 59-60).

É a partir dessa década que as discussões a respeito da ética em relação aos animais não humanos são levadas às academias. É também a partir deste período que o movimento vegetariano toma força e se funde às discussões relativas ao direito e à ciência: calcados na força dos indivíduos, os militantes agora são partidários do “faça você mesmo” e exibem cada vez mais os motivos do “*Go vegan*”.

- E aquilo, né. Fazer as pessoas verem o que elas estão vivendo. Hoje em dia as crianças não sabem

de onde vem o que elas comem.. Ninguém mais sabe. Eu lembro que uma das dificuldades quando eu tava parando de comer carne, quando eu tinha os meus 10 anos, era tipo assim, eu comer patê e não associar que aquilo lá era carne. Porque tu tá tão acostumada a comprar tudo embalado, comprar tudo artificial, que tu nem sabe o que tá comendo. Tu nem sabe de onde vem, um monte de porcaria industrializada. Tem gente que não faz ideia do que se passa na indústria da carne. É a mesma coisa com o uso de animais na ciência. Tu vai conversar com alguém e falar que 15mil animais são mortos na universidade por mês? Ninguém faz ideia disso. E é assim, mostrar pras pessoas o que acontece, depois elas tem a possibilidade de escolher se elas querem aquilo ou não.. [...] É a mesma coisa com o couro, essas coisas assim.. Eu antes de virar vegetariana, vegana, não pensava de onde vinha a roupa. Talvez eu comprasse, se fosse barato, um cachecol de pele, porque eu não fazia ideia de onde vinha. ‘Ah, é bonito’.. Meu, que horror, sabe? O que acontece praquilo chegar nas tuas mãos (Sofia, 07/08/2012).

Ou seja, não basta que se façam leis ou se discutam nas universidades, é preciso, agora, mudar a forma de pensar do maior número de pessoas possíveis:

Num fim de semana de novembro de 1981, na Faculdade de Direito do Brooklyn (Nova Iorque) ocorreu o primeiro congresso nacional realizado por advogados sobre a questão jurídica dos animais (embora nomes possam e devam ser associados a toda essa informação histórica, este nível de detalhes terá de esperar até que um livro seja escrito). No ano seguinte, num encontro em São Francisco (Califórnia), a primeira organização nacional de advogados foi formada para promover os direitos e o bem-estar dos animais no sistema jurídico. [...] Ademais, na década de 80, a organização de ativistas PETA (People for the

Ethical Treatment of Animals) e muitas organizações não-governamentais foram criadas. Isso deu início ao movimento social e jurídico para conscientizar sobre o sofrimento animal e promover mudanças dentro do sistema jurídico em favor dos animais. Esse movimento crescente teve uma atividade considerável e interessou a população em geral, desembocando, no verão de 1990, na “March for the Animals” em Washington D.C., (nossa capital federal). Mais de 10.000 pessoas marcharam da Casa Branca (residência do presidente dos EUA) até o prédio do Congresso Nacional, entoando palavras de ordem e proferindo discursos em benefício dos animais. O itinerário e o formato da marcha seguiram as antigas tradições das marchas de protesto popular, criadas durante o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos nos anos 60 (FAVRE, 2006, p. 26).

Nessa linha, Peter Singer (1975) estimulou discussões a respeito da ética em relação aos animais, trazendo a baila o conceito de *equidade*. Por *equidade*, o autor do termo não propõe que todos os seres são iguais, mas, já que todos os seres *sencientes* sentem dor ou prazer, todos eles merecem *igual consideração*, partindo assim, do princípio de *minimização do sofrimento*: como os animais sofrem da mesma forma que os humanos, eles tem o direito de evitar o sofrimento desnecessário provindo dos humanos, e conclui que a partir de nossas escolhas individuais e nossos estilos de vida é possível minimizar diversos danos causados aos animais (CHERRY, 2008, p. 20). Desta forma, é possível dizer que Singer pretende incluir os animais não humanos na esfera de consideração moral e jurídica estatal (MACIEL, 2009).

Assim, os militantes em favor do utilitarismo de Peter Singer enunciam frases parecidas à de um interlocutor com quem conversei no primeiro semestre de 2011, explicando que a questão é maior do que apenas “comer carne ou maltratar esses *animais não humanos*”, a questão é de ser “coerente perante o mundo em que se vive, não causando dor e sofrimento para os que são capazes de senti-los” (Wagner, 10/05/2011).

Também em 1975, Tom Regan, outro famoso pensador em prol da defesa animal, escreveu seu primeiro texto relativo às discussões sobre o estatuto moral destes na esfera jurídica: “*The moral basis of*

Vegetarianism”. Posteriormente, em 1983, publicou seu mais conhecido livro: “*The Case of Animal Rights*”. E é a partir de então que muita polêmica vem sendo gerada: rechaçando a racionalidade como um conceito válido tratando-se de pensar os animais, o autor nos mostra que atribuímos valores inerentes a muitos seres humanos que não são (ou estão) racionais, como bebês e pessoas com deficiências mentais severas. Regan afirma, dessa forma, que o que devemos levar em conta quando nos referimos aos animais é que estes, assim como os humanos, são *sujeitos de uma vida*, o que significa que eles também possuem consciência, desejos e senso de futuro. Nesse sentido, este autor argumenta que os animais não humanos, assim como os humanos, possuem direitos morais de não serem utilizados enquanto recursos (CHERRY, 2008).

Sobre a problemática das diferentes tendências relacionada às formas de militância em defesa dos animais, o filme *Bold Native*¹² (2010) é representativo: ao retratar a vida de ativistas da Libertação Animal nos Estados Unidos, nos leva a perceber os diversos ângulos e frentes de luta presentes nessa militância, algumas tidas pela população em geral como bastante *radicais*, pois têm suas ações classificadas, ao menos nos Estados Unidos, enquanto terrorismo. É o caso da *Animal Liberation Front*¹³ (ALF) ou Frente de Libertação Animal, um coletivo de pessoas que faz uso da chamada *ação direta*: “resgatam” animais de laboratórios, destroem propriedades (daí um dos motivos de serem classificadas, na legislação norte americana, enquanto terroristas) e “libertam” animais de granjas, etc. Já as tendências tidas como *reformadoras* ou *menos radicais*, como é o caso de parte dos meus interlocutores, apresentam propostas que visam, por exemplo, reformas no ensino, em indústrias e na sociedade. Vale ressaltar que essas ações são pensadas, ao menos pelos meus interlocutores, apenas enquanto estratégias ou passos para se atingir um ideal.

O Movimento de Libertação Animal pode ser descrito, de maneira geral, enquanto um movimento amplo, de escala global, que visa transformar sobremaneira as nossas relações com os animais não humanos. Se pensarmos nas três formas de se pensar o animal que expus

¹² Assisti ao filme na II Mostra Animal, que ocorreu nos dias 5 e 6 de novembro de 2011. Para mais informações a respeito do filme, consultar: <http://boldnative.com>

¹³ <http://www.animalliberationfront.com>

logo na introdução, nota-se que este movimento é abolicionista, ou seja, tem como objetivo a abolição do uso de animais para fins humanos.

Faz-se importante, neste contexto, entendermos que as estratégias e formas de militância em defesa dos animais são diversas e bastante distintas, o que gera muitos debates. Um deles, muito forte, foi possível perceber, tanto nas falas proferidas pelas pessoas com quem conversei pessoalmente, como em diversos e-mails e sites na internet, a respeito da distinção entre *vegetarianos* e *veganos*.

Resumindo, nem todo adepto à causa animal é necessariamente *vegano*¹⁴, e ser *vegano* nem sempre pressupõe um “estilo de vida”, podendo ser categorizado apenas enquanto uma dieta livre de produtos de origem animal. Entretanto, o estilo de vida *vegano* pressupõe uma prática militante em prol dos direitos dos animais. Existem também debates a respeito dos chamados *protetores*¹⁵, *bem-estaristas*¹⁶, entre outros termos/tendências referidas ora enquanto uma categoria de acusação, ora enquanto uma categoria distintiva. O *ser vegano* está para além de cuidar de animais abandonados, ou melhorar suas condições de morte. A proposta é enfática: esses defensores militam pela eliminação completa dos usos de animais para fins humanos, como já explicitado anteriormente. Caetano Sordi (2011) explica que essas pessoas são por vezes chamadas ou tidas enquanto “radicais”, pois, “o abolicionismo animal, levado às suas últimas consequências, introduziria uma mudança civilizacional sem precedentes na história humana” (2011, p. 08), já que a *utilização* de animais para múltiplos fins é um traço em comum entre muitas sociedades.

Porém, como elucidada Descola,

Proteger os animais outorgando-lhes direitos —
ou impondo aos humanos deveres para com eles

¹⁴ A respeito deste conceito em específico, dissertarei posteriormente.

¹⁵ Ou *cachorreiros*, *gateiros*, etc, são assim chamados por atuarem de forma a proteger algumas espécies (geralmente de estimação) em específico. Muitos protetores são vegetarianos ou *veganos*, entretanto, uma prática não pressupõe a outra.

¹⁶ No discurso dos assim chamados *bem-estaristas*, é perceptível uma proposta de algo como uma redução de danos. Explico: não seria preciso abdicar dos usos de animais em prol dos humanos, entretanto, essas práticas devem ser fiscalizadas de forma a não serem cruéis. Os animais devem ser anestesiados e o menor dano deve ser causado. Ou seja, leva em consideração o “bem-estar” dos animais em uso, daí o nome.

— é apenas estender a uma nova classe de seres os princípios jurídicos que regem as pessoas, sem colocar em causa de maneira fundamental a separação moderna entre natureza e sociedade. A sociedade é fonte do direito, os homens o administram, e é porque são condenadas as violências para com os humanos que as violências com relação aos animais se tornam condenáveis. [...] Decidir tratar a natureza com respeito e benevolência supõe que a natureza exista — e também, sem dúvida, que tenha sido primeiramente maltratada. Quando a natureza não existe sob a forma de uma esfera autônoma, a relação com os animais só pode ser diferente da nossa, e a questão sobre matar um animal só pode se colocar em termos muito distintos daqueles que nos são familiares (1998, p. 25).

Uma das grandes críticas feitas por militantes diz respeito a uma suposta contradição entre os comportamentos para com as distintas espécies de animais (humanos ou não).

- (...) É que aqui em Floripa é muito *bem estarista*. Eu acho. Sem ser pejorativo mesmo, sabe? Mas, cachorreiros, coisa assim.. São pessoas que estão ali, pelos animais de estimação. E não pela causa animal como um todo. Mas pra mim, quando eu penso, que eu não gosto, assim, por exemplo, quando tu quer ser antixista, e tu não gosta de marcar a linguagem com gênero, sabe? Eu também não gosto de, por exemplo, falar “ah, porque os animais são diferentes dos humanos”, não: somos animais também. Então, são animais não humanos e animais humanos, sabe? São várias coisas, acho que as vezes a gente vai segregando tanto, mas não, somos animais no mundo, sabe?

[...] Mas olha o que eu achei legal.. Legal.. entre aspas, não sei, engraçado. (...) Uma mulher falou assim: “Ah, que hipócrita vocês, me criticando por eu usar casaco de pele, e vocês, que comem carne, é a mesma coisa”. Olha a sacada que a mulher teve, sabe? Ela foi totalmente antiespecista

nessa frase. Dessa forma. Ela falou uma coisa que realmente as pessoas não sacam. (Patrícia)
 - Que nem o professor, “ah, animais na ciência.. mas vocês comem, vocês usam..” (Sofia)
 - (...) Sim, é um problema! É um problema igual. Não que eu ache que ‘tá, isso justifica’. Entendeu? Mas olha, ela teve uma sacada que as pessoas não tem! Porque se tu perguntar pra um monte de gente aí, vão dizer ‘ai, que absurdo usar pele’, mas não vai achar um absurdo comer carne! (Patrícia)
 - Fica compartilhado a matança de golfinho e come carne.. Porque golfinho é bonitinho (Sofia, 07/08/2012).

É possível perceber que existe um sistema de classificações, em nossa própria sociedade, a respeito desses seres: alguns são de certa forma “humanizados” (gatos, cachorros), possuindo assim, maior consideração moral; outros porém, são “coisificados” (na alimentação, como peças de vestuário, etc), sendo tratados enquanto objetos (FERRIGNO, 2011). Andrea Osório, corroborando essa noção de classificação, observou, a partir de uma pesquisa feita entre protetores de gatos de rua, o que ela chama de “ambiguidade na classificação dos animais, que são humanizados por relações de parentesco com humanos e, ao mesmo tempo, animalizados em decorrência de sua irracionalidade” (2011, p. 03).

Em 1995, Gary Francione trouxe mais uma discussão ao movimento: sua *abordagem abolicionista*. Em seu livro, “*Animals, Property and the Law*”, este autor explica, ao focar no *status de propriedade* atribuído aos animais, que leis encorajando as pessoas a tratamentos mais “humanos” para com os animais não adiantam em nada, uma vez que estes ainda estão sendo vistos enquanto mercadorias. O melhor a ser feito, então, não é lutar por leis de bem-estar animal e sim tornar-se *vegano* (CHERRY, 2008).

Não é difícil perceber que estes autores e todos os meus interlocutores trazem conceitos e discussões sobre as relações humano-animal de forma análoga às discussões sobre escravidão humana ou papéis de gênero. Não cabe aqui fazer uma biografia em relação aos autores, basta uma pesquisa rápida para perceber suas ligações à discussões sobre ética nas mais variadas esferas da vida social. Peter Singer, por exemplo, possui publicações com temas que giram em torno de eutanásia, aborto, a respeito da fome no mundo, entre outros temas relacionados à sua “ética prática”.

Foi também através de Singer que mais um conceito foi amplamente difundido, o de *antiespecismo*. Desenvolvido na França, o termo foi concebido por Richard Ryder em 1970 e foi definido em 1992, por David Oliver - um dos fundadores do movimento antiespecista - da seguinte maneira: “Especismo é para espécies o que o racismo é para raça, e o que sexismo é para sexo: uma discriminação baseada em espécies, quase sempre favorecendo a espécie humana” (OLIVER apud CHERRY, 2008, p. 21).

O "chamado ao vegetarianismo" é uma parte muito importante da militância em favor da causa animal, entretanto, o foco dos ativistas se distribui hoje em diversas frentes: na Europa e Estados Unidos, o comércio de peles é alvo de muitos grupos, bem como a caça e o teste em animais. Os ativistas focam nesses alvos por serem considerados as piores formas de exploração na atualidade. A França, por possuir um renomado centro de pesquisas e desenvolvimento de medicamentos e cosméticos que testam em animais, é alvo de ativistas das chamadas *ações diretas* faz algum tempo: grupos como o *Commando Lynx* ou *Brigades Vertes* libertaram 57 cachorros que seriam mandados à laboratórios e destruíram partes de outro laboratório, respectivamente, no ano de 1979. Em 1986, seis ativistas foram presos por envolvimento em um resgate de 17 babuínos de um laboratório que os utilizava em pesquisas para epilepsia. Os ativistas aceitaram pagar a fiança desde que o dinheiro fosse utilizado em pesquisas de métodos alternativos. Tendo sua condição negada, os ativistas negaram-se a pagar e continuaram presos por anos (CHERRY, 2008).

Nos anos 80 passou a existir também a chamada “ala radical” dos direitos dos animais: A *Animal Liberation Front - ALF* (Frente de Libertação Animal), já citada anteriormente. A ALF não é favorável ao uso da violência contra seres humanos ou animais: “*It is a nonviolent campaign, activists taking all precautions not to harm any animal (human or otherwise)*”¹⁷, porém, é vista como um grupo terrorista. Aqui, uma outra pesquisa poderia trazer pontos relativos aos usos da violência e a partir de qual conceito de violência está se trabalhando. Fazendo uma breve análise, é possível inferir que estas pessoas atribuem o termo violência apenas à violência física - são tomadas as precauções para que

¹⁷ “É uma campanha não violenta, ativistas devem tomar todas as precauções para não prejudicar os animais (humanos ou não)” Tradução livre.
http://www.animalliberationfront.com/ALFront/alf_credito.htm, último acesso em 20/12/2012, às 01h20min.

ninguém se machuque. Entretanto, do outro lado da questão, figuram o Estado e as instituições privadas, que, por sentirem-se violentadas, classificam as ações desses grupos das piores formas possíveis.

É basilar para essa dissertação que pensemos sobre a égide de qual estatuto esses grupos pensam os animais: enquanto os movimentos em defesa dessas criaturas as veem enquanto seres sencientes e, por isso, merecedores de atenção moral, as instituições que fazem uso dos mesmos seres pautam-se na ideia de que, enquanto objetos de estudo, esses animais são sua propriedade a serem utilizadas para o benefício da ciência.

Em 2011, o biotério da UFSC foi alvo dessa organização, segue a carta enviada à imprensa sobre o ato:

Florianópolis, 20 de setembro de 2011

A Frente de Libertação Animal (ALF) assume a autoria da invasão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na madrugada de 20 de setembro de 2011. Nós deixamos a nossa marca nos muros do complexo do biotério da UFSC, inclusive no novo prédio do Biotério Central, ainda em construção, para que todos os vivisseccionistas saibam que estamos aqui e em todos os lugares lutando pela liberdade dos ratos, pombos, cabras e cães que a UFSC mantém em confinamento para serem usados em experimentos ultrapassados que violam os interesses desses animais e em nada beneficiam a saúde humana.

No novo prédio do Biotério Central já estavam armazenados equipamentos de alta tecnologia que seriam usados para a tortura e morte desses animais, que foram embebidos em líquidos inflamáveis que em seguida foram acesos. Com isso, conseguiremos paralisar efetivamente as obras de expansão dos laboratórios e com isso, por algum tempo, muitas vidas serão poupadas. Essa ação foi estudada cautelosamente para garantir que nenhum animal, humano ou não humano, corresse risco de ser ferido durante a ação.

Nós voltaremos para libertar os animais, e voltaremos para sabotar novos equipamentos quando esses forem recebidos. Voltaremos para

garantir que o direito de vida e de liberdade seja garantido a cada um dos seres sencientes explorados por essa universidade.
ALF – *Animal Liberation Front*¹⁸

Nos Estados Unidos da década de 1990 e 2000, o movimento contemporâneo em defesa dos animais se modificou. Agora, esses novos ativistas não promovem apenas mudanças na legislação para proteger os animais, mas também encorajam os cidadãos a fazerem mudanças em seus estilos de vida para que reduzam o sofrimento animal a partir do veganismo ou vegetarianismo. Pela primeira vez o vegetarianismo, veganismo e a proteção animal se fundiram e isso se deu principalmente por causa da industrialização das fazendas. Agindo pragmaticamente, os ativistas agora focam no que representa 98% dos animais mortos para fins humanos: as indústrias (MUNRO, 2012). Nesse sentido, o foco tornou-se à divulgação e promoção do veganismo, passando a existir diversas organizações de cunho educativo, que se utiliza de abordagens mais específicas como a panfletagem de *flyers*, folhetos¹⁹ que contenham dados a respeito da causa, a divulgação de vídeos (antes mais “chocantes”, agora mais amenos) educacionais, entre outras abordagens menos agressivas, uma vez que muitos ativistas acreditam que o “tudo ou nada” pode trazer mais antipatia que simpatia à causa (CHERRY, 2008).

Concluindo, retomo alguns pontos importantes apresentados neste capítulo e que passarão toda a dissertação: os movimentos em defesa dos animais são movimentos tipicamente urbanos. Essas pessoas possuem uma forte carga afetiva relacionada aos animais de estimação e, por isso, parte dessa militância enquadra hierarquicamente os animais não humanos a partir de uma “classificação afetiva” na qual os animais de companhia estariam nos primeiros lugares. E é por isso que muitos lutavam no século XIX e lutam hoje contra os testes científicos em

¹⁸ <http://vista-se.com.br/redesocial/alf-ataque-incendiario-ao-bioterio-central-da-universidade-federal-de-santa-catarina-ufsc/>, último acesso em 20/12/2012, à 01h32min.

¹⁹ Para exemplos, ver ANEXO III.

animais, uma vez que grande parte desses testes eram e são feitos em cachorros ou animais com os quais os seres humanos possuem uma carga emocional alta.

Mesmo existindo, desde a década de 1970, um Movimento de escala global intitulado Libertação Animal, o que proponho aqui é que como o "alcance da libertação animal" pode se dar através de diversas estratégias, existem diversos movimentos em defesa dos animais. Faço uso da figura abaixo - com a ressalva de que ela foi feita para analisar a perspectiva norte americana - para exemplificar meu argumento, compreendendo, a partir do meu campo, que, ao menos em Florianópolis, a realidade sobre essas categorizações é bastante relacional: todas essas estratégias e táticas encontram-se distribuídas nas ações e falas de meus interlocutores, que se autoidentificam apenas como veganos e abolicionistas.

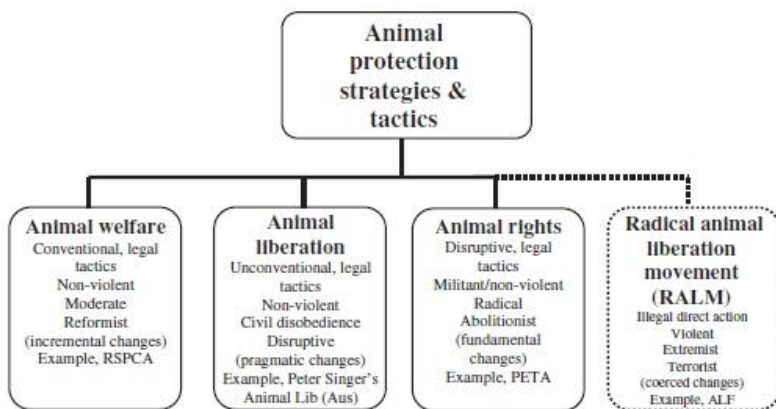


Figura 1 (MUNRO, 2012)

Assim, é importante ressaltar que o histórico deste capítulo possui uma continuidade "inventada", deixando de lado questões importantes, como por exemplo, a questão animal em solo brasileiro. O foco da presente contextualização deu-se nos Estados Unidos e Europa por ser menos difícil encontrar escritos a respeito. No Brasil, a história dos movimentos em defesa dos animais ainda está por ser escrita e foi em 2012, ano de minha pesquisa de campo, que conheci mais uma (nova) tendência na forma de se pensar e militar pelos animais. Agora, tem-se discutido filosoficamente a respeito das considerações morais sobre animais que padecem em natureza, longe dos humanos e,

explicam, pela omissão dos mesmos. A partir dessa proposta, levando a cabo o princípio de *igual consideração* e não fazendo distinção entre *ação* e *omissão*, devemos, segundo esses autores, problematizar essas questões. Sobre isso, discorro mais no próximo capítulo.

Capítulo 2. Que animais? Sobre filosofia, veganismo e senciência

Algo que instigou minha pesquisa, como dito na introdução, foi buscar compreender as trajetórias que levaram e levam pessoas a agirem em prol da defesa dos animais. Nesse sentido, nas entrevistas e encontros eu busquei conversar a respeito de suas vidas e razões para aderirem ao movimento. Por mais que as respostas tenham sido bastante homogêneas em relação ao “deixar de comer carne” ou “virar vegana ou vegano” – passa pela percepção de que animais não são objetos e sim seres sencientes e, por isso, foi necessário mudar suas atitudes para com eles -, penso valer a pena refletirmos mais a fundo essas transformações e de que forma essas pessoas se envolveram com a questão, esta é a temática deste capítulo: descrever e refletir a respeito das trajetórias e realidade vivida por essas pessoas bem como a respeito de suas teorias e seus conceitos.

02 de maio de 2012. Florianópolis – Universidade Federal de Santa Catarina.

O dia amanhecera nublado. Era uma quarta-feira e estava em aula no período da manhã. Avisei a professora que sairia mais cedo, pois havia combinado de encontrar com meus interlocutores de pesquisa às 11h em frente ao Restaurante Universitário (RU).

Nos dias anteriores havia entrado em contato com Gabriela - conhecida em 2011, quando da escrita de um trabalho final de disciplina a respeito de manifestações em prol dos animais na ilha. Eu estava interessada em confirmar se haveria aqui, em Florianópolis, uma manifestação chamada de “II Manifestação Nacional contra a Vivissecação”, marcada para acontecer dia 24 de abril em diversas cidades do Brasil, incluindo a capital catarinense. Gabriela me passou o contato de David, que estava organizando, com a ajuda de mais pessoas, o evento por aqui. Por motivos de segunda ordem, segundo ele, o evento havia mudado de data e, em Florianópolis, aconteceria nos dias 02, 03 e 04 de maio, sempre iniciando às 11h, em frente ao RU da Universidade Federal de Santa Catarina. A proposta contida na página de evento na rede social (*Facebook*) era a distribuição de material (panfletos) a respeito do tema (vivissecação). Também foi pedido que todos fossem de

camisetas pretas, simbolizando o luto para com os animais mortos em nome da ciência.

Eu estava de preto, agora com o sol sinalizando sua abertura entre nuvens, às 11h, em frente ao RU. Procurei diversos “sinais” – alguma aglomeração, pessoas vestindo-se de negro e distribuindo panfletos, barraca - para encontrar os ativistas, que, imaginava, seriam muitos: na internet, quase 200 usuários da rede social haviam confirmado presença. Eram 11h15min, entretanto, e ainda não avistara ninguém. Resolvi ligar para David. Sentado em um banco ao lado do centro de convivência, um pouco antes do caminho que se faz para chegar ao RU, ele aguardava, vestido de verde. Apresentamos-nos, e concordamos em esperar mais um pouco pelo aparecimento de mais pessoas. Esperamos até 11h40min e constatamos: além de nós, ninguém aparecera. Ele ligou para mais duas organizadoras que encontramos rapidamente, pois elas não poderiam ficar. Enquanto esperávamos por mais gente, conversamos sobre o Movimento da Causa Animal em Florianópolis. Nessa conversa, David me contou a respeito de um curso de filosofia recentemente iniciado, sobre Ética Animal, do qual ele fazia parte. Perguntei se eu poderia participar. Ele respondeu que precisaria mandar um e-mail de confirmação para o professor do curso e, assim que este respondesse, me comunicaria. Tão logo ele me contou a respeito de outro grupo que estava se constituindo para debater e promover discussões sobre os usos de animais no ensino e pesquisa na UFSC, também perguntei se poderia participar. A resposta foi de que ele me adicionaria no grupo de discussão do *facebook*, para saber das próximas reuniões, horários e locais. Enquanto isso me passou um texto²⁰ – estratégia que percebi, ao longo do campo, ser frequentemente utilizada com os “interessados a discutir a temática” - que havia sido debatido nas aulas anteriores a respeito de ética. Fui para casa em torno das 15h30min, depois de comermos um lanche *vegano*, apresentado por David com intenções claras, na feirinha que ocorre todas as quartas-feiras no pátio da UFSC, em frente à reitoria.

²⁰ CUNHA, L. **Por que temos o dever de dar igual consideração aos animais não-humanos e as implicações práticas desse dever**, 2012. Disponível em <http://www.olharanimal.net/luciano-cunha/1603-porque-temos-o-dever-de-dar-igual-consideracao-aos-animais-nao-humanos-e-as-implicacoes-praticas-desse-dever>

No mesmo dia à noite, recebi um e-mail de David avisando do aceite no curso de filosofia que seria todos os domingos, às 9h. Em anexo, neste mesmo e-mail, 11 textos sobre ética que haviam sido trabalhados na aula anterior. Posteriormente (dia 04/05), recebi um e-mail com mais 6 textos, dessa vez, que seriam trabalhados na próxima aula. Como eu iria de moto, David aproveitou para perguntar se, caso tivesse outro capacete, poderia encontrá-lo em algum lugar para buscá-lo. Concomitantemente, me adicionou ao grupo de discussões sobre vivisseção na UFSC, pelo *facebook*. Lá, as pessoas interessadas em se encontrar para pensar em ações práticas marcaram uma primeira reunião no sábado (05/05/2012) pela tarde, o que acabou sendo recorrente por um breve período, em torno de um mês. Depois, quando a possibilidade de encontro aos sábados tornou-se difícil para a maior parte do grupo, nos encontrávamos ao longo da semana, uma vez que quase todos estudavam na UFSC e os horários eram flexíveis.

As discussões propostas neste trabalho partem majoritariamente de questões suscitadas nos debates feitos no Curso em Ética Animal do qual participei. Como os debates eram intensos - no sentido de que me levaram a questionar se outras pessoas entendiam a ética em relação aos animais da mesma forma -, eu acabei por levar indagações não só aos meus colegas de curso, mas a todos meus interlocutores. Lembro que em diversos momentos em campo eu perguntava se achavam ser realmente possível alterar o mundo de tal forma.

O que estou chamando de Curso em Ética Animal, foi um curso ministrado por Luciano Cunha, que, mestre em Filosofia/Ética, resolveu reunir pessoas interessadas em se instrumentalizar teoricamente para melhor debater as questões relativas ao tema em sua vida cotidiana, militante. Nesse sentido, o curso não foi um evento institucionalizado, com direito à certificado, etc.

Assim, a minha rotina transformou-se da seguinte maneira nos dias de curso que, a partir de julho, passou a ser não mais aos domingos, mas às sextas-feiras, às 14h: encontrava David em frente ao terminal de transporte coletivo da cidade e seguíamos, de moto, rumo à casa de Luciano, o professor. Lá, encontrávamos Luciano, Marina (mulher de Luciano), Alice (filhinha de 1 ano do casal) e Marcelo nos esperando com café passado na hora. Enquanto bebíamos o café, nos organizávamos para o início da aula, que era ministrada na sala: Luciano posicionava-se em frente ao computador e nós (alunos) arrumávamos as cadeiras de forma circular, próximas ao professor, para conseguirmos visualizar os escritos que ele expunha na tela. As aulas duravam em

torno de quatro horas, com um breve intervalo para mais um café ou irmos ao banheiro, e normalmente terminava por alguém possuir compromisso marcado para depois, uma vez que as discussões sempre rendiam debates duradouros que, quando possível, se alongavam por mais tempo.

Nos encontros iniciais, trabalhamos sobre questões relativas à introdução de estudos em ética e filosofia em geral: clareza conceitual; diferença entre verdade, crença e razão; diferença entre ética e moral, entre outros. Nessas aulas, mais expositivas, o professor se atinha bastante aos textos²¹. Depois de alguns encontros, iniciamos debates que envolviam diretamente os animais. Após o período de apresentação de teorias, no qual era mais o professor quem falava, as aulas tinham uma dinâmica em que, primeiramente Luciano apresentava um problema e em seguida abria para apresentarmos hipóteses e discutirmos soluções. A dinâmica do curso foi se modificando ao longo das aulas. Como éramos poucos alunos e o curso estava sendo construído, as sugestões e impasses eram sempre expostos e as aulas foram se modificando até o final. A leitura de textos foi um ponto a ser mudado: o professor trazia nomes de autores, livros e, se quiséssemos saber mais a respeito de determinado tópico, nos era sugerido diversas leituras²². Entretanto, para as aulas, a proposta que perdurou foi a de que, a cada final de aula o professor trouxesse os temas a serem debatidos nas aulas seguintes para que pensássemos em questionamentos e soluções a respeito. É válido ressaltar: mesmo quando dos assuntos iniciais, mais gerais, os exemplos trazidos e as discussões que despertavam mais interesse sempre tinham como foco as nossas relações com os animais não humanos. Segue a transcrição do início de uma aula, para melhor visualizarmos os encontros:

²¹ Como exemplos, alguns (dentre 11) textos sugeridos para a primeira aula: MURCHO, D. **O que não é filosofia?** 2006. (Disponível em <http://criticanarede.com/html/ed81.html>); CHAVES, E. **Lógica: Argumentos.** 2011. (Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/logarg.htm>) e SAMEIRO, J. **Filosofias e cidadãos.** 2011 (Disponível em <http://criticanarede.com/html/ed17.html>).

²² Como exemplos cito: sobre a "figura do véu da ignorância" ele me indicou a leitura de **Uma teoria da justiça** (1971), de John Rawls. A respeito do egoísmo, em filosofia, apontou a leitura de Desidério Murcho (2006); sobre alguns conceitos como moralidade e ética, falou sobre a enciclopédia de filosofia da Stanford, criada em 1995.

- Eu tava pensando da gente começar por visões sobre os animais, já que a gente tá discutindo a visão ambientalista ou ecológica.. (Luciano)
- Bom, a gente... Vamos ver as duas, né? Mas hoje.. (Marcelo)
- É, mas hoje vamos começar por essa, então. Porque claro, essas aqui vão derivar das outras, porque essas aqui são teorias gerais pra tudo que a gente for definir, mas vamos começar pelo mais específico, tudo bem. Então assim, ó, eu separei.. A pergunta é essa aqui, ó: "temos obrigações diretas quanto aos animais não humanos?" Tem algumas teorias que dizem que sim e outras que dizem que não (...) (Luciano, 27/07/2012).

Essa transcrição é de uma aula em que, anterior ao seu início, discutimos - enquanto tomávamos café - sobre militâncias relacionadas ao meio ambiente ou à ecologia. A temática da aula seria em relação aos deveres dos humanos para com os animais não humanos, assim, o ponto de partida escolhido por Luciano foi mostrar em como a visão "ambientalista ou ecológica" se distingue da visão que leva em conta a "igual consideração" em relação aos animais. Enquanto a primeira os pensa de forma holística, a segunda vai considerar e ponderar os animais de forma individual.

2.1 Veganismo e sciência

Em quase todas as entrevistas o tornar-se vegano fez parte das trajetórias descritas, e eu, enquanto entrevistadora, fiz questão de trazer à baila perguntas a respeito do termo. A pergunta "o que significa ser vegano? ou "o que é ser vegano" constaram em todas as entrevistas e eu constantemente trazia a questão nas aulas ou em conversas. Desde o início da pesquisa eu tinha em mente que deveria ter essa resposta quando do término da dissertação. Só a partir da escrita entendi que quando em campo eu estava buscando uma pureza ou homogeneidade com o objetivo de criar uma identidade ou um pertencimento de grupo que posteriormente notei não existir tão claramente entre essas pessoas. Por certo existem objetivos em comum, como também existem características próprias de quem se considera vegano. A abstinência do consumo de produtos oriundos de animais é, sem dúvida, a mais óbvia. Entretanto, um dos pontos que considero de mais frutífero neste estudo foi chegar à conclusão em um caminho oposto: o que torna esses grupos

tão interessantes para se pensar antropológicamente é justamente o fato de possuírem uma linha tênue entre a concordância e discordância no que diz respeito à alcançar um ideal, um mundo mais justo para os animais. Que justiça é essa e à quais animais se refere quando se milita por um mundo vegano são as indagações que norteiam este capítulo.

Ao perguntar por qual razão essas pessoas se tornaram veganas, as respostas faziam referência ao que vou chamar de *plano de ação*. Como *plano de ação* estou designando as ações tomadas por meus interlocutores enquanto parte de um planejamento com o objetivo de se obter resultados positivos para os animais ou o mundo. Esse plano, como percebi, passa por fases ou etapas de "conscientização". Ou seja, de acordo com a teoria dos meus interlocutores, quanto mais consciente estamos a respeito dos "danos" causados aos animais, mais "deveres" temos em relação à eles. E aqui, faço uso das palavras advindas das discussões em filosofia, mas que aparecem de outra forma nas explicações de entrevistados. Vejamos um exemplo: Sofia, agora com 20 anos, desde nova queria ser veterinária por gostar de animais e com 9 ou 10 anos conheceu o vegetarianismo a partir de uma cunhada. Resolveu tentar ser vegetariana nessa época, porém, por resistência da família e sua dependência oriunda da idade, não conseguiu. Posteriormente, com 15 ou 16 anos, começou a repensar sobre a questão dos animais, cuidava de cães e gatos abandonados e, novamente deu início à tentativa de virar vegetariana, mesmo com resistência familiar. Com 16 anos tornou-se vegetariana e aos 18 virou vegana.

[...] Tu vira vegetariana e tu acha que comer carne é um absurdo, daí tu vai vendo que tomar leite pode ser muito mais absurdo que comer carne.. Hoje em dia eu acho muito mais absurdo comer queijo do que comer peixe.. (...) comecei a ver que não era muito coerente. Acabava sendo só pra se dizer vegetariana, eu continuava comendo queijo, por, não sei, pra mim, pelo menos.. Daí, eu comecei a tentar parar (Sofia, 07/08/2012).

A coerência buscada por Sofia, diz respeito à máxima que "que quando eu falo uma coisa eu tenho que pôr aquilo nos meus atos". Não é aquela buscada pela lógica filosófica de meus outros interlocutores. Não parte de estudos ou princípios filosóficos que procuram leis ou princípios gerais. Se inicia, então, pela percepção e entendimento de que ela, por saber os "absurdos" feitos pelas indústrias de leite ou da carne,

deveria parar de compactuar com essa situação. Perpassa principalmente o plano afetivo, da mesma forma que Patrícia, Maria ou Marcelo:

- Mas você virou vegetariana por saúde? (Júlia)
- Não, foi por causa dos animais mesmo. Mas foi uma coisa meio intuitiva, parece. Eu não sabia explicar o porquê, sabe? Eu sabia que era errado. Errado pra mim, digamos, na minha concepção. Mas é aquela coisa.. “ah, por que?”, “ah, porque eu tenho pena dos bichinhos, eu gosto dos bichinhos!” (Patrícia, 07/08/2012).

A motivação, na época, era uma coisa...também racional, mas...muito mais emocional mesmo, enfim... foi por compaixão que eu me liguei à proteção animal, que eu fui procurar e tal. Aí, quando tomei contato com essa ONG, que é A sociedade Animal, já havia um trabalho educacional (...) já havia um questionamento contra o especismo, um trabalho chamado “Amigo Animal” de uma professora da Universidade Federal – a Paula Brügger – que já questionava esses aspectos. Aí que eu comecei a pensar a questão animal, né. E não só sentir.. "Por que só cachorro, por que?"... aí que eu comecei a pensar.. (...) os questionamentos foram se aprofundando.... e, e começaram a me questionar "e a questão da alimentação?" (...) aí eu decidi de fato parar (Marcelo, 02/08/2012).

Eu acho que eu gosto de bicho desde pequena, assim. Porque eu sempre queria ter gatinho, cachorrinho. Eu morava num apartamento bem pequeno.. Nunca me deixaram ter. Eu nunca tive animal quando era criança.. Sempre gostei assim, e brincava com tudo que era bicho na rua, mas, não foi uma influência, assim (Maria, 21/08/2012).

Esses exemplos trazem características em comum com a maioria das pessoas com as quais tive contato: um “gostar dos animais desde sempre”, posteriormente se envolver com cuidados e perceber, como que em um “click”, que não há diferença entre cachorros, vacas, homens, camundongos ou gatos. “É contraditório, né? Por que uma

vaca? E eu amo meu cachorro, mas como a vaca.." (Patrícia, 07/08/2012).

Assim, as pessoas, a partir dessa percepção, alteram suas vidas das mais diversas formas para adaptar-se a esta nova realidade: "como viver em um mundo em que as pessoas são cegas?" Ora, militando em prol do conhecimento, dessa abertura de olhos para uma realidade que é cruel às mais diversas criaturas, "É que.. eu não acho que o certo é não comer carne, o certo é não explorar animais. Mas é que.. a realidade é triste, sabe? A realidade. O que acontece é triste. Não tem como negar. Pra mim, isso é inegável" (Patrícia, 07/08/2012).

Após esse momento inicial, mais afetivo, de "tomada de consciência", o "próximo passo" é estudar a respeito dessas novas práticas, porque, segundo os entrevistados, o restante das pessoas (que não são vegetarianas) vão estar "te testando o tempo todo".

- No início é muito difícil, (...) Porque daí, logo que eu descobri o horror que era comer carne.. Porque, quando tu toma aquela decisão é porque o impacto foi grande, né? Eu acho, pelo menos, pra mim foi. Era tipo "como assim, eu to comendo animais! Tá morrendo um monte de animais! E tanta.. tortura.", e daí tu toma aquele choque e parece que tu quer mostrar pra toda sociedade que é daquele jeito horrível! Como se elas também não soubessem, quer dizer, talvez elas também não saibam, mas nem todo mundo tá disposto a saber, né? Nem todo mundo quer saber. E daí eu acho que a primeira reação é essa, de querer mostrar. E daí (...) Cria aquele choque, né? As pessoas vão querer discutir também, e aí você tem que ficar procurando argumentos.. É uma fase bem.. (Sofia)

- É, você vai atrás de tudo que é possível, pra tu ler e ver.. (Patrícia)

- Que todo mundo vai tentar te atingir por todos os lados.. (Sofia)

- E tu precisa de muitos argumentos, foi bem assim comigo. [...] (Patrícia, 07/08/2012).

Dessa forma, uma das "fases" que todos os meus interlocutores explicaram ter passado ao adotar o vegetarianismo ou veganismo, faz alusão ao estudo e discussões a respeito dessa realidade. Todos concordaram que, por ser uma proposta contrária ao *status quo*, a

socialização torna-se bastante difícil no tocante ao contato com outras pessoas não militantes. Ao conversarmos sobre as pessoas que vão contra os chamados vegetarianos ou veganos, que argumentam que seria impossível deixar de comer carne ou utilizar os animais para os mais diversos fins, Luciano explica,

- Acho que, o pensamento por trás disso... É uma falha no entendimento da moral em geral, como vê a reivindicação moral como uma tentativa de ser puro e não como uma tentativa de deixar o mundo um lugar menos injusto. Então, eu não estou nem um pouco preocupado com a pureza. Eu sei que indiretamente eu devo causar mil danos contra os animais, mas eu acho que o dever é de fazer com que isso acabe. Ou que pelo menos diminua, mas a meta é acabar. (...) acho que um exemplo bom pra mostrar o quão é errado dizer que “já que os animais são explorados em tudo então justifica ele ser explorado”. O Francione dá um exemplo no livro dele que eu achei muito bom. Supondo que a água da tua cidade fosse distribuída através do trabalho infantil, por exemplo. Então quer dizer que porque as pessoas são obrigadas a tomar água elas não podem protestar contra o trabalho infantil? Seria o mesmo tipo de raciocínio que está por trás desse argumento (Luciano, 24/08/2012).

Quando da explicação de por quem elas seriam "testadas", as respostas giraram principalmente em volta de pessoas próximas ou familiares, pai, irmãos, amiga da mãe. Existe uma sensação de "injustiça" muito grande que ronda as falas de meus interlocutores.

É, ou então quem se mete na tua vida, sabe? As pessoas chegam na minha casa e vem.. Não me questionar com respeito, sabe? Mas, me tirar satisfação, “por que tu é assim?”. Não me peça satisfação pelos meus atos se eles não estão nem interferindo na tua vida, entende? Não vem na minha casa criticar o modo como eu estou escolhendo viver. Com isso eu fico brava, sabe? Acho falta de respeito, entende? Porque, uma coisa é tu se sentar pra comer, e eu não fico

olhando pro prato dos outros falando tudo o que eu acho sobre o que ele tá comendo, “Pra mim isso é assassinato” [...], eu não faço isso. Eu nunca fiz isso, sabe? Mas agora eu posso te falar mil pessoas que sentaram na minha frente e começaram a falar, falar, falar.. [...] (Patrícia, 07/08/2012).

Ouvi diversas vezes e em casos diferentes que "as pessoas não entendem" o que eles estão querendo fazer. Seja por ignorância, seja por "crueldade". Porque, se a pessoa entende as razões por trás da abstinência do consumo de produtos de origem animal e mesmo assim opta por continuar se alimentando de carne, por exemplo, muitos dos meus interlocutores consideram esse ato ofensivo. A respeito do ambiente universitário, com exceções, as pessoas lidam muito bem com a questão, dizem.

- Até porque é bem comum, né? (Sofia)
- É, então. Tu nem precisa explicar. Esse é o negócio. “Por que tu não come carne?”, “Ah, por motivos éticos”. “Ah, tá, entendi.”, a pessoa já entendeu. Ela já sabe o porquê, sabe? Agora, vai explicar pra minha tia. Uma pessoa assim, que nunca ouviu falar do negócio. A amiga da minha mãe que nunca ouviu. Essas pessoas que vem com cobranças, pedir satisfação pra ti. Eu não como carne há 5 anos e eu não posso sentar do lado da minha família [...] (Patrícia).

O tempo de envolvimento com a questão animal, ou de vegetarianismo também é um fator que as pessoas levam em consideração ao fazerem "julgamentos":

- Mas depois que faz bastante tempo, assim, faz 4 anos que eu sou vegetariana.. As pessoas.. “ah! Quatro anos!”, daí elas já olham com uma cara de que, “depois de 4 anos a pessoa tá defendendo realmente, né?” Levam mais a sério. (Sofia)
- É.. Tá mais velha.. Mas isso é uma coisa pra todas as coisas.. Eu acho, não só o vegetarianismo.. Todas as coisas que fogem do padrão, sabe? Às vezes parece que ninguém vai te respeitar [...] (Patrícia).

É difícil encontrar consenso nos pontos relativos ao veganismo e visão de mundo nas respostas referentes à seus ideais e de que forma deve-se agir para alcançá-los.

(...) eu procuro participar de coisas da causa animal. Mas eu nunca participei de um grupo, nunca tive um coletivo. Até porque eu acho que eu não me identifico com a maioria das pessoas que militam na causa animal. Em Floripa, pelo menos. Pouquíssimas pessoas que eu conheço que eu concordo com a linha do veganismo mesmo (Sofia, 07/08/2012).

Quando perguntei a respeito de se pensar na possibilidade de uma nova sociedade, vegana, as respostas que obtive de Sofia, Patrícia, Marcelo ou Luciano, por exemplo, foram todas positivas.

- Eu não sou vegana pensando na minha vida, sabe? Eu não vou militar na causa animal ou em qualquer outra causa, pensando na minha vida. Eu sei que eu vou morrer e vai estar tudo ruim, sabe? Pode estar melhor, mas vai ter muita coisa errada ainda (Patrícia, 07/08/2012).

Já Sofia e Marcelo pensam que as mudanças estão ocorrendo mais rápidas do que podemos perceber. Entendendo que convivem com pessoas que possuem essa "mudança de pensamento", se afastando de outras, Patrícia explicou que vive em uma espécie de "bolha". Melhor dizendo,

- Parece que as coisas têm mudado rápido. Não sei se é só na minha cabeça. (Sofia)

- Eu acho que é mais na bolha que a gente vive. A gente vive numa bolha muito legal. (Patrícia)

- É porque as pessoas com quem eu convivo eu vejo que tem essa mudança de pensamento.. (Sofia)

[...]

- É, a gente vai se afastando de outras pessoas. Pra não ouvir todas aquelas coisas que a gente não gosta. E tu vai achando que o mundo tá melhor, mas não. É você que está se afastando delas (Patrícia).

- Mas vocês se afastam das pessoas? (Júlia)
- Eu me afasto. Por várias razões, não sei se isso é bom ou ruim. (Patrícia)
- É bem difícil, né? Tu não se afastar. É difícil você querer conviver com pessoas.. Tipo, você está numa rodinha que falam um monte de piadas machistas.. Eu não consigo. (Sofia)
- É, eu também não consigo (Patrícia).

Nesse sentido, a convivência com pessoas que não possuem essa afinidade de pensamento, torna muitas vezes a vida dessas pessoas bastante infeliz. Em quase todos os encontros do grupo antivivisseccção, alguém se queixava a respeito da dificuldade de se conseguir discutir sobre essas questões sem ser ridicularizado ou não levado à sério. Maria, por exemplo, disse não fazer questão de comentar sobre sua opção "para evitar conflitos". Mas, todos concordam que para ser ativista,

- Tem que ser uma pessoa disposta a falar, a defender. (Sofia)
- Bem resolvido, sabe? A ponto de as pessoas te criticarem e isso não.. [...] (Patrícia)
- É, tu tem que tá muito disposto.. Acho que essa é a maior dificuldade (Sofia, 07/08/2012).

Penso ser possível dizer que os grupos em defesa dos animais atualmente possuem características em comum com os que mostrei no capítulo anterior: são majoritariamente constituídos por mulheres, geralmente de uma classe abastada, permeado de estudantes ou pessoas com ensino superior. Essas pessoas se aproximam de ativismos contra "todas as formas de opressão", sexismo, racismo, entre outras. "É bem aquilo, eu não consigo desconectar isso das outras lutas. Das outras coisas que eu defendo. Não consigo ser daquelas pessoas que só olha para os animais, também, sabe? Pra mim, é um assunto que tá junto com todas as outras coisas" (Sofia, 07/08/2012).

(...) É a mesma luta pela igualdade em outros casos, né.. Contra o racismo, contra o sexismo, é que só as vítimas são outras! Mas é a mesma coisa, é tudo que de alguma forma.. Só que aí é claro, na luta contra o racismo, contra o sexismo,

eles não tem um nome, assim como tem o *veganismo*. Que é uma luta pela igualdade. É a mesma coisa, só que com relação aos animais, dão o nome de veganismo (Luciano, 24/08/2012).

E assim o veganismo passa a ser visto como uma frente de luta contra (não só) a exploração animal, distinguindo-se de apenas um regime alimentar, que era ao que se referia o termo em sua origem. O fio condutor dessa maneira de pensar está, acredito, no próprio discurso oficial de libertação animal, podendo ser generalizado da seguinte forma: essas pessoas buscam por uma significativa alteração de nossas relações com os chamados animais não humanos. Entretanto, as estratégias, ações e até que ponto essa alteração deve ser levada a cabo, são alguns, de vários motivos de discordâncias.

Sofia e Patrícia argumentaram estrategicamente essa possibilidade de transformação, e mais especificamente sobre o consumo de carne. Ao perguntar se elas achavam *errado* o consumo de carne, obtive respostas contrárias a forma de pensar enquanto certo ou errado.

- Não dá pra julgar assim, né? A pessoa... Um dia que eu me senti mal, como vegetariana, como vegana.. Era um dia que a gente tava fazendo uma manifestação no WEEK, a manifestação nacional contra os maus tratos aos animais. Aí a gente fez um risóle, tipo um empanado, um salgado vegano, enfim, pra distribuir. Era de graça, a gente ia dar pras pessoas no encontro. Daí... No centro da cidade, final de semana. Eram muitas pessoas pobres, sabe? Não dá pra ti querer ir conversar com uma pessoa assim e querer dizer que ela tá errada em comer carne, sabe? Eu me sinto mal. Não dá. Não vou dizer que ela tá errada em comer carne, sabe? O que é a vida da pessoa pra eu falar que ela tá explorando alguém? Então, eu não gosto de falar que eu acho errado comer carne. (Sofia)
(...)

- Eu acho que é um problema.. Eu acho que tem que acabar. Mas é isso. Não, nessa sociedade em que a gente vive.. Talvez aconteça por isso, assim. Por necessidade de mercado, as pessoas vão diminuindo o consumo, vai ficando mais barato,

aquelas pessoas que tem menos dinheiro vão começar a consumir porque é mais barato, e daí todo o público se volte pra isso. Talvez, sabe? É uma possibilidade bem reformista, assim. Tentar manter esse sistema e abolir a exploração animal dessa forma, porque vai continuar explorando de outras formas, eu acho. (Sofia)

- É.. Pra comida, mas aí tu explora pra N outras coisas. (Patrícia)

- Mas é, eu não gosto de colocar que eu acho que as pessoas devem parar de comer carne (Sofia, 07/08/2012).

No último dia de curso sobre ética animal, 24 de agosto de 2012, que contou com a minha presença, a de Luciano, David e Marcelo, propus um debate sobre o termo veganismo. Exercitando nossos argumentos para pensarmos a respeito do conceito, discutimos sobre este ser um hábito de consumo, um ideal ou uma prática, chegando à conclusão de que o termo abrange diversos significados: é um norte e, também a prática (que envolve consumo) para se alcançar esse ideal. Como não poderia faltar, o fio condutor tecido por Luciano baseava-se em argumentos éticos. Sobre o dever dos humanos em se tornarem veganos, exponho a discussão, com alguns trechos mais longos, para acompanharmos o raciocínio proposto:

- Agora, tem gente falando que é um hábito de consumo. (Marcelo)

- O *veganismo*? (Júlia)

- O *veganismo* é um hábito de consumo.. E assim, gente importante, *veganos* importantes restringindo o *veganismo* a um hábito de consumo.. Eu não sei se pensando em uma estratégia de aceitação da coisa ou se acreditam mesmo nisso. (Marcelo)

- Então, eu fico pensando assim: Se realmente o pessoal começar aceitar que o *veganismo* é um hábito de consumo, eu vou dizer assim: tá, então o que eu defendo é outra coisa. É além do *veganismo*. O *veganismo* é consequência dessa outra coisa. (Luciano)

- Mas é muito comum, ver essa apropriação dos termos. Você acaba desmoralizando ou desestruturando.. (Marcelo)

- Sim, um termo que é essencialmente vinculado a moral. (Luciano)
- Isso, e aí você tem que ir atrás de outro. É o caso de *vegetarianismo* (Marcelo).

Luciano explicou que inicialmente conheceu o termo referindo-se à alimentação, à uma dieta, em um sentido não moral. Porém, os motivos que sustentavam a adesão à essa dieta, normalmente eram morais: "a aceitação da igualdade entre os seres sencientes tem como consequência a prática do *veganismo*". Uma definição inicial dada por ele foi a de que o veganismo seria "um modo de vida, uma prática, que tá embasada por uma consideração moral pelos animais. Que, pode ser que esteja embasada por outros motivos, só que os justificáveis são esses" (Luciano, 24/08/2012).

Marcelo indicou que não é possível pensar no veganismo como um "estado" ou "meta" atingida, pois se for tratado dessa forma, ninguém, segundo ele, poderia ser considerado vegano. David explicou que considera algo utópico, um norte. E Luciano completou: "um ideal moral que a gente tenta aproximar no dia a dia" (*idem*). Porém, as ações com intenção de levar a vida de acordo com esse ideal já pode ser considerada veganismo, de acordo com Marcelo.

Nesse momento, Luciano dividiu em dois sentidos a palavra *veganismo*: um deles diz respeito a meta e ideal. O outro, enquanto prática para alcançar esse ideal. Lembrando sempre de enfatizar que o que sustenta, baliza essas ideias são as "justificativas para dizer que os animais merecem igual consideração".

- Acho que a definição de veganismo que o Marcelo deu é a melhor, que envolve ativismo, envolve reivindicar essa consideração. (Luciano)
- E não estar nesse estado ideal, e sim, estar neste caminho. E quando eu falo estar neste caminho, não é uma coisa pessoal. Estar neste caminho fazendo o caminho (Marcelo).

Qual seria essa meta, esse ideal, pergunto?

Fazendo um "paralelo com o racismo", Luciano explicou:

- Supor que não estivesse tratando da questão dos animais não humanos, mas da abolição da escravidão dos afrodescendentes, que estivéssemos morando no século XIX. Nós, que

queremos dar este passo adiante.. A gente seria, estou defendendo a igualdade. Ou seja, não é só deixarem de serem escravos. Não é só a abolição da escravatura. Tem que dar igualdade no sentido de eles terem os mesmos direitos, de eles estarem em uma situação tão boa quanto.. E os que se denominam *abolicionistas* hoje, estão dizendo não só que a gente tem que defender o abolicionismo. Mas que o abolicionismo é o final. Não tem nada além disso. (...) Do jeito que a gente está, que eu estou propondo, e pelo menos eu acho que vocês concordam, é que com certeza tem que ter o abolicionismo, só que a gente quer ir um pouco além disso. Pra questão da igual consideração. E eles estão dizendo que o abolicionismo é o final. É o único dever. Então, acho que a diferença toda é essa (Luciano, 24/08/2012).

Para Marcelo, falar em *abolir* é focar no *agente*. Porém, o centro da questão deve ser, para ele, quem vai sofrer as consequências. Falar em *igualdade* supõe o resultado final para todos os indivíduos envolvidos na questão, respondeu Luciano. Quem milita pela *igual consideração*, disse, é abolicionista. Mas nem todo abolicionista é defensor da igual consideração ou de ir contra o especismo,

É a mesma coisa: a abolição da escravatura aconteceu, legalmente. Mas a igualdade não. O racismo continua.. É a mesma coisa. É, eu acho que a gente está lutando pelo fim do especismo. E vai muito mais além disso, o abolicionismo é o primeiro passo (Luciano, 24/08/2012).

David lembrou em seguida da questão relativa ao consumo:

- (...) que é sempre um dilema. Por exemplo, lá em casa tem um monte de problemas.. Por isso que eu falo, seguramente, (...) a dieta vegana eu posso falar que, por conta dela eu sou vegano. Mas, eu consumo produtos da *P&G*, da *Johnson & Johnson*. E porque assim, se tivesse qualquer outro, eu consumiria, tendo alternativa. Mas não tem. Onde eu moro, nos arredores ali, não tem. A não ser que eu fosse em um supermercado mais

distante para fazer essas compras. Então, as vezes não é muito viável no dia a dia.

Marcelo, trouxe então, mais um conceito para refletirmos, o de *honestidade de propósito*. Ou seja, para ele, humanos não precisam, "em hipótese alguma", de produtos de origem animal na alimentação. Se a pessoa não faz esse "mínimo", ela não pode se considerar vegana. Porém, o que ultrapassa suas possibilidades de intervenção, mesmo tendo o propósito, mas estando impossibilitado de agir, isso não desqualificaria ninguém. Mas deve-se sempre atuar para alterar a realidade dos que estão sofrendo os danos, ser vegano, para Marcelo, é também ser ativista.

O duro é avaliar essa honestidade de propósito. Eu não sei se você que está fazendo uma coisa que tem a ver com exploração animal, se você, honestamente, não está conseguindo superar aquilo. Você entendeu? É difícil as vezes avaliar isso (Marcelo, 24/08/2012).

Uma questão importante na teoria dos meus interlocutores diz respeito ao "foco de quem vai ser atingido". É comum ouvir a frase "eu sou vegano pelos animais". Mas, segundo Luciano, "é uma coisa muito perdida de foco no movimento de defesa animal",

E até como sugestão, como o foco da pergunta é o veganismo, né? Eu acho que veganismo ainda, claro, o fundamento do veganismo é uma preocupação com os animais atingidos, mas acho que ainda remete um pouco à prática do agente como sendo o foco. (...) Então eu acho que é o foco, talvez, e como conceito principal. Fica como sugestão a tua pesquisa, não a ideia de veganismo, mas a ideia de *um estado de coisas bom para os animais*. Desfocou totalmente da gente. É claro, quem tem o dever de conseguir isso é a gente. Mas acho que o objetivo é esse (Luciano, 24/08/2012).

Aqui, chego à um ponto importante da teoria: *um estado de coisas bom para os animais, para os seres sencientes*, sendo que o dever de conseguir essa tarefa concentra-se nos seres humanos. Por que?

- Porque a gente tem potenciais para isso. (David)
- E porque a gente consegue perceber que é injustificável isso. A gente, que eu falo, é todo mundo que pode pensar sobre isso. (...) A gente é *agentes morais* (Luciano).

E, continuando, temos o dever "de agir de alguma forma para viabilizar que isso [um estado de coisas bom para todos] seja possível. Por isso que tem que ser ativista de alguma forma, em menor ou maior grau tem que ser ativista" (Marcelo [aposto meu]).

Assim, a discussão se encaminhou para a seguinte questão: à quem temos o dever de dar igual consideração? E a resposta: à todos os seres sencientes.

Por que a senciência? Porque a gente viu que é uma característica relevante para as nossas decisões éticas. Por que ela é relevante? Acho que é por causa daquele motivo que a gente falou: as duas formas mais básicas de prejudicar estão vinculadas a senciência, ainda que não sejam as únicas. Mas é alguém sofrer, alguém ser privado de algo bom. Seja lá o algo bom, várias coisas, privado de felicidade, de desfrute, de alguma preferência ou de saber a verdade. Privado de alguma coisa que tem valor, né? Isso tá vinculado à senciência, porque se aquilo ali não tem uma experiência mental, não vai ter nada disso (Luciano).

Então, por possuir a capacidade de sentir, o indivíduo pode ser prejudicado. Poder ser prejudicado é o que torna essa questão moralmente relevante, segundo Luciano.

Depois de percebermos que todos naquela sala possuíam uma ideia diferente do que seria senciência, tentamos chegar à mais um consenso. O professor, como estudioso, definiu a senciência de uma forma básica: qualquer sensação, qualquer experiência mental. Não satisfeita, questionei a respeito de quais animais seriam sencientes e, novamente Luciano explicou que primeiramente seria necessário definirmos o que era senciência para depois, ao recorrermos a ciência, perguntar quais seres se enquadrariam naquela categoria. Partindo da definição proposta, a senciência enquanto capacidade de se ter

sensações, independentemente do nível de raciocínio que esse animal possa ter, mesmo que alguns níveis de raciocínio "abram portas para que as pessoas sejam prejudicadas de alguma maneira".

- Continuando, então, que seres são sencientes? Pelo que eu conheço um pouco de ciência, que é bem pouco, parece que é consenso de que pelo menos os animais que tem o sistema nervoso organizado (Luciano).

- Central ou não.. O polvo, não é central. (David)

- Mas é organizado. Pelo menos esses, a gente tem boas razões pra acreditar que realmente são sencientes. Não quer dizer que os outros não sejam, é que realmente faltam pesquisas sobre isso (Luciano).

- Agora, boi. Não tem dúvida. Porco, não tem dúvida, não é? (Marcelo)

- Peixe, até peixe. O pessoal coloca as vezes o questionamento. (David)

- Não.. Eu fiz a pergunta no sentido de saber se então, existe alguma hierarquia? Por exemplo, o boi, os mamíferos em geral, sentem mais dor do que alguns, do que um peixe? (Júlia)

- Acho que não, porque assim, as partes do cérebro ligadas ao desprazer, no caso, não só sofrimento, sofrimento, pânico, medo, elas são muito primitivas, né? Então, o que os mamíferos tem a mais, não está vinculado a isso. Então as vezes pode até ser que menos, tendo outras coisas menos desenvolvidas, como a racionalidade, sofram até mais. Tenham mais isso desenvolvido. Aí não sei, teria que perguntar prum biólogo. Mas acho que não dependem de outras capacidades, além dessas. E acho que mesmo que tivesse, teria que ver, assim, a prioridade deveria ser aquele que é prejudicado mais. E não exatamente dizer que, por exemplo, aquele indivíduo tem um valor maior porque ele, além dele ser senciente, ele é mais racional. Tem que ver se o fato dele ser mais racional faz com que ele seja mais vulnerável a prejuízo. Acho que geralmente é o contrário. Quanto mais racional, mais proteção ele é capaz de garantir pra ele (Luciano).

Pode-se perceber que as formas de pensar o homem e o animal se alteram na proposta que venho expondo: aqui, a capacidade de racionalização possui valor inferior à capacidade de sentir, senciência. Ou seja, há uma diferença referente ao que aprendemos nas aulas de biologia. São os animais irracionais que se encontram no topo das considerações morais: quanto mais incapazes de se protegerem, mais consideração moral devemos à eles, como demonstrado no quadro a seguir.

Paradigma antropocêntrico	Militâncias em defesa dos animais
Humanos > em consideração moral em relação aos animais não humanos.	Humanos em geral ≤ em consideração moral em relação aos animais não humanos e/ou humanos em situações específicas (bebês, adultos acometidos por algum tipo de deficiência, entre outros).

Quadro 1 - O lugar do humano no paradigma antropocêntrico e nas militâncias em defesa dos animais.

Penso ser possível refletir diversas questões a partir do exposto até o momento. Entender as pessoas que militam em prol do ideal vegano só é admissível por estarmos imersos em um contexto característico de sociedades complexas, ocidentais, no qual as pessoas têm buscado, cada vez mais, acabar com o paradigma antropocêntrico. Como vimos, a proposta contida nas discussões do curso em filosofia se propõem a ultrapassar o antropocentrismo em busca de uma forma de se pensar que leve em consideração todos os seres sencientes. Entretanto, essas pessoas não se ligam, necessariamente, a paradigmas ecológicos, como os expostos por Luc Ferry (2009), e que eu levei ao curso para questionar as diferenças. Resumidamente, o autor propõe dividir as ecologias ou as noções de ecologia em três. A primeira, segundo ele, procede da ideia de que o homem deve proteger a natureza pelo fato de ter consciência que destruindo o meio que o cerca, corre o risco de se autodestruir; ou seja, a natureza só é levada em consideração de forma indireta (*shallow ecology*) (2009, p. 29-30);

Já na segunda concepção, alguns seres não humanos passam a ser dotados de um significado moral – aqui, a ideia geral é seguir o princípio “utilitarista”, em que não é apenas o interesse do homem que deve ser levado em consideração, mas toda categoria de ser passível de

sofrimento, buscando assim, aumentar o máximo a quantidade do bem-estar no mundo. Nessa vertente estariam incluídos, segundo Ferry, os movimentos de Libertação Animal;

A terceira e última forma, também chamada de *deep ecology*, propõe que, para além dos animais humanos e não humanos, todo o universo se torne sujeito de direito. Essa corrente presumiria que o antigo “contrato social” cedesse lugar a um “contrato natural” em que deixaríamos de lado preocupações locais visando o global/Terrestre (SERRES, 1990).

Assim, munida dessas informações e acreditando que a proposta dos integrantes daquele curso se encaixaria de alguma forma na *deep ecology*, Luciano me argumentou que “não. É justamente o contrário!” Enquanto essas concepções pensam o meio ambiente de uma forma holística, me explicou, a ideia de *igual consideração* se pauta justamente nos indivíduos e em algum momento ultrapassa a visão utilitarista de Peter Singer em que seria justificável matar algum ou alguns em prol de muitos outros. Desta forma, para eu tentar explicar a proposta contida nas aulas que frequentei, farei um resumo a respeito das principais noções utilizadas pelo professor.

Sobre nossas ações, quando conversamos sobre as ecologias propostas por Ferry (2009), Luciano iniciou a explicação trazendo a baila as diferenciações entre dever direto e indireto, para depois nos mostrar como cada ecologia pensava essas obrigações:

- O que é a ideia de obrigação direta? Não sei se todo mundo conhece esse termo. Deveres diretos, deveres indiretos? Então, obrigações diretas é quando tu conclui que deve fazer alguma coisa ou deixar de fazer em consideração ao objeto que vai ser atingido pela tua decisão.(...) As vezes a conclusão prática é a mesma, mas a razão que justifica é outra. Por exemplo, uma visão bem estarista vai dizer que você não deve causar sofrimento desnecessário aos animais, porque o animal sofre... sofrer é uma coisa ruim, tal. A visão, por exemplo, do Kant, Immanuel Kant, dizia o seguinte: “você não deve maltratar o animal”. A conclusão prática é a mesma, certo? Não se deve causar sofrimento ao animal... Sofrimento desnecessário.. é a visão dele. Mas, a visão bem estarista, que é a do Bentham, por exemplo, Jeremy Bentham.. Ele dizia: “por que?

Ah, porque o animal sofre, sofrer é ruim e essa é a razão pela qual não se deve fazer ele sofrer”. O Kant dizia “não, não tem nada a ver com isso. O dever que eu tenho para com o animal é indireto para com algum humano que vai se importar com ele, ou mais genericamente assim, a humanidade em mim mesmo, porque daí eu estou sendo uma pessoa grosseira, eu estou me tornando alguém bruto”. Então o dever é a mim, não é ao animal. Então, é só pra mostrar esse contraste. De uma visão de dever direto e uma visão de dever indireto (Luciano, 27/07/2012).

Posteriormente explicou que a visão da ecologia profunda, a visão holista dos movimentos ambientalistas preveem um dever direto aos ecossistemas, diferentemente da ecologia rasa que, baseada na visão antropocêntrica do mundo, pensa o meio ambiente (e aqui, os animais estão inclusos) enquanto recursos.

- (...) Agora, por exemplo, a visão do Singer, do Francione, a minha também.. é de dever indireto ao meio ambiente. Por que devemos respeitar o meio ambiente? Porque os animais, os seres sencientes precisam dele. (...) É porque eu acho relevante que o ser seja senciente (Luciano, 27/07/2012).

Nesse sentido, a proposta estaria próxima à segunda ecologia exposta por Ferry (2009). A diferença entre a ecologia dos movimentos de Liberação Animal e a ecologia rasa difere apenas no tocante a questão de que, para a primeira, todos os seres sencientes são “merecedores” de recursos. Na verdade, não consegui perceber essa ideia de natureza enquanto uma entidade provedora nas falas e percepções de meus interlocutores. Mas percebi a importância dos termos senciência e seres sencientes para a teoria em Ética Animal, como já exposto anteriormente, e, como consequência, os deveres para com os seres sencientes e o veganismo:

- Mas, uma coisa são os princípios que a gente tem que adotar no dia a dia, como emergenciais, outro é a meta a longo prazo. Acho que assim, a meta a longo prazo é que realmente, todos os seres sencientes vivam o máximo de tempo possível, os

mais felizes possíveis, nunca sejam explorados, um mundo genial. No dia a dia a gente tem que adotar uns princípios de precaução que a gente sabe que vai causar dano. Mas assim, como regra geral, é a menos pior. Então acho que o veganismo, nesse sentido, é a menos pior (Luciano).

Com "é a menos pior", ele pareceu enfatizar as diferenças em relação às outras propostas que pensam sobre como o ser humano deve se portar no mundo de forma moralmente válida. Continuando, Marcelo apontou que o veganismo, seria, então, "um kit moral de sobrevivência".

- Lá em São Paulo, [na palestra], muitas das perguntas foram nesse sentido "tá, ok, você tá falando que tudo que a gente fizer vai causar algum dano. Então não tem sentido ser vegano". (...) Tem! Porque entre não causar nenhum dano e causar o maior dano possível tem um grande passo. Tu pode escolher tentar causar o menor dano. E assim, na teoria ética, não nessa daqui, específica. Mas naquelas gerais, a gente tem, por exemplo, no utilitarismo. Tem outras teorias também, mas no utilitarismo é bem forte, bem dividido: tem o utilitarismo de regras e o utilitarismo de atos. No utilitarismo de atos, tu ia ter que medir as consequências de cada decisão, os desdobramentos, ia ter que ficar pensando. É claro, isso seria o ideal. Mas pô, tu não vai ter tempo de fazer isso o dia todo. Tu tem que tomar milhões de decisões todo dia, tu não tem esses dados disponíveis, de como é que ia ser, né? Então, a gente tem que adotar algumas regras que a gente não vai ter certeza se elas realmente vão... em todos os casos ser a melhor solução possível, mas como regra geral, a gente vai ter uma ideia de que sim, é provável de que ela seja a menos pior, na maioria dos casos. Então a gente tem que ter noção de que, mesmo que o veganismo, com o consumo nosso, cause muito danos. Bom, mesmo assim, comparando com o consumo de animais, causa menor dano (Luciano, [aposto meu] 24/08/2012).

Então, como venho expondo ao longo do capítulo, todos os militantes em defesa dos animais com quem pesquisei buscam um mesmo objetivo "ideal": acabar com os maus tratos aos animais. Porém, é na hora em que estão agindo, se manifestando, que podemos perceber as diferentes teorias ou estratégias de cada um. Enquanto filósofos profissionais se aprofundam nas teorias éticas para discutir e justificar nossas ações, outras pessoas fazem uso de outras teorias - feministas ou ecológicas, por exemplo -, também éticas, para embasar suas atitudes. Lembrando que aqui embora escrevo de forma fragmentada, para conseguirmos montar a imagem que procuro mostrar, todas essas teorias encontram-se entrelaçadas.

2.2 E os animais em natureza? Ou, sobre *danos naturais*



Nas aulas do curso, bem como na entrevista com Luciano e Marcelo, eu me deparei com uma nova proposta de se pensar a militância em favor dos animais. Algo que vai além do abolicionismo e do não uso dos animais pelos humanos. Nessa proposta, a problemática dos animais que sofrem em natureza, em seus habitat naturais, é levantada. Sendo um dos autores na atualidade que discute a questão, Luciano me explicou resumidamente, em entrevista, do que se trata essa ideia.

Partindo do pressuposto de que todos os militantes em prol da libertação animal concordam que os seres humanos têm de defender o fim do uso dos animais em qualquer esfera, Luciano explicitou que ele milita para além disso. Temos, segundo ele, "o dever de dar igual consideração aos animais". Mas o que seria isso? Conforme Luciano (24/08/2012), quando as pessoas defendem apenas o fim do uso, elas estão baseadas na ideia de que "o erro em usar os animais" está no fato de serem os homens os causadores do dano ou prejuízo a estes seres. Argumentando, demonstrou que a resposta que julga ser mais clara para a pergunta de "por que é errado causar danos aos animais?" é a do "prejuízo que causa a eles". Ou seja, de nada tem a ver se o causador é

humano ou não. Porque, segundo ele, se o padrão de comparação for o que os seres humanos causam, ou melhor, saber que uma coisa está errada porque foi um homem que causou, o argumento cai por terra se pensarmos que diversas ações causadas por humanos resultam em felicidade para os indivíduos.

Eu acho que a explicação mais plausível é dizer que o mal em causar morte e sofrimento é com relação ao que acontece com a vítima, não em relação ao causador, quem é o causador. Bom, se admite isso, tem uma outra implicação que é muito *contra intuitiva*, né? Ou seja, que.. se é errado causar mal ativamente, por ação, pelo uso, então, também é um problema, é um dever não causar mal por omissão. Então a gente tem, além do dever negativo, o dever de não usar os animais.. A gente teria uns deveres positivos. Ou seja, deveres de ajudar. Quando? Em todas as situações? Não, nas mesmas que a gente considerasse como um dever ajudar um humano, na mesma situação (Luciano, 24/08/2012).

O que significa, nesse contexto, dizer que essa implicação é *contra intuitiva*? Passa, a meu ver, pela ideia de que a intuição humana enxerga, na natureza, um lugar que não deve ser alterado pela mão humana. Quando ouvi pela primeira vez seu argumento, a minha reação foi justamente de perguntar se levando a cabo essa ideia não estariam os homens "brincando de deus". A resposta que tanto Luciano como Marcelo me deram foi a de que "estamos brincando de deus mesmo quando não ajudamos os animais em natureza" e me lembraram que o homem já interfere no meio natural há tempos, através do controle biológico, por exemplo, muitas vezes em busca de um "equilíbrio forjado, nunca existente".

Tentando entender melhor a proposta feita por meus interlocutores - aqui, os integrantes do curso em Ética Animal - na aula em que Luciano expôs pela primeira vez sua tese em relação aos animais em natureza eu questionei diversas vezes seus argumentos. Pautava-me, ainda, na ideia de que estavam a antropomorfizar os animais de forma equivocada, afinal, pensar em políticas públicas, pesquisas, estudos e discussões com o objetivo último de ponderar e ajudar os animais que sofrem em natureza me pareceu, inicialmente, um roteiro para filme de ficção científica.

Com a cabeça recheada de argumentos propostos por eles, fui para a 28ª Reunião Brasileira de Antropologia, na qual participei do GT05 - "Animais e humanos em contextos urbanos e rurais: novas perspectivas sobre relações interespecíficas". Lá, na apresentação de Eliana Creado, intitulada "Algumas reflexões sobre o ambientalismo e duas espécies emblemáticas", me deparei com a descrição de diversas formas de "intervenção humana" em natureza já existentes, as duas "espécies emblemáticas" de que ela falou a respeito foram as tartarugas do projeto Tamar e os elefantes africanos. O que realmente me chamou atenção - no sentido das profundas intervenções humanas feitas em solo africano - foram as especificidades de propostas utilizadas por ONGs para combater a caça aos elefantes.

Pesquisando a respeito da administração de "impactos resultantes do excesso de elefantes" na África, encontrei um livro²³ publicado pela União Mundial de Conservação (UICN), que trata das formas de administrar esses animais que se multiplicam às centenas no continente. É no capítulo 5, intitulado "Opções para reduzir o impacto ecológico indesejável dos elefantes africanos" que percebemos objetivamente os usos da tecnologia humana ao tratar da natureza. Nas opções chamadas *diretas* temos listadas as seguintes opções: o controle de fertilidade, no qual utilizam métodos contraceptivos nas fêmeas; a indução ao aborto; safáris de caça e abates controlados.

É válido lembrar que, para supormos que há intervenção, é primeiramente necessário supor que exista uma natureza descolada dos humanos. Ora, se pensarmos que *tudo são híbridos* (Latour, 1994) e estamos interligados, como é possível garantir que não é "da natureza humana intervir"? Essa pergunta foi, inclusive, dirigida à mim por Marcelo, em uma das aulas quando estava em campo.

Faz-se importante notar, explicou Luciano, que a distinção entre ação e omissão é irrelevante quando o cerne da questão encontra-se em quem está na situação vulnerável. É nisso que se pauta para defender sua tese. Eis o exemplo "clássico" dado:

Supondo que alguém pretende afogar um bebê numa banheira. A gente tem duas situações.. A pretensão sempre é essa, afogar o bebê na banheira. No primeiro caso a pessoa vai lá, pega o

²³ Balfour, D., Dublin H.T., Fennessy, J., Gibson, D., Niskanen, L. And Whyte, I.J. (eds.) 2007. Revisão das opções para gerir os impactos resultantes do excesso de Elefantes Africanos a nível local, UICN, Gland, Switzerland.

bebê e afunda a cabeça e ele se afoga. Ok. No outro caso, o bebê tá lá na banheira tomando banho, antes de ela ir pra afogar o bebê ela já percebe que o bebê já tá se afogando sozinho, cruza os braços e não faz nada. Opa.. Vamos avaliar a questão moral nos dois casos. Bom, foi justificável nos dois casos? Como parece que é.. Porque a pretensão é a mesma, as consequências são as mesmas, as razões pelas quais.. Supondo que.. sei lá.. Se alguém fosse fazer uma coisa assim, vai acontecer por motivos egoístas.. (...) Mas em termos gerais, supondo que a pretensão era tomar a herança.. Ok, a pretensão é injustificável, as consequências são ruins no mesmo caso.. A única diferença é no movimento final. Ela fez uma ação ou uma omissão. Bom, parece que não é relevante para acessar a moralidade deste caso. Se foi errado em um caso, também é em outro. Bom, isso parece ser em geral, em todos os outros casos onde o movimento é uma ação ou omissão o que a gente tem que enxergar são as razões pelas quais eu deveria aliviar esse sofrimento ou não (Luciano, 24/08/2012).

E, continua, esse pensamento vai causar um "grande impacto em relação aos nossos deveres com relação aos animais".

E uma vez que a gente entende como é a vida na natureza, isso vai dar um grande impacto na nossa visão.. Porque.. Foi uma das coisas que eu relutei anos e anos pra chegar nessa conclusão. Que hoje em dia isso soa meio estranho pra.. Quase ninguém aceita, nem os ativistas, mas é o seguinte.

Então, se admitirmos que os animais "em natureza" também merecem consideração moral, continuando o raciocínio proposto por Luciano, quais razões os ativistas em defesa dos animais teriam para mudar (ou, pelo menos acrescentar nas pautas de discussão) seu foco para as florestas ou savanas? Que motivos teriam para amenizar o sofrimento destes animais em particular? Se percebemos que há sofrimento em todas as partes do mundo, como escolher? O critério

proposto pelo autor é que seja selecionado o local em que há mais indivíduos em situações ruins, ou melhor, um lugar em que o sofrimento por indivíduo é o maior possível.

Trago um trecho mais longo de transcrição para acompanharmos o raciocínio proposto:

Como que é a vida na natureza? A gente imagina aquela vida mais ou menos paradisíaca, tem uma ou outra predação.. Tem uma ou outra morte.. Mas é aquela imagem do leão deitado na floresta, com a família.. Bom, agora a gente tem que imaginar o seguinte.. O erro dessa visão é que a gente tá pensando em animais de porte grande, e animais adultos, né? Porque é o seguinte, na natureza, fora a questão da predação, o maior número de mortes é por inanição, né? Parasitismo, congelamento e acidentes. Então a gente tem que imaginar que na natureza tem duas estratégias de reprodução que é a estratégia R e a K, eu as vezes acabo confundindo as duas, mas acho que assim, a K.. Algumas espécies, elas vão se mantendo ao longo das gerações porque elas maximizam o cuidado pelo filhote. Elas tem uma ninhada pequena, algum desses morrem, (...) mas com uma ninhada pequena, é possível os pais tomarem cuidado de um ou outro, como a biologia já inclina ele a fazer isso. Aí, a próxima geração vai existir porque esse filhote foi cuidado até uma idade de maturidade sexual, então ele se reproduz, dando início a próxima geração. Mesmo esses, a vida deles não necessariamente tem um nível hedônico positivo.. Ou seja, não necessariamente a vida deles tá num nível razoável, uma vida mais ou menos. Porque assim, imagina que o animal abandonado na rua.. Ele tá sempre cheio de doenças, ele vai morrer de fome.. Esse aí também. Só que esse é um dos que teve mais sorte na natureza. Porque o outro tipo de reprodução é a reprodução R, que é a grande maioria dos animais. Quanto menor o animal, mais perto da reprodução R ele tá. Na reprodução R a diferença é assim, como é que as espécies que adotam esse tipo de reprodução se mantêm ao longo das gerações? Não é porque elas são de um jeito que

proporciona cuidado de um filhote ou outro pra ele chegar na maturidade sexual e dar inicio a próxima geração. É porque eles tem uma cria gigantesca. Bilhões de ovos, as vezes nem ovos.. Pensa ratinhos, né? vão nascer.. coelhos e tal.. Eles tem uma cria enorme. Se reproduzem muito. Bom, e de todos esses muitos, provavelmente um vai chegar na maturidade sexual pra dar inicio a uma nova geração. Só que todo o resto, todo o resto.. Provavelmente vai morrer de inanição. Então, quando a gente estuda assim.. O que eles chamam de biologia do bem estar, né? É mais ou menos um cálculo que se faz, pegando um período de tempo do ecossistema, mais ou menos assim, estável num nível populacional, durante um certo tempo.. Pelo tamanho da ninhada dá de medir mais ou menos o número de mortes e o tempo de morte até quando eles fazem o período de maturidade sexual. Então, tem um cálculo mais ou menos assim, que a medida em que... tu tens o número de crias, vai ter aqueles que vão morrer, supondo que eles tenham um bem estar negativo. E os que vão chegar até maturidade sexual, vamos supor que eles tenham um bem estar positivo. Geralmente não é o caso, mas vamos supor. Então, se são tantos que vão morrer antes, a gente tem que multiplicar esse bem estar para calcular se aquela situação tem mais sofrimento.. Bom, bilhões vão morrer.. Um, um vai ficar. Então, esse aí também vai se reproduzir e botar mais milhões de ovos.. Isso aí vai.. Sendo um crescimento exponencial ao longo das gerações. Porque isso depende da capacidade de carga do ecossistema, então, a quantidade de comida vai ser a mesma, só que o tamanho da ninhada vai multiplicando.. E aí, vão ser cada vez mais mortos.. Então assim.. Só pra dizer assim, que a vida em natureza, se tu quer imaginar o inferno, é o inferno! Então assim, nasce, morre, nasce, morre, nasce só pra morrer e só sofrer e só pra morrer. E geralmente morte lenta. Então, ok. É, eu acho que é a situação no universo onde tem mais sofrimento agregado. Fora a situação da granja industrial. Ou seja, se pegar a natureza, tem mais sofrimento agregado porque são mais indivíduos sofrendo.. Trilhões e

trilhões e trilhões e trilhões vivendo no inferno, o tempo todo. Na granja industrial, pode ser que tenha.. Cada individuo sofrendo pior do que, se comparar um por um.. Então são as duas situações onde a gente pode descrever, assim, como realmente o inferno. Então acho que aí estão os nossos deveres de acabar com isso.. 'Ah, mas não foi a gente que causou os da natureza', ok, mas se a gente sabe como parar com isso, diminuir esse sofrimento.. então a gente é responsável. Aí tu pode me dizer 'bom, a gente não faz ideia de como'. Claro, porque até agora a gente não viu isso como um problema moral. E a gente não viu isso porque a gente faz distinção entre ação e omissão. Bom, a primeira coisa que se algum dia a gente quer chegar na solução para esse problema é começar a ver isso como um problema. Então, acho que esse é o ponto. Não sei qual é a solução.. Nem sei.. Talvez tem consequências piores.. Então.. A ideia é pensar nisso como um problema, como um problema moral (Luciano, 24/08/2012).

Pensar essas questões enquanto problemas morais requer que questionemos - como colocam diversos interlocutores - o especismo. O argumento de Luciano é de que, pelo fato de a maioria das pessoas não pensarem no animal enquanto *próximos*, e, por muitos pensarem a Natureza como algo imaculado, que não deve ser "alterada", os animais continuam a sofrer as consequências. O que penso ser instigante aqui, é o teor contrário ao antropocentrismo. Se levarmos a cabo essa proposta, os seres humanos passariam suas vidas trabalhando em prol de um bem comum inclusivo à outros, não só humanos.

Na aula em que discutimos sobre os animais em natureza, perguntei a respeito das obrigações que teriam os humanos com questões que ainda nos são tão distantes, não palpáveis. Como ter certeza que deve se tomar tais atitudes? Luciano respondeu que essa é uma questão difícil de responder:

Como é que tu vais pensar nesses desdobramentos de consequências? A gente nunca pode ter certeza. Mas a gente pode ver algumas probabilidades. Mas uma coisa é assim, acho que à medida que o desdobramento vai mais longe, fica mais difícil de

prever, menos dever a gente tem de se preocupar com ele (Luciano, 24/08/2012).

Todos os argumentos expostos por Luciano possuem teor filosófico. Podemos perceber, através das transcrições contidas aqui, que sua vida é guiada por princípios que se sustentam através desses argumentos. É dessa forma que ele, bem como diversos de meus interlocutores, buscam nos livros e discussões acadêmicas muito de seus questionamentos relativos à militância em prol dos animais. Nesse sentido, procurar probabilidades e previsões a respeito de quantos animais são mortos em natureza é um exemplo do uso que fazem da ciência em favor de sua militância.

Neste capítulo busquei apresentar a teoria de mundo que organiza grande parte da realidade vivida por meus interlocutores. Nesse sentido, levando a cabo sua proposta - na qual o atributo da senciência e não da razão é que está no cerne das decisões tomadas a respeito de categorizações do que deve ou não ser considerado enquanto sujeito moral -, farei uso da analogia comum ao se tratar da questão animal contida na tirinha exposta no início dessa seção: Antes, libertaram os escravos, posteriormente as mulheres e hoje, querem libertar os animais. É no mínimo curioso perceber que a proposta contida nessa tese parte de que o lugar no qual existe maior sofrimento no mundo é a África. Refletindo a partir de seus conceitos de *sofrimento* - físico, pautado nas pesquisas biológicas - e *justiça* - em que todos os seres passíveis de sofrimento entram na balança -, é perceptível que essas pessoas avaliam o mundo a partir de uma hierarquia peculiar: os animais que não possuem (ou ainda não possuem) a capacidade de se comunicar de forma indiscutível seus anseios são quem estão no topo das considerações morais.

Dessa forma, se os seres humanos devem problematizar e pensar em como ajudar os animais em natureza, uma questão que apareceu em campo é a de "como esses grupos pensam as diversas concepções a respeito das relações entre humanos e animais em outras sociedades"? Discuti diversas vezes a respeito desta problemática com meus interlocutores. A maioria demonstrava uma posição bem clara: é preciso conversar com o objetivo último de discutir propostas. As diferenças estavam muito mais nas estratégias de como se fazer isso. Em uma das vezes que perguntei, quando em uma aula do curso sobre ética:

“Mas você vai chegar em uma aldeia e vai dizer para os indígenas que é errado comer carne?!” Ouvi do professor: “Não. Mas para se descobrir a verdade é preciso dialogar, discutir. Eu posso estar errado, e é só discutindo que eu vou saber. É preciso ter humildade”. Em seguida outro integrante da turma disse: “Mas também é preciso ter humildade para admitir que você pode estar certo” (Luciano e Marcelo, respectivamente, 24/08/2012).

Não sei se a questão se resolveria assim, tão facilmente. Como fazer duas cosmologias distintas se entenderem a ponto de chegar a um objetivo comum e consensual? Não obstante, essa é a proposta contida na teoria filosófica (universalizante) de alguns dos meus interlocutores: buscar um ponto em comum no pensamento das duas (ou mais) sociedades e, a partir dele, raciocinar e construir juntos um mundo mais justo. É importante entender que, ao fazer uso da antropologia, percebo que populações distintas produzem conceitualizações distintas. O trabalho de Vander Velden (2009), "Sobre cães e índios: domesticidade, classificação zoológica e relação humano-animal entre os Karitiana", é um ótimo exemplo dessa percepção: os cachorros, em nossa sociedade, são categorizados na lógica da morfologia dos animais, enquanto que entre os Karitiana a lógica da categorização encontra-se nas semelhanças comportamentais ou contextuais dos mesmos. E aqui, pergunto: queremos que populações distintas das nossas tenham o mesmo dilema moral que nós temos, ao matar animais, não é, possivelmente, o mesmo que projetar nossas categorias de pensamento às deles? (Descola 1998).

Retomando a questão do antropomorfismo para pensar os pontos deste capítulo, rememoro que, em princípio, entendia que estas pessoas, além de antropomorfizar os animais, o estavam fazendo de forma antropocêntrica: era apenas porque se enxergavam neles que pensavam ser necessário defendê-los. Não havia em seu discurso ou em suas ações, eu pensava, uma proposta de alteração profunda na nossa forma de enxergar o mundo. Concordava, até então, com a parcela que criticava a noção de antropomorfismo (DASTON; MITMAN, 2005). Porém, ao longo do campo, com o aprofundamento das discussões e o melhor entendimento de seus argumentos, percebi que suas propostas corroboram com uma outra visão moral antropomórfica que não é ligada, necessariamente, ao antropocentrismo. Ao contrário, o que meus interlocutores trazem para o debate é justamente a ideia de tirar o homem ou a razão do centro de nossas preocupações, dando lugar para o senciocentrismo (FELIPE, 2009).

Capítulo 3. Estatuto animal: De objetos à pessoas não humanas

Este capítulo toma como ponto de partida o primeiro dia do "Evento Sobre o Uso de Animais no Ensino e na Ciência – Aspectos técnicos, éticos e legais", que ocorreu nos dias 30 e 31 de maio de 2012 no auditório da reitoria da UFSC. Desenvolvo, a partir da descrição desse debate, reflexões acerca das diferentes noções de animal incutidas nas falas dos palestrantes. Faço referências à teoria e conceitos de meus interlocutores de pesquisa - na qual a proposta é ultrapassar a barreira do especismo, criando assim um mundo mais justo em relação aos animais que nele vivem - para pensarmos as ideias (de especismo e animal, principalmente) expostas nessa seção.

3.1 O uso de animais no ensino e na pesquisa

Enquanto eu frequentava as aulas do curso de filosofia, conheci também outros ativistas através do “grupo antivivisseção²⁴”. Este, na primeira reunião da qual participei contava com 12 integrantes, sendo sete mulheres e cinco homens. Ao longo dos meses o grupo foi se moldando aos horários e às pessoas envolvidas, transformando-se em um grupo de amigas que dividiam interesses em comum. A ideia principal era reunir informações a respeito do uso de animais pela UFSC, no ensino e na pesquisa e pensar ações pautadas nesses dados.

As primeiras reuniões também serviram para pensar em divulgar e preparar um evento no qual ao menos quatro integrantes do grupo estavam diretamente envolvidos na organização, o “Evento Sobre o Uso de Animais no Ensino e na Ciência – Aspectos técnicos, éticos e legais”, que foi organizado, segundo as discussões no grupo, com o intuito de fomentar discussões a respeito do uso de animais pela UFSC, bem como chamar a atenção para o lado ético que esta questão suscita. O evento contou com atividades iniciadas às 19h nos dois dias. No primeiro, ocorreu uma mesa redonda, ou melhor, um “Debate sobre o uso de animais no ensino e na ciência” e contou, ao menos do início, com o auditório quase completo²⁵. E no segundo, contou com a

²⁴ Estou dando este nome para diferenciarmos os grupos dos quais me refiro.

²⁵ Conte em torno de 160 pessoas, logo após o início da fala de Thales Tréz.

exposição do filme "Não Matarás"²⁶, com comentários de Sônia Felipe²⁷ e Paula Brugger²⁸. É sobre o primeiro dia que farei uma descrição mais detalhada neste capítulo.

Como a mesa redonda estava marcada para começar às 19h, dez minutos antes cheguei, encontrei com os organizadores que conversavam com um dos convidados e perguntei se poderia ajudar de alguma forma. Fomos (eu e mais dois colaboradores) buscar água, papéis e canetas.

Iniciado o evento, posteriormente às apresentações e convites para compor a mesa, a bancada contava com seis homens: ao meio, o mediador Daniel, integrante da Comissão de Ética no Uso de Animais - CEUA, como membro da sociedade civil organizada através da Associação Catarinense de Proteção aos Animais - ACAPRA, à sua esquerda, três, dos cinco professores e à direita os outros dois. A dinâmica de apresentação foi que cada membro teria entre 15 a 20 minutos de fala e posteriormente à todas as exposições haveria abertura para perguntas da plateia. A ordem de apresentação foi: Thales Tréz (Departamento de Ciências Humanas da UNIFAL), Carlos Rogério Tonussi (presidente da Comissão de Ética no Uso de Animais da UFSC), Alex Rafacho (Departamento de Ciências Fisiológicas da UFSC), Carlos Roberto Zanetti (Departamento de Microbiologia e Parasitologia da UFSC) e Aguinaldo Roberto Pinto (Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia da UFSC).

Penso ser válido apontar aqui o "desenho" feito *a posteriori*, do embate "teórico-científico" travado pelos diferentes atores da mesa redonda. Tréz, Zanetti e Aguinaldo Pinto fizeram suas falas em cima do

²⁶ Filme de 2005, produzido pelo Instituto Nina Rosa. Aborda a questão do uso de animais em pesquisas.

²⁷ Filósofa e professora aposentada da UFSC, reconhecida nacionalmente por sua produção acadêmica relativa a questões éticas voltadas aos animais não humanos.

²⁸ Professora do Departamento de Ecologia e Zoologia e do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC, também militante da Causa Animal.

argumento da *não necessidade de uso de animais* em suas áreas de estudo. Enquanto Thales fez uma fala caracterizada pela proposta de se "pensar o novo", Zanetti teve um discurso mais inflamado, claramente ativista. Já Aguinaldo tentou ser, a meu ver, algo como "neutro". Mesmo concordando que o uso de animais para o seu trabalho era inútil, não visualizei em sua postura a adesão ou ideias que fossem favoráveis às propostas sugeridas por meus interlocutores, diferentemente dos outros dois professores citados. Já Tonussi e Rafacho foram bastante claros em relação as suas posturas *em favor do uso de animais* pela ciência. Como veremos, em suas falas os animais aparecem enquanto objetos de estudo, o que causou certo desconforto na plateia permeada por ativistas em defesa dos animais.

Além da ideia de *animal* contida em suas falas, um tema que apareceu de forma recorrente no discurso desses professores faz alusão ao papel das universidades enquanto fomentadoras ou não de novas formas de se fazer ciência.

Thales Tréz, primeiro a argumentar, iniciou sua fala chamando atenção para a diferença do uso de animais como instrumento de ensino e o uso de animais na pesquisa científica. Segundo ele, o uso de animais no ensino serve para legitimar um conhecimento que já é sabido de antemão e se configura, muitas vezes, como ultrapassado, pois já existem métodos substitutivos em diversos casos. Na ciência, entretanto, os modelos de animais são utilizados para explorar conhecimentos normalmente desconhecidos. Nesse sentido, os estudos relacionados a essas duas formas de se utilizar animais merecem abordagens diferenciadas e sua exposição seria relativa à questão do uso de animais no *ensino*.

A partir do ano 2000, começaram a existir pesquisas publicadas a respeito de "Como o estudante lida com a situação de experimentação em animais na graduação?", que chegam, quase sempre, a uma conclusão: não são poucos estudantes que se incomodam com esse tipo de procedimentos em sala de aula, que é classificado enquanto uma reprodução de metodologias que vêm sendo cada vez mais problematizadas,

o estudante traz para a sala de aula essa problematização e o professor, muitas vezes por falta de lidar com uma situação de conflito ético em sala de aula, acaba sem saber muito o que fazer nesse tipo de situação. O que se coloca é que

essas práticas tem um potencial alto de conflito (Thales Tréz, 30/05/2012).

Como exemplo desses conflitos, Thales trouxe narrações que mostraram a insatisfação de alunos quanto aos usos que a UFSC fazia dos animais no ensino: em 1999, um grupo de estudantes, se passando por jornalistas, conseguiram entrar no laboratório de técnica operatória da universidade e tiraram fotos de cães que eram utilizados na disciplina de Técnica Operatória do curso de medicina, antes e após o experimento. As fotos chegaram ao público e a questão teve uma repercussão local grande, fazendo com que o procurador da república entrasse com uma ação cautelar para que a universidade passasse a regular esses procedimentos dentro da Universidade. Na época, eram utilizados em torno de 400 cães por semestre na disciplina de técnica operatória. Esses cachorros vinham de Curitiba, através de um convênio entre a UFSC e a prefeitura, que retirava os cachorros da rua e enviava para Florianópolis. Hoje, após esse caso, com a mobilização pública, o convênio não existe mais. O biotério da UFSC passou a criar cães da raça beagle e hoje utilizam em torno de 30 cães por ano nesse procedimento.

Em sua pesquisa de doutorado, Tréz aplicou questionários em alguns cursos da área da saúde e, dentre 100 alunos de medicina, em torno de 20 descreveram situações "barbarescas" do que acontecia com os cachorros nas aulas de técnica operatória, chamando sua atenção o fato de acontecerem episódios do que é, segundo ele, chamado de superficialização - "o efeito anestésico vai passando e o animal vai recobrando a consciência" (Thales Tréz, 30/05/2012). Desde 1997 ele ouve que esse efeito de superficialização é recorrente não só no curso de técnica operatória. E, já que essa conduta pode ser enquadrada como crime, pois caracteriza uma prática de maus tratos, ele protocolou na Universidade um pedido pra que fossem tomadas providências, internamente, e se surpreendeu com o retorno. Um dos itens da resposta foi o comentário de um professor de técnica operatória:

'a reação motora aos estímulos dolorosos tanto em pessoas humanas como em não humanas não significa necessariamente consciência da dor'. Quer dizer, na cabeça desse professor, o animal não estava tendo consciência da própria dor (Thales Tréz, 30/05/2012).

Em conversa informal com um médico anestesista, Thalez comentou a respeito do caso e o médico confirmou que pela descrição e depoimentos era possível classificar os danos causados aos animais como um sofrimento injustificável, já que poderiam ter controlado a administração do anestésico para que não houvesse esse tipo de reação. Porém, continuou, em uma "situação de anestesia bem aplicada o animal não tem nenhum tipo de reação, de vocalização, de resposta motora nenhuma". A resposta obtida ao protocolo foi importante também porque, além da "observação do professor, que é altamente questionável, a gente tem que todos os membros do laboratório concordam com a substituição dos animais por modelos experimentais" (Thales Tréz, 30/05/2012).

Assim, o palestrante concluiu que o que se está fazendo na UFSC é algo não justificável,

Primeiro porque é cruel e segundo porque outras universidades já não fazem mais isso. (...) Estou falando de universidades aqui, vizinhas. (...) Se a gente for listar, e eu quero chegar nesse argumento. É de que se a gente tem uma universidade, no mesmo curso, duas universidades com o mesmo curso e com a mesma disciplina, uma usa animal e a outra não usa animal. Como que eu posso justificar o uso de animais, sendo que em uma outra universidade, na mesma disciplina, com o mesmo conteúdo, essa prática não é necessária? (...) Estou dizendo que mesmo que esses procedimentos fossem feitos sob a anestesia adequada eles não se justificam uma vez que a gente tem hoje uma série de alternativas disponíveis. E que inviabilizam a defesa de qualquer tipo de prática, seja na técnica operatória, na biologia, na fisiologia. Essas práticas com animais no ensino, elas tão ficando cada vez mais obsoletas face as novas abordagens, as novas tecnologias que tão sendo colocadas no ambiente de ensino (Thales Tréz, 30/05/2012).

Posteriormente à apresentação de Thales, o professor Rogério Tonussi, então presidente da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) da UFSC foi convidado a expor sua fala. Sua apresentação pautou-se, principalmente, em explicar quais são os procedimentos e o foco de trabalho da comissão de ética. O início de seu discurso foi

marcado por questões de legislação, chamando a baila uma lacuna da constituição na qual os animais de laboratório não podem ser considerados fauna. Aqui, faço um adendo: a legislação vigente, fazendo distinção entre animais da fauna e animais de laboratório estipulou regras para o uso de animais pela ciência, nesse sentido, esses animais possuem o estatuto de objetos e mercadorias. E a fala de Tonussi corrobora essa visão.

Dessa forma, a partir da Lei 11.794, de 2008-2009, estabeleceu-se que todo procedimento experimental com animais deveria seguir normas e também determinou-se a constituição de comissões de ética, subordinadas à um conselho regional de experimentação animal, nos locais de pesquisa e ensino.

Existindo há 12 anos, a CEUA na UFSC é mais antiga que a lei ou Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA), expôs Tonussi. E, mesmo tendo experiência face a várias questões, têm de se conformar aos moldes que o CONCEA determina. O grupo de pessoas que analisa os protocolos deve seguir o padrão determinado, contendo veterinários, biólogos e doutores especialistas nas áreas específicas de estudo, bem como a representação de uma Organização Não Governamental (ONG) regulamentada, com estatuto próprio, de proteção aos animais.

A nossa é constituída por 4 membros do Centro de Ciências Biológicas, 3 do Centro de Ciências da Saúde, 3 de Agrárias, agora um representante dos campi avançados - que atualmente é de Araranguá, um veterinário da UFSC, um representante do conselho de medicina veterinária, um representante do biotério e um representante da sociedade protetora dos animais, que hoje é o nosso amigo aqui, o Daniel.

Tonussi definiu o foco de atuação da CEUA enquanto "Comissão de Ética **no Uso** de animais, né? E não a Comissão de Ética **do Uso** de animais".

Ou seja... muitas vezes as pessoas questionam o tipo de análise que nós fazemos lá, mas nós não estamos discutindo se devemos ou não devemos usar animais. Não digo que isso não é uma discussão que tem que ser feita sempre. E é por isso que essa mesa redonda existe aqui. Mas no

âmbito da CEUA não se discute mais isso. Ou, seria indiscutível, né? Mas nós nos preocupamos com a forma como os animais são usados.

Assim, a fala do professor foi direcionada à questões mais técnicas relativas ao que ele chamou de ética em pesquisa: Sobre a escolha do sujeito, clareza da pergunta científica, a forma de manipulação do animal, o modelo experimental, registro de dados, publicação, entre outros temas. Porém, segundo ele, a CEUA vai se ater prioritariamente à escolha do sujeito, o modelo experimental e o tamanho amostral. A CEUA faz uso do princípio dos 3 R's: Substituir (Replace), Refinar (Refine) e Reduzir (Reduce) e a preocupação com o *bem estar* deve ser a premissa básica dos pesquisadores que enviam seus protocolos para análise.

A ideia de *bem estar* animal perpassa toda a discussão feita pelos palestrantes, ora enquanto o fim em si, ora como algo que deve ser buscado em alternativa ao não uso dos animais. É interessante perceber que, a partir de suas falas, podemos identificar as posições expostas, já na introdução dessa dissertação, a respeito das formas de se pensar o animal na sociedade, lembrando: *as conservadoras, reformistas ou abolicionistas*.

Quando Tonussi explicou sobre o tamanho amostral percebi que algumas pessoas ficaram incomodadas:

O tamanho amostral, isso também é outro ponto de muita discussão. Muitas vezes as pessoas acham que a CEUA só serve para diminuir o número de animais. E não é bem isso, né? A CEUA quer que o número de animais utilizados seja suficiente para se obter as melhores respostas. Muitas vezes a CEUA sugere o aumento do número de animais pra que estatisticamente seja significativo. É aquela história: 'é melhor você usar seis animais e aproveitá-los, todos. Do que usar três e jogá-los fora', né?

Como falei anteriormente, Tonussi parece apoiar a ideia de os animais de laboratório serem apenas objetos de estudo. Não consegui perceber em seu discurso, em nenhum momento, a ideia de senciência ou da sensibilidade tão reivindicada pelos ativistas que conheci em pesquisa. Compreendi, após sua palestra, a revolta de algumas pessoas quando falavam sobre a CEUA. A fala desse professor entra em conflito

tudo que meus interlocutores recomendam ou militam a favor. Trago mais um trecho, no qual o professor faz alusão aos animais enquanto mídias, causando certo alvoroço na plateia.

Bem, como o Thales ressaltou no início, existe uma diferença importante que deve ser feita entre pesquisa e ensino. Pesquisa tem pouca possibilidade de substituição. Essa é a verdade. Apesar de existirem muitas alternativas frente ao universo do que se pesquisa, existem poucas possibilidades de substituição. Já no ensino é o contrário, tem muita possibilidade de substituição porque se trata de passar informação conhecida. Então, por que antigamente se usava muito animal? Porque era a única mídia razoável que se tinha para se demonstrar os fenômenos que se precisava ensinar. Hoje, com o avanço da tecnologia, existem novas mídias. Né? Com vantagens.. Porque, são menos custosas, são mais reproduzíveis, enfim. Uma série de vantagens que se deve usar e abusar, nesse sentido, né? Embora existam circunstâncias em que o ensino ainda prescindia do animal" (Tonussi, 30/05/2012).

Eu tentei me posicionar próxima ao meio do auditório, estrategicamente para, ao mesmo tempo em que ouvia a discussão da mesa, poder prestar atenção às pessoas que estavam presentes no evento. Pude observar, como expus anteriormente, algumas reações à diversas frases proferidas pelos membros da mesa redonda. Como a grande maioria da plateia estava lá "em favor dos animais", não foi difícil perceber os olhares desgostosos quando dos comentários proferidos pelo professor Tonussi que, para meus interlocutores, é uma pessoa especista, assim como o professor Rafacho, que conseguiu, em sua fala, inflamar a plateia a ponto de eu ouvir comentários bastante exaltados dos ouvintes.

A proposta do professor Alex Rafacho foi a de trazer informações para demonstrar os motivos do uso dos animais nas pesquisas biomédicas. Segundo ele, é inegável que os benefícios obtidos através da experimentação animal não retorna somente aos seres humanos, mas também aos animais. Também lembrou que a expectativa e qualidade de vida aumentou significativamente nos últimos anos, tanto para os humanos como para os animais, "graças aos benefícios que as pesquisas trouxeram". Alex frisou bastante a questão de que os animais

usados em pesquisas são, em maioria (mais de 90%) roedores e apenas 0,5% são cães, deixando claro que o modelo de cães, em algumas situações são os mais adequados, não tendo outra opção.

Sobre o uso de roedores, o palestrante explicou a razão por serem os escolhidos:

Eles apresentam uma ordem de sistemas que são muito semelhantes ao dos seres humanos. Muitos deles são susceptíveis à diversas doenças que também afetam igualmente os seres humanos, portanto, a gente consegue reproduzir essas patologias em laboratório. Eles apresentam um ciclo curto de vida, que permite um estudo em diferentes ciclos.

Continuando, nos informou que hoje em dia os estudos de epigenética estão em alta. Esses estudos avaliam os "efeitos que passam do pai, inclusive, do homem, para os filhos e como nós sabemos, das mães para os filhos". Ou seja, através dos estudos em fases diferentes da vida dos roedores, que possuem um ciclo de vida curta, é possível procurar influências genéticas que os pais transferem para os filhos. Explicando que o manejo dos animais deve "seguir princípios éticos", Alex nos disse que os indivíduos que mexem com animais em laboratório devem passar, obrigatoriamente, por um treinamento.

Vale ressaltar que mesmo fazendo alusão à princípios éticos em sua fala, quando da abertura para questões, houve um momento em que Rafacho afirmou "não estar lá para discutir filosofia". Nesse sentido, foi possível perceber que a noção de filosofia na qual ele estava se pautando diz respeito às discussões sobre o estatuto moral do animal de laboratório. Vistos por ele enquanto objetos de estudo e propriedades da Universidade, o debate que se propunha a fazer dizia respeito, então, do *bem estar* dos animais usados em pesquisa e não se estes deveriam ou não estar lá.

Trazendo uma planilha, Rafacho nos mostrou que, apenas nos Estados Unidos há em torno de 180 milhões de pessoas que possuem doenças crônicas, e completou, se fosse considerado todo o mundo e outras doenças (não crônicas e as que são negligenciadas por questões políticas), o valor total de pessoas seria muito maior. Então, mostrou outra tabela, agora com base nos ganhadores do prêmio Nobel para demonstrar quais anos foram descobertas algumas questões e quais animais subsidiaram essas descobertas que levaram ao tratamento e cura

de diversas doenças. A respeito da paralisia, por exemplo, em 1952, em torno de 21 mil crianças tiveram essa doença nos Estados Unidos. Segundo Refacho, se as pesquisas a respeito dessa patologia tivessem sido desestimuladas, hoje não teríamos a erradicação da mesma. É inegável, disse, que foram descobertas questões que trouxeram os mais variados benefícios à sociedade à partir da experimentação animal, resultando em prêmios Nobel de medicina e fisiologia. Existem descobertas até a atualidade: 2008, 2009, 2010. A última, que constava na tabela exposta, foi a do desenvolvimento da fertilização *in vitro*. As informações exibidas eram oriundas, segundo ele, da American Association for Laboratory Animal Science, podendo ser checadas no site da instituição²⁹.

Trazendo à baila o caso da diabetes para "discorrer (...) sobre a importância da experimentação animal no descobrimento e tratamento de doenças crônicas", Rafacho iniciou essa parte da palestra falando sobre o diabetes, doença que atinge por volta de 346 milhões de pessoas ao redor do globo. Segundo ele, o problema decorre das complicações que vem junto com essa enfermidade, como por exemplo, o aumento do "risco de desenvolver cegueira, amputação de membros e insuficiência renal". Por já ter se descoberto as origens do diabetes, essas complicações podem ser evitadas, mas, disse Alex, muitos indivíduos diabéticos possuem o "tratamento descompensado" ou não acompanhado, causando problemas. Então, contando a "história" de descoberta de enfermidade, ele pretendeu mostrar a importância que os animais tiveram no caso. Em 1869, disse, um médico alemão descobriu "aleatoriamente" - estudando o pâncreas de coelhos - o que hoje se sabe serem as células responsáveis pela criação da insulina (hormônio que os diabéticos possuem *déficit*). A partir dessa descoberta, em 1889, dois médicos, um russo e um alemão, "conseguiram através da manipulação de cães, torná-los diabéticos. E eles descobriram a causa associando "o diabetes com a extirpação do pâncreas, a medida que se removeu o pâncreas eles conseguiram constatar as características clínicas que definem o diagnóstico do diabetes".

Posteriormente outro médico alemão, partindo do suposto que fora definido pelos outros médicos,

tentou extrair o extrato proveniente do pâncreas.
Porque, quando você remove o pâncreas o

²⁹ www.aalas.org (American Association for Laboratory Animal Science)

indivíduo fica diabético, provavelmente algo que está no pâncreas pode ser inclusive a via de tratamento para essa patologia. E ele administrou isso em um paciente, num ser humano, diabético. E onze dias após essa administração esse indivíduo veio a óbito.

Para Rafacho, esse foi "um experimento sem argumento, sem justificativa, sem planejamento" e, por isso, não justificável. E aqui, vale trazer a baila a teoria de meus interlocutores: se seguirmos seus raciocínios, não há dúvidas que o professor estaria sendo *especista* ao explicar que o experimento foi injustificável pelo fato de ter sido feito em um ser humano, uma vez que os outros experimentos citados até então levaram à morte de diversos outros animais e os mesmos foram considerados justificáveis.

Em sequência, Alex mostrou a foto de quatro homens e explicou que foram eles, a partir da manipulação de 10 cães, que chegaram à descoberta da insulina. Foi através da cadela Marjorie, que, "tratada com extrato pancreático (...) demonstrou o potencial da causa e do tratamento do diabetes". Continuando a história, o palestrante mostrou que os métodos de extração e purificação dos compostos descobertos foram refinados, levando um garoto diabético, William Mcthompson, à "uma sobrevida, com uma qualidade de vida razoável, de 14 anos, diferente daquele outro que foi tratado também e 11 dias veio a óbito". Assim, afirmou, o "avanço da ciência (...) é salutar no sentido em que a gente consegue buscar melhorias nos quadros patológicos". E continuou, depois da junção entre as ciências da saúde e a química, um químico inglês sintetizou a insulina laboratorialmente. "A insulina foi a primeira proteína, o primeiro hormônio sintetizado, fabricado em fábricas, industrialmente sintetizado". E, com o melhoramento das metodologias, hoje existem muitas terapias que envolvem a medicação com hormônios.

Em seguida Rafacho disse que gostaria de "deixar um recado":

Quando a gente questiona o número significativo de animais que são utilizados na pesquisa com fins científicos, a gente de fato compreende que é um número extremamente elevado e nós sabemos que de inúmeras, inúmeras e inúmeras tentativas, apenas uma ou outra pode revelar alguma alteração para nós que seja de interesse plenamente. E isso é assim mesmo, pessoal.. A

gente só vai saber se alguma coisa funciona ou não se a gente submeter a testes, testes, testes e testes, sempre com critérios rigorosos, né? E uma vez que nós temos uma condição, como aquela cadela Marjorie, que revela algo interessante do ponto de vista científico, nós temos o que? A possibilidade de tratar milhões de indivíduos submetidos a determinada patologia. Então eu diria que são vidas por vidas. Né? Então são 180 milhões de indivíduos acometidos por patologias nos Estados Unidos mais os outros milhões de animais que se sujeitaram às experimentações hoje estão salvando outras vidas.

Quando a frase "são vidas por vidas" foi dita, seguida pela ideia de que os animais se "sujeitam às experimentações", consegui ver pelo menos 4 pessoas emitindo comentários e rindo. Uma mulher que estava sentada atrás de mim bradou: "se sujeitaram? Eles não se sujeitaram!".

E o convidado continuou:

Claro que existem inúmeros métodos alternativos com novos conhecimentos tecnológicos.. Todos vocês que são contrários ao uso de animais são extremamente bem vindos para nos ajudar, inclusive a criar alternativas que possam levar a substituição de métodos *in vitro*. Mas já antecipo pra vocês que qualquer método que não considera o organismo como um todo, ele é um método paliativo e complementar. E a palavra complementar significa que ela é totalmente bem vinda, né? A gente hoje consegue poupar uma quantidade significativa de animais no laboratório graças aos métodos *in vitro*, (...) entretanto a gente não pode considerar um conjunto de células como um organismo (...), que não apresenta sistemas, órgãos, tecidos, então não tem como a gente trabalhar somente com os métodos *in vitro*, dependendo os fins que você almeja, tá?

Outro método, citado por Alex, foi a metodologia *in silico*, que segundo ele, vem contribuindo de maneira complementar, "em nenhum momento essas abordagens *in vitro* provavelmente serão *per se* suficientes para definir uma questão que será colocada posteriormente em animais, em seres humanos". E trouxe dois argumentos para

justificar o *não* uso de seres humanos nos experimentos: o primeiro, faz referência à "condições experimentais" induzidas em "animais de laboratório que causam efeitos colaterais irreversíveis, só que esses animais tem um tempo de vida programado e nós eutanasiamos esses animais, correto?", sendo impossível fazer o mesmo em humanos, pois os pesquisadores deixam um "rastro colateral" nos indivíduos estudados, que resulta em morte natural ou em algo que não é passível de tratamento.

Em muitos casos, como por exemplo obesidade e diabetes, que é a área que eu trabalho, nós não conseguimos isolar os fatores causais, (...) aqui eu quero me referir à pesquisa básica. A pesquisa básica, ela é impossível de ser aplicada em indivíduos, seres humanos (...) justamente porque esse indivíduo já carrega consigo inúmeras variáveis (...) que mascarariam o objeto de estudo. (...) Ainda há muito por se investigar. (...) Então, nós temos sim que seguir com as pesquisas científicas, (...) para que nós busquemos alternativas infinitas no sentido de lidar com essas questões que ainda se fazem. (...)

Ao concluir, o professor trouxe um questionamento que fez muitos na plateia se exaltarem,

Enquanto a gente não está na pele do sujeito, é muito fácil da gente se abdicar dos conhecimentos que são provenientes da ciência. Mas eu pergunto para cada um aqui, se a gente é capaz de abrir mão de qualquer conhecimento, de qualquer procedimento que for proveniente de pesquisa científica. Eu não consigo enxergar praticamente nenhum, dentro da área da saúde. Então a gente tá todo dia sendo alimentado por informações que foram provenientes desse animais que deram suas vidas pelas nossas vidas e pelas vidas de outros animais.

Novamente uma mulher, agora do meu lado, vociferou: "Eles não deram suas vidas! Eles não tiveram escolha".

Mais uma vez, trago a teoria de meus interlocutores para pensar a respeito de "que animal" esse professor está falando. Ora, quando ele

diz "enquanto a gente não está na pele do sujeito (...)", imagino, ele se refere aos doentes. Mas é exatamente por essas pessoas se colocarem na pele do sujeito-animal-de-laboratório que são tão contrárias à determinadas práticas exercidas em nome da ciência. A partir da fala de Carlos Zanetti, o próximo integrante da mesa que expôs seus argumentos, fica mais clara a dicotomia *uso vs não uso de animais na ciência* traçada nesse embate.

Zanetti iniciou sua fala avisando que aproveitaria muito do que o professor Alex Rafacho tinha falado para "dar pano de fundo para ter discussão". Em relação à sua trajetória, disse,

que me faz tá aqui hoje é o fato de eu me sentir traído dentro da universidade, no mundo acadêmico que eu frequentei e sem ter discussão sobre isso. Porque eu fui formado em ciências biomédicas, em ciências biológicas - modalidade médica, os professores faziam, a gente tinha uma abundância, eles se orgulhavam em ter uma abundância de animal, tudo que a gente fazia, cada aluno tinha os seus próprios animais, não precisava nem formar grupo, porque a UNIFESP, que naquela época era a Escola Paulista de Medicina, se gabava disso e a gente aprende, (...) por uma coisa que os educadores chamam de conteúdo oculto, que isso é legítimo e que isso é necessário. Que os professores tem autoridade pra isso. E isso é muito forte, no momento em que todos nós aqui, que estamos falando temos título de doutor e vocês que são estudantes estão acreditando no que a gente fala, imagina numa sociedade mais leiga. Né? Só que não é assim. Porque essa minha trajetória me fez aprender que tem muita manipulação de informação.

Essa manipulação se dá, segundo ele, por conta de interesses econômicos. E, o que estaria por trás da proposta de uso de animais pela ciência, "é a indústria, a produção". Como exemplo de seu argumento, Zanetti disse que fez parte do Conselho Nacional do Controle e Experimentação Animal (CONCEA) enquanto representante "dos animais, da sociedade protetora dos animais". Mesmo não gostando muito da sua indicação, por ter feito uso de animais durante um longo período de sua vida, os membros das sociedades protetoras acabaram

aceitando sua indicação porque havia a necessidade de que o integrante possuísse grau de doutor. Chegando na primeira reunião do CONCEA,

a pessoa que era representante do Ministro da Ciência e Tecnologia, disse que o Brasil estava muito contente por aquele instante, porque estava sendo instaurado o CONCEA que iria fazer muito pela indústria farmacêutica nacional.

Zanetti relatou que na hora ele e "mais três representantes dos animais" arguíram que aquela frase não ficaria bem na ata de fundação do comitê, porém, segundo o palestrante, o representante do Ministro não retirou a frase e "disse que era isso mesmo". A partir desse relato, iniciou diversos questionamentos, tendo como base o que ele chamou de "ótica da ética" que aprendeu quando de sua entrada na CEUA da UFSC e, do conhecimento de duas pessoas, integrantes do comitê na época,

que realmente pensam o que é ética, já pensavam naquela época, que é a professor Paula, que tá aqui presente e a professora Sônia Felipe, da filosofia. Eu acabei olhando as coisas sob uma nova ótica. Que é a ótica da ética.

Porque, segundo ele, "nesse mundo que a gente circula" a palavra *ética* é muito usada, mas por pessoas que não sabem do que estão falando. Porque em ética, disse, é necessário encontrar um princípio para se ser ético. Dando exemplo com pesquisas em seres humanos, lembrou que nesses casos os princípios já estão estabelecidos e são claros:

Eu tenho que ter no meu objetivo clareza de que aquilo vai ser benéfico pra alguém. Eu tenho que tentar evitar todos os males possíveis que eu puder evitar. Beneficência e não maleficência.. Eu tenho que ter respeito à autodeterminação do indivíduo que é voluntário. Se ele não tiver autodeterminação, se ele não tiver capacidade, clareza de entender o que eu tá sendo feito, tem que pedir para os pais ou para as pessoas que são responsáveis por ele. E tem que ter o princípio de justiça, que é distribuir, tentar distribuir de forma mais justa possível os riscos e os benefícios.

Assim, com um discurso claramente combativo, chamando a baila, por exemplo, a distinção feita entre animais e humanos, "a gente deveria começar a usar animais humanos e animais não humanos para gente se igualar um pouco a eles", Zanetti questionou como se encontra um princípio ético em usar os animais?

Não dá pra pensar em beneficência, beneficência pra quem? Pra minha espécie ou pra espécie dele? Então, tem muita confusão. E o que se fala e o que se assume como ética na maioria das vezes tá se falando em bem estar. Então, coisas que ainda nós somos muito precários. As CEUAs são absolutamente necessárias (...).

Necessárias para que estes questionamentos continuem, mesmo entendendo que a palavra ética é usada de forma incorreta, pois

como o próprio professor Tonussi aqui, disse, que eles não discutem o uso de animais. Né? Eles discutem o bem estar. Então é claro que as coisas estão separadas. E isso gera muita confusão e muitas vezes manipulação de informação.

Para ele, para que haja manipulação de informações os eufemismos são generalizados: fala-se em eutanásia, mas o significado da palavra quer dizer "o alívio do sofrimento através da antecipação da morte". E, se os animais não fossem usados para experimentação, disse, eles "não morreriam daquela forma". Mas quando Tonussi sugeriu que colocassem as palavras "morte de animais" no lugar de "eutanásia" fora barrado no CONCEA. Para o palestrante, estão a falar de "mundos que não tem como se entender" e, aqui, falar de mundos que não tem como se entender é uma crítica que ultrapassa a condenação ao especismo:

Porque quem usa animal em experimentação e que tem convicção de que tá fazendo alguma coisa pro bem, como é o caso do professor Alex, do Tonussi, que eu acredito que estejam fazendo isso.. Eles enxergam assim. Agora, é uma visão de um mundo (...) de doentes. A gente tá só vendo um mundo de doentes. Então a gente precisa fazer mais medicamentos para salvar a menininha de câncer, mas a mesma indústria que tá fazendo esse medicamento tá poluindo a água que a menininha

toma e muitas outras, milhões de meninas estão tomando, né?

Nesse sentido, disse não conseguir enxergar os cientistas parando de usar animais, mesmo possuindo os argumentos científicos: segundo Zanetti, mais de 90% dos produtos testados em animais param na fase clínica 1 da pesquisa com humanos, "o verdadeiro teste é quando se pula da fase de experimentação animal para a fase clínica. E mais de 90% dos produtos param nessa fase porque os voluntários "reclamam de mal estar, reclamam de tontura, reclamam de enjoo". De ocorrências que passam pelos estudos em animais porque estes não conseguem falar. Nesse momento o professor propôs aos estudantes que estavam na plateia para que, quem tivesse "interesse em trabalhar com animais" estudassem essa temática. Porque, para ele, os professores que já se encontram inseridos nessa lógica, dificilmente tem interesse nesses estudos.

Retomando um dado exposto pelo professor Alex (sobre HIV), Zanetti questionou a confiabilidade das informações por serem oriundas de um site a favor do uso de animais e, lembrou que as informações são facilmente manipuladas. O HIV, disse, é uma doença que teve toda sua evolução enquanto dependente dos seres humanos, assim como diversas doenças sem cura, listadas por Rafacho. Não tem cura, explicou Zanetti, porque não há "modelo", são doenças tipicamente humanas.

Na minha área, que é imunologia, ali tinha uma lista de coisas de que a gente precisa, a gente precisa de vacina para malária, a gente precisa de vacina para tuberculose, a gente precisa de vacina para várias coisas.. Não se descobre. Não se descobre porque nós não temos modelo. São doenças que dão em humanos. E cada vez que a gente usa um modelo, ele é tão artificial que ele não gera vacina.

Fazer vacina pra coisa que a gente tem imunidade duradoura, por exemplo, caxumba, rubéola, sarampo, catapora.. Todas essas doenças que eu citei aqui eu peguei, né? E não peguei mais, por que? Porque a nossa espécie, se eu não tiver um defeito genético, imunológico, eu fico imune. Isso sim se fez vacina, e a grande maioria se fez antes da década de 50 do século passado. As que a gente não tem imunidade, por exemplo a malária,

tem gente que mora numa Amazônia endêmica e pega malária 20 vezes na vida, estão tentando descobrir vacina há 40 anos em camundongos, em ratos. E isso é ótimo pra carreira dos pesquisadores. Isso aqui já é falado há muito tempo por pessoas, ativistas contra o uso de animais mas, finalmente isso tá entrando na cabeça dos próprios pesquisadores que têm boa intenção e percebem que seus modelos não funcionam.

Falando a respeito de um artigo que versava sobre "o futuro das vacinações", Zanetti explicou que usar animais não traz benefício algum para a população, apenas para os pesquisadores. Isso não significa negar o que já se tem hoje em dia. Para diabetes, por exemplo, que utilizaram animais para encontrar a insulina, mas, segundo ele precisamos saber "que a grande maioria das coisas que a gente não tem, não tem e tem uma chance imensa de continuar não tendo porque estão fazendo em animais". Trouxe, então, questões sobre o vício de drogas. "Se testa, se chapa camundongo, nória rato há décadas em laboratórios" e se procurarmos a respeito em sites de busca de artigos científicos, encontraremos muitas publicações a respeito de "álcool, cocaína, , o que for". Porém, questionou, "o que se faz com quem é adicto?" O que se aprendeu com todos esses testes em animais? "Nada".

Ou se dá um tarja preta pro indivíduo e ele vira um vegetal, né? Só que causando menos problema.. Ou manda ele pra uma associação de alcoólicos anônimos ou pra uma igreja ou pra alguma coisa que tenha amparo social. Porque na nossa sociedade nós não nos chapamos, nós não nos noiemos como se faz com os bichos dentro do laboratório. A gente tem emoções, dores emocionais. (...) Então, o modelo é sempre diferente do ser humano. E modelo por modelo.. No meu ponto de vista, ao invés da gente ficar olhando para trás e falar 'olha tudo que a gente conseguiu', é a gente olhar pra frente e ver que situação a gente vive hoje?

Para Zanetti, vivemos em um planeta em risco por causa da indústria que, "avassaladora, avança por tudo".

Seguindo para a conclusão, Zanetti fez uma crítica ao modelo científico vigente. Se você para de usar animais, "tua carreira fica em risco, você tem menos bolsa para oferecer para os alunos, você passa a ser um professor menos atraente para os alunos e você sai do sistema". Mas é possível pensar em outras formas de se pesquisar, basta, segundo ele, criatividade da nova geração de pesquisadores. Pois, para ele a "criatividade não vai vir de professores que já têm sempre os mesmos caminhos neuronais tomados".

E, finalizando, disse que o grande desafio que temos adiante é "olhar a saúde de uma outra forma". Se continuarmos a "confundir saúde com doença" continuaremos precisando usar animais na pesquisa. E concordou que tem pessoas com objetivos benéficos, querendo melhorar a vida dos animais humanos e não humanos, mesmo fazendo pesquisa com animais, os tratando com um mínimo de bem estar.

Mas tem muita gente que não faz isso, e aqui dentro da UFSC, né? Eu recebo reclamações de alunos diariamente lá no meu departamento, de professores que congelam bicho vivo, né? Sabendo de tudo isso. Então assim, a gente tem muita coisa a conquistar no mundo do bem estar animal enquanto isso ainda estiver estabelecido. E a gente tem um horizonte totalmente aberto pra descobrir outras formas de pesquisar e isso depende da juventude, essencialmente.

É possível inferir que o professor Zanetti tem sua estratégia de alteração de mundo partindo da questão do bem estar animal: primeiro e mais urgente, melhorar suas mortes, depois, com as pessoas alterando suas consciências, parar com as mortes.

Antes de abrir para questões da plateia, o último convidado a falar foi chamado, o professor Aguinaldo Roberto Pinto que, avisou ser a primeira vez que participara de uma mesa redonda a respeito do uso de animais no ensino e na pesquisa e por isso não havia preparado apresentações como os outros colegas. Ele trouxe sua "história de vida", para contar como encarou o uso de animais em sua carreira profissional que teve início na Escola Paulista de Medicina:

eu sou biomédico e enfim, segui toda a formação acadêmica tradicional, fiz mestrado, doutorado, fui pro exterior, fiz pós doutorado, voltei e vim trabalhar na UFSC. Então, nesse tempo de

formação, (...) foram uns 14 anos trabalhando com animais. Eu sou professor de imunologia, (...) fiz toda minha formação voltada pro desenvolvimento de vacinas. Agora, a partir do pós doutorado, quando tava nos Estados Unidos, eu também me interessei por vírus, pela área de virologia. Então eu estudo tanto o sistema imune quanto vírus atualmente.

O palestrante explicou que durante esse tempo de pesquisa, nunca havia pensado sobre a "relevância do modelo" utilizado. Foi uma preocupação que se iniciou na universidade, quando virou professor. Tendo bastante influência do professor Zanetti, que é seu colega de departamento, foi com ele que conheceu também Sônia Felipe e algumas outras pessoas que lhe "apresentaram pra essa problemática, do uso de animais em pesquisa".

E, quando eu comecei a refletir sobre isso foi que eu comecei a me desencantar.. Ou, enxergar os problemas, as limitações que o desenvolvimento de vacinas enfrentava com os modelos de animais.

Deixando claro que as questões expostas fazem referência à sua experiência em relação a vacinas e vírus, Aguinaldo explicou da seguinte maneira o primeiro "problema" encontrado:

O problema foi .. é relativamente fácil de explicar. Eu comecei a trabalhar nos Estados Unidos com uma vacina para HIV, era uma vacina bastante promissora, pela maneira como ela era feita, né? (...) Então, embora a vacina fosse considerada promissora, e ainda é, o modelo de se fazer aquela vacina. Eu testava a vacina em camundongos. (...) Basicamente o que eu fazia.. eu vacinava os camundongos e depois eu verificava qual a resposta imune que esses bichos tinham quando estimulados por aquela vacina. O problema é que os camundongos.. Eles não tem AIDS. Os camundongos não são infectados pelo HIV. Né?

E, além de os camundongos não serem infectados pelo vírus, existia outro problema que ele só soube "tardiamente", nenhum

professor havia lhe mostrado: Não existe a possibilidade de transportar as informações do camundongo para os seres humanos.

Pra essas vacinas de HIV ou pra algumas outras que existem. E a minha conclusão foi: esse modelo que eu trabalho, ele é um modelo artificial e irrelevante. E isso me desestimulou muito. (...) Mas esse foi um problema que eu me deparei.

Ao se dar conta da questão, a partir de leituras e estudos, ele percebeu que "esse uso de modelos artificiais e irrelevantes é muito comum em imunologia". Então, continuou, existe muitos pesquisadores querendo fazer vacinas para "influenza, malária, HIV, hepatite C", e quase sempre as pesquisas se iniciam nos camundongos, o que vai gerar um conhecimento que não vai ter aplicabilidade.

Pode gerar teses de doutorado, gera dissertações de mestrado, gera publicações, mas (...) não vai haver o aproveitamento. Por que? Porque aquilo depois vai ter que ser recomprovado em outros animais ou eventualmente no último animal que é o bicho homem. E então, foi isso que fez com que eu desistisse dessa linha de pesquisa, né?

Outro ponto que fez o professor Roberto Pinto refletir foi em relação à uma prática que acontece em muitos estudos de vacinas, o uso de substâncias que posteriormente não poderão ser usadas em seres humanos, ou seja:

quando os animais são imunizados, todas as vacinas contêm uma substância que se chama adjuvante, que é uma substância que serve para aumentar a resposta imune. (...) Muitos estudos que são feitos em camundongos, eles usam adjuvantes que são proibidos para uso humano. E eles são extremamente potentes. Então, são adjuvantes que quando são utilizados no modelo animal, eles dão respostas ótimas. O camundongo, ele faz um monte de anticorpo contra HIV, ele faz um monte de anticorpo contra plasmódio. Quando você for pegar aquela vacina e testar aquilo em gente, você não vai poder usar aquele adjuvante.

Não é permitido por lei. Porque ele é cancerígena, ele vai dar um monte de efeitos colaterais.

Então, os pesquisadores passam anos utilizando e publicando resultados no qual foram utilizados esses adjuvantes que não serão usados nas pessoas. E, segundo o palestrante, os cientistas estão cientes disso há bastante tempo. Antes de iniciar a pesquisa já se sabe que depois será necessário a troca do adjuvante.

Existem adjuvantes aprovados para uso humano. Mas, por uma situação, assim, curiosa.. Muitos usam adjuvantes que não são permitidos para uso humano. Então, começa-se já de uma forma errada. Começa-se já de uma forma que não vai ser possível produzir em seres humanos depois, então.. Esses argumentos e alguns outros reforçaram em mim a ideia desses modelos artificiais e irrelevantes, no caso pra desenvolvimento de vacinas, e.. por isso, enfim, mudei um pouco minha abordagem.

Sua abordagem agora é o estudo com pessoas que possuem HIV, estudos conduzidos em laboratório no qual "recrutam pacientes, recolhem células, enfim, são estudos que a gente pode fazer com, que a gente tem acesso, que a gente tem condições de fazer aqui". Relembrando a fala de Zanetti, Aguinaldo concordou que o uso de animais foi importante para a "nossa sociedade", foi através deles que houveram importantes avanços e "desenvolvimento de produtos tecnológicos muito importantes".

Isso é inegável. Eu acho que hoje o tempo passou. O tempo.. Claro, progrediu, as coisas progrediram. Hoje nós temos outras tecnologias, a gente não deve se apegar somente ao passado, as contribuições foram inegáveis, foram fundamentais. Mas hoje, pras vacinas, eu sou imunologista, difícilimo se fazer vacinas como se fazia antigamente.

As vacinas que utilizamos hoje em dia, continuou, feitas há 50 ou 60 anos atrás, os cientistas não sabem como muitas funcionam, uma vez que foram feitas de "forma empírica, de uma forma de tentativa e erro. Que hoje não é permitido mais se fazer dessa maneira". Então, se

falando de uso dos animais, hoje existem muitas tecnologias, existe possibilidade de se fazer diferente "e em imunologia isso certamente é possível".

A imunologia, o estudo do sistema imune, ele sempre foi focado nos animais. A imunologia nasceu estudando o sistema imune do camundongo e do rato. Claro, com o objetivo de fazer uma intervenção no ser humano. Agora, nos últimos anos é que se tem falado em imunologia do humano. Imunologia humana, né? Inúmeras universidades importantes estudam ou grupos de pesquisa importantes estudam a imunologia de seres humanos. No Brasil, ainda a imunologia ainda é muito centrada, é a imunologia do camundongo e do rato. Poucas pessoas fazem estudos importantes e aprofundados em imunologia de seres humanos porque requer, muitas vezes, técnicas que nós talvez não tenhamos, não temos ainda. Enfim, há tecnologia pra isso, existe. Claro que as pessoas muitas vezes se apegam a modelos e tem dificuldades de, talvez, de testar uma coisa nova.

Concluindo, o professor chamou atenção à sua apresentação inicial, na qual Daniel falou que ele não usava animais fazia 2 ou 3 anos. Por mais que hoje ele não esteja usando animais em suas pesquisas e tenha "predileção pelo estudo nas coisas em seres humanos", não significa que se algum dia ele julgar haver necessidade ele não usará:

(...) se houver, em algum momento, se eu tiver uma pergunta e pra responder essa pergunta seja imprescindível o uso de animais, se pra responder essa pergunta eu preciso usar um bicho ou se o modelo animal, ele for validar estudos que eu fiz em humanos.. Eu acho que isso é algo que eu virei a usar.

É possível perceber que Aguinaldo não é ativista em prol dos animais. Em toda sua fala é perceptível que o seu "não uso" estava pautado, principalmente, na não necessidade de se empregar animais não humanos nas pesquisas das quais ele faz parte.

A discussão que perpassa esse capítulo diz respeito aos argumentos utilizados pelos palestrantes sobre o uso ou não de animais no ensino e na pesquisa. Utilizando as noções propostas por Ramiro (2011), classifiquei os argumentos levantados pelos professores Tréz e Zanetti enquanto *filosóficos morais* e dos outros três docentes enquanto *científicos*. Qualquer que seja a proposta feita nas discussões da mesa redonda, todas possuíram o caráter científico - no sentido de produção de conhecimento na área da Saúde - e é claro, estão interligados filosoficamente. Porém, enquanto os dois primeiros militaram por significativas alterações em nossa forma de ver ou se portar em relação aos animais, os outros três argumentaram em prol do contínuo desenvolvimento da ciência, sem alterações relativas ao uso de animais e sendo por isso classificados enquanto especistas pelos meus interlocutores de pesquisa.

Destarte, nos argumentos de Tréz, Zanetti e Roberto Pinto, é possível perceber que a configuração do saber científico é colocado em pauta. Em diversos momentos o professor Zanetti explicita estar na contramão do que é feito na Universidade e faz quase um "apelo" aos mais jovens para que busquem outras formas de se fazer pesquisa.

Refletindo a respeito da ideia de *bem estar* expressas nas falas dos palestrantes, quando utilizado pelos cientistas, o termo parece falar de uma reivindicação por melhores condições de morte quando se tratando dos animais em laboratório, diferindo muito das questões alegadas por ativistas em defesa dos animais, que propõem buscas por métodos alternativos ao uso destes mesmos animais pela ciência (RAMIRO, 2011, p. 102).

Considerações finais

Para alguns estudiosos das ciências naturais, a capacidade humana de transformar a paisagem do planeta nos fez entrar em uma nova era geológica (desde o séc. XVIII, a partir da primeira Revolução Industrial) - o Antropoceno. No Antropoceno, dizem, a dicotomia Natureza vs Cultura não faz mais sentido, uma vez que não são mais as forças "naturais" os maiores agentes transformadores da realidade planetária e, em relação a essa nova era, as previsões são geralmente muito pessimistas. Se continuarmos a alterar o mundo à nosso bel prazer, há quem nos previna da possibilidade de extinção da espécie, provocada justamente por nós mesmos (MARTINI; RIBEIRO, 2011).

Nesse sentido, a antiga separação que funda as ciências sociais se modifica:

E a clássica luta contra a naturalização passiva da política (ou do poder), especialidade da sociologia crítica, começa a dividir espaço com, se não a perder espaço para, uma tarefa prática e teórica bem mais urgente, a politização ativa da natureza (VIVEIROS DE CASTRO, 2012, p. 152).

Então, se a humanidade chegou em um momento em que é necessário refletir sobre um novo mundo possível, repensar nossas relações com os animais é uma das tarefas implícitas nessa jornada. E é isso que meus interlocutores se propõem fazer. De quais formas e que teorias são desenvolvidas para que alcancem essa tarefa foi o que discuti ao longo das páginas dessa dissertação.

Desde 1975 existe um movimento intitulado Libertação Animal, porém, argumento que existem movimentos plurais que buscam a abolição animal de formas distintas, uma delas é se utilizando do princípio filosófico de igual consideração - se os animais não humanos são nossos similares, devemos, antes de tomar qualquer atitude para com eles, pensar se agiríamos da mesma forma se eles fossem humanos. Se a resposta for "não", muito provavelmente estaríamos sendo especistas. Se empregarmos como exemplo a questão do uso de animais em prol da ciência, apresentada no capítulo 3, podemos perceber que os professores que utilizam ou utilizariam animais em seus experimentos são facilmente encaixados enquanto especistas ou pessoas que atuam pela manutenção do *status quo*, uma vez os ativistas em defesa dos animais estão militando justamente pela alteração desse status.

Acredito não ser difícil perceber que, implícito ao discurso dessas pessoas encontra-se um grande projeto civilizador: o mundo a se alcançar é o mundo vegano e, com esse ideal em mente, a proposta de muitos é a de civilizar ou, para usar termos que ouvi em campo, *educar* a população. Esse argumento não é novo, principalmente quando estamos falando em movimentos sociais: luta-se para alterar uma dada realidade, ou seja, "civilizar" ou "educar" populações a respeito de alguma temática, aqui, os danos causados aos animais.

Partindo da trajetória de vida desses indivíduos, foi possível perceber sua crescente sensibilização em relação aos animais, ao ponto de reformularem suas vidas para poder militar em prol desses seres: a ideia agora é que essa sensibilização se espalhe para o maior número de pessoas possível.

Uma forma de se ser militante pode ser vista nas discussões do curso em Ética Animal no qual me ative no segundo capítulo. Para além das "ações diretas" ou panfletagem e manifestações, essas pessoas estão envolvidas em pesquisas e estudos para poder embasar e demonstrar as incontestáveis razões para se tornar vegetariano ou vegano e militar em prol da *igual consideração* para com os animais. Assim, outra dimensão moral do antropomorfismo é aberta pelo debate a respeito dos direitos dos animais:

Should animals be treated as moral persons, with rights like those accorded to human beings? If so, would animal rights imply that humans ought to embrace vegetarianism, stop wearing fur and leather clothing, and abandon experiments on animals that do not serve the animals' own interests, for the same reasons that cannibalism and instrumental experiments on humans should be rejected as ethically repugnant³⁰? (DASTON; MITMAN, 2005, p. 04).

³⁰ "Os animais devem ser tratados como sujeitos morais, com direitos como os concedidos aos seres humanos? Em caso afirmativo, os direitos dos animais implica que os seres humanos devem adotar o vegetarianismo, parar de usar peles e roupas de couro, e abandonar experimentos em animais que não servem aos próprios interesses dos animais pelas mesmas razões que o canibalismo e experimentos em seres humanos devem ser rejeitados como eticamente repugnantes?" Tradução livre.

Para os críticos do antropomorfismo, já que esta discussão abrange diversas analogias em relação aos humanos e animais (lembrem-se da tirinha-epígrafe do capítulo dois), essa prática seria apenas uma projeção narcísica dos próprios humanos. Porém, se a prática for válida, e cada dia existem mais pesquisas corroborando a ideia de que existem semelhanças inquestionáveis entre as espécies animais, a nossa forma de pensar o animal deve ser alterada (DASTON; MITMAN, 2005). Assim, a moral não é central apenas para debates relativos ao antropomorfismo, mas também em relação a questões epistemológicas e metodológicas a respeito dos animais e da sociedade. A pergunta proposta por Daston e Mitman (2005, p. 05) remete ao cerne da discussão proposta nesta dissertação: Poderemos algum dia pensar *com* os animais? Essa questão acarreta discussões importantes. Pensar com os animais, dizem, não é o mesmo que pensar sobre eles. Entre todos os meus interlocutores de pesquisa percebi seus anseios de que a ciência, em algum evento próximo, crie mecanismos para que isso seja possível. Porém, enquanto não há quem corrobore sem sombra de dúvidas essa hipótese, seus argumentos partem sempre do "pensar por eles".

Onde se encontra a antropologia, no que diz respeito à repensar as chamadas relações interespecíficas? Retomando a questão inicial dessa conclusão, se a humanidade precisa repensar sua forma de se portar no mundo, a antropologia tem papel crucial nessa discussão: para além de repensar nossa forma de se portar no mundo, repensar especificamente o que nos torna humanos. Assim, "Science itself is not in question but the understanding of the relation of humans and non-humans is very much in crisis"³¹ (FEENBERG, 2009, p. 10). Basta lembrarmos da discussão, apresentada no terceiro capítulo, travada pelos professores na mesa redonda sobre uso dos animais pela ciência. Mesmo que alguns questionamentos tenham sido feitos a respeito do saber científico, todo o desacordo explícito em suas falas trazia a tona nossas formas de se portar perante os animais e a natureza: enquanto objetos de pesquisa ("tubos de ensaio") ou enquanto sujeitos sencientes, merecedores de atenção moral.

Nesse sentido,

³¹ "A ciência em si não está em questão mas o entendimento das relações entre humanos e não humanos está em crise" (FEENBERG, 2009, p. 10). Tradução livre.

(...) a crise existencial do *anthropos* — o fim do mundo de que eu falava acima, o sentimento de que a espécie eleita por Deus está tendo um efeito propriamente diabólico sobre a criação divina — tem feito a filosofia contemporânea mostrar um interesse inaudito pelos não humanos, pelas potencialidades conceituais (espirituais, dir-se-ia então) da materialidade mesma do mundo, pela agência das coisas, a consciência e a personalidade (jurídica inclusive) dos animais, tudo isso na tentativa meio desesperada de *reanimalizar* metafisicamente o homem depois de séculos de dominância de uma teologia política fundada em sua espectralização (cf. Ludueña). O cansaço com a linguagem — o epítome mesmo do que seria o “próprio do humano” — passa por essa crise; já não queremos mais tanto saber o que é *próprio* do humano: (...) Queremos saber o que é *próximo* do humano, o que é próprio do vivente em geral, o que é próprio do *existente*. O que é, enfim, o *comum*. (...) As transformações por que passa a disciplina antropológica refletem transformações na nossa *antropologia*, entenda-se, no modo de ser da nossa espécie, de sua ontologia. A disciplina está em mudança não só porque o *logos* não é mais o que foi, mas porque o *anthropos* não será mais o que é (VIVEIROS DE CASTRO, 2012, p. 11-12).

E aqui, se "o *anthropos* não será mais o que é", meus interlocutores de pesquisa tem participação especial nesta sociedade em mudança e, refletir antropológicamente sobre o que nos torna humanos é uma, das diversas possibilidades de repensar esse mundo em crise.

Para enxergar os animais enquanto sujeitos morais torna-se necessário que repensem o nosso lugar no mundo, e, nesse sentido, quem milita pelos animais está repensando a barreira entre natureza e cultura o tempo todo. Quando percebemos que essas pessoas se aproximam dos animais de forma distinta da proposta pelo *status quo*, na qual os humanos, por serem os senhores da razão, tem respaldo para dominar toda a natureza, é possível perceber claramente a crítica ao antropocentrismo. Assim, meus interlocutores de pesquisa vivem e traçam ações para que reflitamos justamente sobre essa questão. Se levarmos a cabo o princípio de igual consideração, a ideia de libertação

animal ou até do bem estar animal, já estamos alterando nossa percepção, alargando nossa ideia em relação a essa forma de dominação "ilegítima" da natureza. É porque os animais não conseguem se defender ou nos explicarem seus anseios que é necessário - tal como enfatizam - este tipo de militância. Nesse sentido, todas essas pessoas questionam o antropocentrismo, pois militam para que o mundo torne-se um lugar mais justo para todos os animais que nele vivem, não apenas o animal humano.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Carol. **A política sexual da carne**: a relação entre carnivorismo e a dominância masculina. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.
- Anais do XXIV Encontro Anual de Etologia. Brasília, 1998 (Disponível em www.bvs-psi.org.br/local/file/congressos/AnaisEtologiaEspecial.pdf).
- BALFOUR, D., DUBLIN H.T., FENNESSY, J., GIBSON, D., NISKANEN, L. And WHYTE, I.J. (eds.). **Revisão das opções para gerir os impactos resultantes do excesso de Elefantes Africanos a nível local**. UICN, Gland, Switzerland, 2007.
- BEVILAQUA, Ciméa Barbato. **Chimpanzés em juízo**: pessoas, coisas e diferenças. Horizontes Antropológicos, ano 17, número 35, janeiro – junho. Pg. 65-102. Porto Alegre, 2011.
- CHERRY, Elizabeth REGAN. **CULTURAL STRUCTURES AND TACTICAL REPERTOIRES: THE ANIMAL RIGHTS MOVEMENTS IN FRANCE AND THE UNITED STATES**. University of Georgia ATHENS, GEORGIA, 2008
- DASTON L.; MITMAN G. (org). Introduction. **Thinking with Animals**: New Perspectives on Anthropomorphism. New York: Columbia University Press, 2005.
- DESCOLA, Philippe. **Estrutura ou Sentimento**: A relação com o animal na Amazônia. Revista Mana 4(1):23-45, 1998. (Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2425.pdf>)
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Tradução: Ruy Jungmann. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FAVRE, David. O ganho de força dos direitos dos animais. **Revista Brasileira de Direito Animal** , v. 1, pp. 25-36, 2006.
- FEENBERG, A. **Reflections on «L'écologie des autres. L'anthropologie et la question de la nature** », by Philippe Descola

(Editions Quae) », *Revue du MAUSS permanente*, 2011 [en ligne].
(Disponível em <http://www.journaldumauss.net/spip.php?article810>)

FELIPE, Sônia. **Ética e experimentação animal**: fundamentos abolicionistas. Florianópolis: Edufsc, 2007.

_____. **Antropocentrismo, Senciocentrismo, Ecocentrismo, Biocentrismo**. ANDA. Agência de Notícias de Direitos Animais, *online*, 2009. Disponível em: <http://www.anda.jor.br/03/09/2009/antropocentrismo-senciocentrismo-ecocentrismo-biocentrismo>

FERRIGNO, Mayra F. **Direitos animais e o remodelamento das fronteiras políticas entre os mundos humano e não-humano**. Jornadas de Antropologia da UNICAMP, 2011.

_____. **Veganismo e libertação animal**: um estudo etnográfico. Pós Graduação em Antropologia Social. Campinas, SP, 2012.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro : DIFEL, 2009.

GELLNER, Ernest. **O Movimento Psicanalítico**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 1988.

HOWELL, Signe. **Nature in culture or culture in nature?** Chewong ideas of 'humans' and other species. In: DESCOLA, Pilippe; PÁLSSON, Gísli. *Nature and Society - Anthropological perspectives*. New York : Routledge, 2004.

INGOLD, Tim. **Humanidade e animalidade**. In: Revista brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n. 28, 1995.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Editora 34. 1994.

MACIEL, Carolina Toshi. **Bem-estar animal**: desafios sociais de um termo em construção. Dissertação. UFSC pos em sociologia política, Florianópolis, 2009.

MARTINI B.; RIBEIRO C. Antropoceno: A época da humanidade? **Ciência Hoje**, Vol. 48, 2011.

MUNRO, Lyle. *Sociology Compass*. **The Animal Rights Movement in Theory and Practice: A Review of the Sociological Literature**, 2012.

OSORIO, Andrea. **Humanidade e não-humanidade**: notas sobre um grupo de protetores de gatos de rua. In: IV SEMINÁRIO DE PESQUISA DO ESR, Campos dos Goytacazes, 2011

PERROTA, Ana Paula. **Defensores dos “direitos dos animais”**: o sofrimento como atributo compartilhado por humanos e animais. IX Reunião de Antropologia do Mercosul, GT: Antropologia das Emoções. Curitiba, PR, 2011. (Disponível em http://www.sistemasmart.com.br/ram/arquivos/10_6_2011_0_0_51.pdf)

RAMIRO, Daniel Pereira. **Vivisseção**: uma disputa em sua regulamentação – das ruas ao parlamento. Dissertação de mestrado em Antropologia Social – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2011.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Lisboa : INSTITUTO PIAGET, 1990.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. **Libertação animal**. Porto Alegre: Lugano, 2004.

SORDI, Caetano. **O animal como próximo**: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais. Cadernos IHU Idéias (UNISINOS), v. 145, p. 3-28, 2011.

SOUZA, Bruna Mantese de. **Straight Edges e suas relações na cidade**. In: MAGNANI, José Guilherme; SOUZA, Bruna Mantese de (Orgs.). *Jovens na MetrÓpole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo : Terceiro Nome, 2007.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

LIMA, T. **O dois e seu múltiplo**: Reflexões sobre o perspectivismo em uma cosmologia tupi. MANA 2(2):21-47, 1996.

TRÈZ, Thales (Org.). **Instrumento animal**: o uso prejudicial de animais no ensino superior. Bauru : Canal 6, 2008.

VANDER VELDEN, Felipe. Sobre cães e índios: domesticidade, classificação zoológica e relação humano-animal entre os Karitiana. Avá - Revista de Antropologia. Número 15, Julho, 2009. (Disponível em <http://www.scielo.org.ar/pdf/ava/n15/n15a06.pdf>)

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. MANA 2(2):115-144, 1996.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **"Transformação" na Antropologia, Transformação da "Antropologia"**. MANA 18(1): 151-171, 2012.

ANEXO I

CABIO (Centro Acadêmico de Biologia) e
ACAPRA (Associação Catarinense de Proteção aos Animais) convidam:

Evento sobre O Uso de Animais no Ensino e na Pesquisa

Dia 30/05 (quarta-feira)
às 19h no auditório da Reitoria:

Mesa Redonda

O Uso de Animais no Ensino e Pesquisa
UFSC: Aspectos técnicos, legais e éticos

Debatedores: Prof. Carlos Roberto Zanetti
Prof. Alex Rafacho
Prof. Carlos Rogério Tonussi
Prof. Aginaldo Roberto Pinto
Prof. Thales Tréz



Dia 31/05 (quinta-feira)
às 19h no auditório da Reitoria:

Exibição do documentário **Não matarás**
“Os animais e os homens nos bastidores da ciência”



Debatedoras: Profa. Sonia T. Felipe
Profa. Paula Carls Brügger

Contato: contato_acapra@yahoo.com.br

Organização:
ACAPRA e CABIO



Apoio:
CALPSI
e UFSC

Evento sobre O Uso de Animais no Ensino e na Pesquisa

Prof. Carlos Rogério Tonussi

Atual Presidente da Comissão de Ética no uso de Animais (CEUA/UFSC). Professor Associado da UFSC, tem experiência na área de Farmacologia

Prof. Thales Tréz

Possui experiência nas áreas de ética na educação, prática de ensino de biologia, métodos substitutivos ao uso de animais no ensino e na pesquisa, didática no ensino superior e educação científica. Coordena a IRnet (antiga InternicheBrasil), promovendo a substituição do uso de animais no ensino superior

Prof. Carlos Roberto Zanetti

Já participou como membro titular da CEUA/UFSC e da Comissão Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA). Atualmente se opõe ao uso de animais pela ciência e é professor associado de Imunologia da UFSC, onde atua também como orientador no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia e Biociências e coordena o Laboratório de Imunologia Aplicada

Prof. Alex Rafácho

[Atualmente é Professor Adjunto I pelo Departamento de Ciências Fisiológicas (CCB/UFSC), coordenador do Laboratório de Investigação de Doenças crônicas, membro Titular da CEUA/UFSC e Coordenador do Programa Multicêntrico de Pós-Graduação Ciências Fisiológicas (CCB/UFSC)

Prof. Aguinaldo Roberto Pinto

Atua como professor associado e sub-chefe no Departamento de Microbiologia, Imunologia e Parasitologia da UFSC, onde também coordena o Laboratório de Imunologia Aplicada. Há poucos anos não utiliza animais em suas pesquisas

Profa. Sonia T. Felipe

Professora aposentada de Filosofia da UFSC, possui experiência na área de Filosofia com ênfase em Teoria Política, atuando principalmente nos seguintes temas: ética animal, igualdade, especismo, justiça e ética ambiental.

Profa. Paula Carls Brügger

Atualmente professora Associada II da UFSC, atua principalmente nos seguintes temas: educação ambiental; interdisciplinaridade e paradigmas de ciência; desenvolvimento sustentável; relação dos seres humanos com os outros animais como relação sociedade-natureza. Na defesa de métodos substitutivos à experimentação animal na pesquisa e no ensino.

Organização:
ACAPRA e CABIO

contato_acapra@yahoo.com.br

Apoio:



CALPSI
e UFSC

ANEXO II



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
 Centro De Filosofia e Ciências Humanas
 Departamento de Antropologia
 Pós-Graduação em Antropologia Social

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar, voluntariamente, da pesquisa “**E quando vamos falar sobre ética?** Uma pesquisa antropológica com integrantes da Causa Animal” que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC. Pretende-se, com essa pesquisa, realizar uma discussão sobre as relações ditas interespecíes em Antropologia, tendo como base etnográfica um coletivo de pessoas militantes em prol do movimento da Causa Animal, residentes na cidade de Florianópolis/SC.

O trabalho de campo que estou desenvolvendo envolve a participação em atividades feitas pelo grupo em Florianópolis, acompanhamento de eventos promovidos sobre a questão animal na cidade, bem como a realização de entrevistas (que, se permitidas, serão gravadas e depois analisadas).

A sua participação na pesquisa não lhe traz nenhuma implicação legal. Os procedimentos aqui adotados seguem o Código de Ética do Antropólogo (criado pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA), de modo que você tem o direito de receber informações sobre a natureza da pesquisa e ter acesso aos seus resultados (que serão divulgados através de trabalhos acadêmicos), assim como tem o direito de recusar-se a participar da pesquisa.

Ao assinar esse termo você estará consentindo participar e colaborar (principalmente através de entrevista gravada) com a pesquisa acima apresentada. No entanto, você tem o direito de retirar o seu consentimento em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum tipo de prejuízo. Qualquer dúvida pode ser esclarecida com a pesquisadora.

Pesquisadora: Júlia Machado Souza – Aluna do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSC) e integrante do A-FUNDA (Núcleo de Pesquisa em Fundamentos da Antropologia).

Contatos: juliamachadosz@gmail.com e (48) 9653-3474.

Assinatura do pesquisador

Local e data

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa.

Nome do participante da pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa


ANEXO III

EVOLUÇÃO: A LEI DO MAIS FORTE?

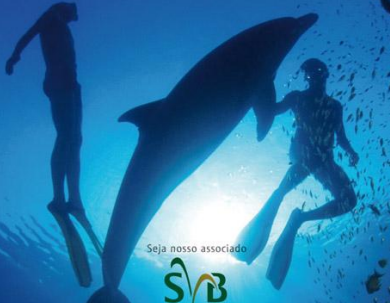
Durante muito tempo, crescimento econômico a qualquer custo, destruição do meio ambiente e exploração de homens e animais eram sinais de progresso. Hoje, a Terra e os seres que a habitam clamam por uma mudança de paradigma, em que união, cooperação e respeito à vida sejam os pilares da evolução para um mundo melhor. Melhor para todos.

"O homem precisa de um novo tipo de relação com a natureza, uma relação que seja de integração em vez de domínio, uma relação de pertencente a ela em vez de possuí-la. Não comer carne simboliza respeito à vida universal."

PIERRE WEIL (1924-2000) - escritor, educador e psicólogo



REVOLUÇÃO: SABER E SENTIR QUE TODOS SÃO FILHOS DA TERRA



Seja nosso associado

SVB
Sociedade
Vegetariana
Brasileira

www.svb.org.br

Por um mundo vegetariano. Pelas pessoas. Pelos animais. Pelo planeta.

(http://www.svb.org.br/vegetarianismo/index.php?option=com_docman&Itemid=240 Acesso em: 20/06/2013)

VEGANISMO: UM TIRO CERTEIRO NO DIABETES

DIABÉTICOS QUE SEGUIEM UMA DIETA VEGANA PLANEJADA TÊM:

(em comparação com uma dieta onívora planejada para diabéticos)

0 dobro da redução do chamado "colesterol ruim" (LDL)

0 dobro da redução do uso de medicamentos

0 dobro da redução de peso

Rins mais protegidos

Este é o resultado de um estudo* recente, realizado com 100 pacientes diabéticos, divididos em dois grupos. Um grupo seguiu uma dieta com carne, planejada conforme o proposto pela Associação de Diabetes Norte Americana. O outro grupo seguiu uma dieta 100% vegana.

Houve benefícios claros para ambos, mas a dieta vegana gerou 0 dobro de vantagens.

O veganismo traz outras melhorias para a saúde: maior ingestão de fibras, betacaroteno, ácido fólico, vitaminas K e C, além de magnésio e potássio.

Comparados com onívoros, os vegetarianos têm 50% menos risco de apresentar diabetes, segundo a Associação Dietética Americana.

*Veja o estudo completo em www.svb.org.br



Seja nosso associado

SVB
Sociedade
Vegetariana
Brasileira

www.svb.org.br



Por um mundo vegetariano. Pelas pessoas. Pelos animais. Pelo planeta.

(http://www.svb.org.br/vegetarianismo/index.php?option=com_docman&Itemid=240 Acesso em: 20/06/2013)

ANEXO IV

**I'd Rather Go Naked
Than Wear Fur.**

Roselyn Sanchez
for PETA

PETA Animals used for fur are bludgeoned,
electrocuted, and skinned alive.
FurisDead.com

Photo: Robert Stone - H&A/Chris J. Lee

(<http://my.spill.hollywood.com/photo/photo/show?id=947994%3APhoto%3A1798289> Acesso em: 18/07/2013)



(<http://live.drjays.com/index.php/2009/11/29/eva-mendes-wants-us-to-question-everything-even-fur/> Acesso em: 18/07/2013)